

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

JÉSSICA DA SILVA HÖRING

**OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL EM ANGOLA: TRAJETÓRIA
POLÍTICA, GUERRA CIVIL E IMPACTOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DO ESTADO
(1975-2002)**

Porto Alegre

2015

JÉSSICA DA SILVA HÖRING

**OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL EM ANGOLA: TRAJETÓRIA
POLÍTICA, GUERRA CIVIL E IMPACTOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DO ESTADO
(1975-2002)**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharela em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Analúcia Danilevicz
Pereira

Porto Alegre

2015

CIP - Catalogação na Publicação

Höring, Jéssica da Silva

Os Movimentos de Libertação Nacional em Angola: trajetória política, Guerra Civil e impactos sobre a construção do Estado (1975-2002) / Jéssica da Silva Höring. -- 2015.
99 f.

Orientadora: Analúcia Danilevicz Pereira .

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Relações Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Angola. 2. MPLA. 3. Guerra Civil. 4. Movimentos de Libertação Nacional. 5. Construção do Estado. I. Pereira, Analúcia Danilevicz, orient. II. Título.

JÉSSICA DA SILVA HÖRING

**OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL EM ANGOLA: TRAJETÓRIA
POLÍTICA, GUERRA CIVIL E IMPACTOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DO ESTADO
(1975-2002)**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharela em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de ____ de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Profª. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira – Orientadora
UFRGS

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini
UFRGS

Profª. Dra. Sonia Maria Ranincheski
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à República Federativa do Brasil, pelo ensino público de alta qualidade e pelo sistema de cotas, os quais tornaram possível minha formação. À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, particularmente à Faculdade de Ciências Econômicas, pela oferta de um excelente curso de Relações Interacionais, com um corpo docente altamente qualificado. Agradeço em especial à minha Orientadora, Profa. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira, por acreditar na minha proposta de pesquisa, instigar meu interesse pelas sociedades africanas, em particular Angola, e, acima de tudo, por todos os conselhos compartilhados ao longo deste ano.

À minha família, por acreditarem em mim e me darem todo o conforto e apoio ao longo de toda a minha existência, principalmente durante os seis anos em que estive longe, e os próximos que virão. Sem vocês eu não teria chegado até aqui. Em especial à minha mãe, Maria Lúcia, por ser a mulher mais forte e maravilhosa que eu já conheci em toda a minha vida, e também por ser a melhor mãe do mundo.

À todos os amigos que fiz ao longo da graduação, no Brasil e em Portugal. Aos vizinhos da Casa do Estudante da UFRGS, com os quais pude amadurecer pessoalmente, em especial à Thaís, por ter sido uma colega de quarto sensacional. Ao Matheus, sem dúvida a pessoa que mais esteve ao meu lado ao longo da pesquisa e redação deste trabalho. Obrigada pelo carinho e pelas melhores histórias.

Não posso deixar de agradecer aos colegas do curso de Relações Internacionais da UFRGS e da turma 08. Ao Leonardo e à Marina, pela maravilhosa amizade que construímos, à Giovana, Laís, Angela, Júlia e ao Victor, pela amizade, conforto e boas risadas. Ao Marcelo Kanter, à Ana Carolina, à Marília, ao Marcelo Leal, e à Giovanna, não apenas pela ajuda neste trabalho, mas também por todo o incentivo em estudar Angola. Agradeço também aos amigos que fiz no CEGOV, especialmente na Coordenação de Projetos. Foi tudo mais fácil tendo a companhia e os sorrisos de vocês.

Eu sou Kikongo? Tu és Kimbundu? Achas mesmo que sim? – Nós, não. Nós pertencemos à minoria que já esqueceu de que lado nasce o sol na sua aldeia. Ou que a confunde com outras aldeias que já conheceu.

É esse o teu trabalho: mostrar tantas aldeias aos camaradas que eles se perderão se um dia voltarem à sua. A essa arte de desorientação se chama formação política.

Pepetela

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o processo de construção do Estado Angolano à luz da trajetória política do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) durante a Guerra Civil (1975-2002). Tendo em vista que o MPLA é o partido no poder desde a independência do país, em 1975, verifica-se importante associação entre o mesmo e o Estado Angolano em si. Através de uma análise histórica das relações internacionais, procurou-se demonstrar isso ao longo de três capítulos, além da Introdução e da Conclusão. No capítulo dois é feita uma ilustração histórica da política colonial portuguesa e das origens dos Movimentos de Libertação Nacional. No capítulo três, por sua vez, buscou-se compreender de que forma as disputas políticas entre esses Movimentos impactaram o processo de construção do Estado Angolano, e como o fim da Guerra Civil consagrou a hegemonia política do MPLA no país. No capítulo quatro, por fim, é feito um balanço da evolução política do MPLA no poder ao longo da Guerra Civil. A partir da investigação do objeto de pesquisa, concluiu-se que ao longo desse processo o MPLA passou por amplas transformações, abandonando o projeto político nacionalista inicial e adotando uma roupagem liberal, mas com manutenção de uma estrutura política altamente centralizada no Presidente.

Palavras-chave: Angola. MPLA. Guerra Civil. Movimentos de Libertação Nacional. Construção do Estado.

ABSTRACT

This study aims to analyze Angola's State-building process in light of the political trajectory of the *Movimento Popular de Libertação de Angola* (MPLA) throughout the Civil War (1975-2002). Bearing in mind that the MPLA is the ruling party since Angola's independence, in 1975, it is noted that there is a significant association between this party and the Angolan State itself. By means of a historical analysis of international relations, it aimed to demonstrate that across three chapters, besides the Introduction and Conclusion. In chapter two it is made a historical illustration of the Portuguese colonial policy and the origins of the National Liberation Movements. In chapter three, in turn, it aimed to understand how political disputes between these Movements affected the Angolan State-building process, and in which way the end of the Civil War have consolidated the political hegemony of the MPLA in this country. Finally, in chapter four it is made an assessment of the political evolution of the MPLA in power throughout the Civil War. With the investigation of the research object, it is concluded that over this period the MPLA has undergone through extensive changes, abandoning the initial nationalist political project and adopting a liberal one, but maintaining a highly centralized political structure centered in the President.

Palavras-chave: Angola. MPLA. Civil War. National Liberation Movements. State-building.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mapa político de Angola.....	13
Mapa 2 – Situação militar em Angola em meados de novembro de 1975.....	51

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – População Angolana em 1950.....	24
---	-----------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANANGOLA	– Associação Regional dos Naturais de Angola
ANC	– <i>African National Congress</i>
CIA	– <i>Central Intelligence Agency</i>
CMA	– Clube Marítimo Africano
CSNU	– Conselho de Segurança das Nações Unidas
EUA	– Estados Unidos da América
FAA	– Forças Armadas de Angola
FAPLA	– Forças Armadas Populares de Libertação de Angola
FLEC	– Frente de Libertação do Enclave de Cabinda
FLN	– Frente de Libertação Nacional da Argélia
FNLA	– Frente Nacional de Libertação de Angola
FRELIMO	– Frente de Libertação de Moçambique
GRAE	– Governo Revolucionário de Angola no Exílio
GURN	– Governo de Unidade e Reconciliação Nacional
JMPLA	– Juventude do MPLA
LNA	– Liga Nacional Angolana
MAC	– Movimento Anti-Colonial
MIA	– Movimento para a Independência de Angola
MINA	– Movimento para a Independência Nacional de Angola
MMCA	– Missão Militar Cubana
MONUA	– Missão de Observação da ONU em Angola
MPLA	– Movimento Popular de Libertação de Angola
MPLA-PT Trabalhadores	– Movimento Popular de Libertação de Angola – Partido dos Trabalhadores
OMA	– Organização de Mulheres Angolanas
ONU	– Organização das Nações Unidas
OTAN	– Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAIGC	– Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PCA	– Partido Comunista Angolano
PCP	– Partido Comunista Português
PIDE	– Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PLUAA	– Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola
RDC	– República Democrática do Congo
SADF	– <i>South Africa Defense Force</i>
SALT II	– <i>Strategic Arms Limitation Talks II</i>
SEF	– Programa de Saneamento Econômico e Financeiro
SONANGOL	– Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola
SWAPO	– <i>South West Africa People's Organization</i>
UNAVEM I	– Missão de Verificação de Angola I
UNAVEM II	– Missão de Verificação de Angola II
UNAVEM III	– Missão de Verificação de Angola III
UNITA	– União Nacional para a Independência Total de Angola
UNMA	– Missão das Nações Unidas para Angola
UNOA	– <i>United Nations Office in Angola</i>
UNTA	– União Nacional de Trabalhadores Angolanos
UNTAG	– Grupo das Nações Unidas de Assistência à Transição
UPA	– União das Populações de Angola
UPNA	– União dos Povos do Norte de Angola
URSS	– União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZAPU	– <i>Zimbabwe African People's Union</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 DA ARQUITETURA COLONIAL PORTUGUESA À ORIGEM DOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL	19
2.1 A Política colonial portuguesa: trajetória histórica e legado colonial	19
2.2 Conjuntura política em Angola e a origem dos movimentos de libertação nacional	26
2.2.1 Frente Nacional de Libertação de Angola – FNLA	30
2.2.2 Movimento Popular de Libertação de Angola – MPLA	32
2.2.3 União Nacional para a Independência Total de Angola – UNITA	37
2.2.4 Os alinhamentos externos	39
3 A GUERRA CIVIL ANGOLANA (1975-2002)	47
3.1 A falência do acordo de Alvor e o início de uma guerra mundializada.....	47
3.2 O Fim da Guerra Fria e a radicalização da Guerra Civil Angolana	58
4 A TRAJETÓRIA POLÍTICA DO MPLA	70
4.1 A Fase Marxista-Leninista (1975-1985).....	70
4.2 A fase do clientelismo de partido único: democratização, liberalização econômica e concentração do poder político (1985-2002).....	81
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95

1 INTRODUÇÃO

A história de Angola foi marcada pelo conflito. O país viveu uma Guerra Civil por longo período (1975-2002), caracterizada pelo embate entre três principais forças políticas¹: o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), e a Frente Nacional de Libertação de Angola² (FNLA), essas que, num contexto caracterizado pela Guerra Fria, receberam apoio de potências extrarregionais³. O MPLA saiu vitorioso da Guerra de Libertação de Portugal, que terminou em 1975 com a independência de Angola, assumindo e permanecendo como o partido político no poder desde então. Já a FNLA perdeu seu prestígio em 1978, enquanto que a UNITA se radicalizou na década de 1990 e, após a morte de seu líder, em 2002, não foi capaz de se reestruturar e se apresentar como uma oposição consolidada ao governo no pós Guerra Civil.

Nesse sentido, a evolução histórica de Angola independente está circunscrita na trajetória política do MPLA, desde suas origens até a transformação de seu perfil político com o processo de liberalização que se seguiu com o fim da Guerra Fria. Em 1975, o MPLA adotou um ideário marxista-leninista, a partir do qual promoveu um projeto de Estado modernizante, centrado na homogeneização da sociedade e no desenvolvimento nacional. Esta abordagem foi relativamente breve, sendo substituída por uma estrutura de privilégios, na qual o poder passou a ser altamente concentrado na figura do Presidente a partir de meados da década de 1980, característica presente ainda hoje. Em razão do fim da Guerra Fria – e do conseqüente fim do apoio do bloco comunista – e dos rumos tomados pela Guerra Civil, o sistema político angolano passou por um processo de liberalização e democratização, o qual, como será visto ao longo deste trabalho, corroborou a proeminência do MPLA enquanto partido hegemônico em Angola.

¹ Além destes há que se destacar também a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), criada em agosto de 1974 e que atuava com base em duas lideranças, a primeira, de Luís Ranque Franque, que era financiada pela Gulf Oil e apoiada pelo Zaire e o Gabão, e a segunda, liderada por Augustin Tchioufoi e financiada pela Elf Congo. A França era provavelmente o país que mais encorajava as divisões entre estes nacionalistas, visando à consecução de seus interesses na região (MBAH, 2010).

² A FNLA e o MPLA foram os dois principais movimentos durante a Guerra de Libertação Colonial. A UNITA, por sua vez, surgiria a partir de uma dissidência da FNLA e se tornaria o principal movimento de oposição ao governo do MPLA durante a Guerra Civil (1975-2002).

³ Durante a Guerra Civil, os principais alinhamentos externos foram: EUA, África do Sul e Zaire apoiando a UNITA e a FNLA, e Cuba e URSS apoiando o MPLA.

Mapa 1 – Mapa político de Angola



Map No. 3727 Rev. 4 UNITED NATIONS
August 2008

Department of Field Support
Cartographic Section

Fonte: <http://www.un.org/Depts/Cartographic/map/profile/angola.pdf>

Destarte, o objetivo principal dessa monografia é investigar o processo de construção do Estado Angolano independente através de uma análise das disputas políticas entre os Movimentos de Libertação Nacional e da trajetória de consolidação e transformação do MPLA no governo, desde 1975 até 2002. Assim sendo, a pergunta de pesquisa visa conceber *como se deu o processo de construção do Estado Angolano a partir do perfil político adotado pelo MPLA ao longo da Guerra Civil de Angola?* A hipótese de trabalho defendida é que o MPLA adotou um projeto modernizante para a sociedade angolana, a partir de uma abordagem política socialista, que, contudo, foi mudando ao longo dos anos por meio de um movimento de liberalização política e econômica e centralização do poder em um grupo vinculado ao Presidente José Eduardo dos Santos. Para guiar a análise do objeto em questão, procurou-se captar a essência do processo de disputa política entre os Movimentos de Libertação Nacional e os impactos disso na construção do Estado Angolano, desde o período de colonização portuguesa e formação dos Movimentos de Libertação Nacional (FNLA, MPLA e UNITA), até a luta pelo poder durante a Guerra Civil (1975-2002), na qual a vitória do MPLA significou sua consolidação no poder no país.

A partir disso, os objetivos específicos elencados neste trabalho são: (i) investigar de que modo a política colonial portuguesa influenciou o projeto político adotado pelo MPLA, UNITA e FNLA, (ii) verificar a origem dos três Movimentos de Libertação Nacional a partir de uma análise dos interesses das elites políticas destes três grupos, (iii) mapear o relacionamento dos Movimentos de Libertação com os atores externos, principalmente Estados Unidos (EUA), União Soviética (URSS), Cuba, África do Sul e Zaire, e, a partir disso, ter embasamento para (iv) discutir a influência da Guerra Fria sobre o perfil do MPLA, os processos de negociação de paz na década de 1990, e a radicalização da UNITA, (v) avaliar os impactos do fim da Guerra Civil para a consagração do MPLA no poder, e (vi) fazer um balanço da evolução política do MPLA.

Diversos autores já se debruçaram sobre a história de Angola, em especial sobre a Guerra Civil e a relação do conflito interno com a Guerra Fria, visto como um palco do conflito Leste-Oeste (GEORGE, 2006; GLEIJESES, 2002; SHUBIN, 2008; SOMERVILLE, 1986), e também no que diz respeito à dinâmica regional, envolvendo os Países da Linha de Frente, a libertação da Namíbia e a guerra com a África do Sul (PEREIRA, 2012). Em referência à Guerra Civil e às rivalidades entre os três movimentos, há autores que destacam o conflito como sendo uma guerra étnica (MALAQUIAS, 2000), entretanto, essas análises corroboram parcialmente o entendimento

do objeto em análise proposto neste estudo. Para os fins do presente trabalho, entende-se que é essencial compreender os interesses dos próprios Movimentos de Libertação ao se vincularem aos agentes externos e de que modo utilizaram isso ao seu favor (SCHMIDT, 2013); entretanto, sem com isso menosprezar a importante influência dos atores extrarregionais na escalada do conflito.

Sublinha-se que as divisões no nacionalismo angolano tiveram raízes ainda mais profundas, associadas às elites políticas, divisão de classes, territorialização nacional, cultura política, visões sobre tradição e modernidade, e relação com o colonialismo português. Nesse sentido, visualizar a Guerra Civil como um conflito étnico significa deixar de lado a análise dessas e outras questões indispensáveis para a compreensão da realidade política de Angola (BITTENCOURT, 2008; CAHEN, 2006; HEYWOOD, 1998; PEARCE, 2012; MALIKH; ZOTOV, 1990). Dessa forma, este trabalho se justifica pela importância em desmistificar as raízes do nacionalismo e da Guerra Civil angolanos, a partir de uma apreensão das motivações particulares dos Movimentos de Libertação e, assim, compreender a Guerra Civil Angolana como um evento cujas raízes foram mais complexas que as influências da Guerra Fria sobre a mesma, e também, por evidenciar a relação existente entre o Estado Angolano e o próprio MPLA, fruto de um processo de simbiose entre ambos, essencial para se discutir os projetos políticos nacionais e de inserção regional e internacional de Angola.

Ressalta-se, portanto, a importância em evidenciar a relação entre o MPLA e o Estado Angolano, haja vista que esse partido está no poder desde a Independência, em 1975, tendo moldado a construção deste Estado. Esta referência, contudo, não será aprofundada nos termos de uma discussão teórica acerca do conceito de *construção do Estado* em si, o que fica como tópico para futura agenda de pesquisa. Sublinha-se que esta monografia tem um caráter exploratório e, assim, enquadra-se em um projeto de pesquisa maior, no qual, por ora, analisar o regime do MPLA e as disputas entre os Movimentos de Libertação é satisfatório para se refletir sobre as características deste Estado e o processo de disputa política no país. Desse modo, requer-se inferir os interesses dos grupos que constituem o MPLA e sua relação com a sociedade e, em particular, o processo de luta com os outros grupos políticos nacionais, destacando os diferentes projetos políticos e visões de mundo a respeito de política e desenvolvimento das sociedades africanas. Assim sendo, o recorte da pesquisa engloba o período colonial – em razão do processo de colonização tardia, formação dos Movimentos e radicalização da luta política – mas com

enfoque ao período compreendido pela Guerra Civil, desde 1975, quando eclodiu a guerra, até 2002, com a assinatura do acordo de Luena e o fim do conflito.

Este trabalho foi realizado a partir do prisma do método histórico das relações internacionais (DUROSELLE, 2000). Parte-se do pressuposto de que, para compreender a conjuntura política atual em Angola, é necessário investigar o processo de conformação do arranjo político a partir da trajetória histórica deste país, analisando fatos históricos particulares a Angola. Buscou-se, portanto, explorar determinados acontecimentos e, a partir deles, analisar a evolução do MPLA no poder, tais sejam: (i) as dinâmicas político-sociais herdadas da colonização de Portugal, (ii) as motivações dos Movimentos de Libertação ao disputarem o poder entre si, (iii) a Guerra Civil e a influência de atores externos neste processo – vinculados a uma dinâmica regional e internacional caracterizada pela Guerra Fria –, (iv) o processo de radicalização da UNITA nos anos 1990, o qual gerou alta fragmentação social, e (v) a trajetória política do MPLA no poder. Com relação às técnicas de pesquisa adotadas, assinala-se o caráter qualitativo da investigação, realizada através de revisão bibliográfica de estudos e análises vinculados ao objeto de pesquisa.

Este trabalho divide-se em três capítulos, além desta introdução e da conclusão. Assim, o segundo capítulo, “Da arquitetura colonial portuguesa à origem dos Movimentos de Libertação Nacional” destina-se a uma apreciação dos caminhos que levaram à Guerra Civil angolana, a partir de uma análise dos fundamentos da política colonial portuguesa e da formação dos Movimentos de Libertação Nacional. O capítulo é dividido em duas partes, a primeira destinada à política colonial portuguesa, e a segunda à formação dos Movimentos de Libertação. O objetivo do capítulo é captar a essência dos arranjos políticos envolvendo a FNLA, o MPLA e a UNITA, ressaltando seus interesses e as dificuldades na reconciliação nacional. Assumem-se como fatores importantes para a análise as iniciativas de fragmentação política realizadas por Portugal, e a formação histórica dos diferentes grupos sociais, os quais, em vista de seus interesses, bloquearam a formação de uma frente unida do nacionalismo angolano e contribuíram para a extensão da Guerra Civil. Após ilustrar a origem de cada um destes movimentos políticos é feita uma breve contextualização dos alinhamentos externos adotados pelos mesmos, particularmente em relação à URSS, EUA, Zaire, China, Cuba e África do Sul, os quais foram centrais durante a Guerra Civil, tema do capítulo três.

No terceiro capítulo, “A Guerra Civil Angolana (1975-2002)”, investigam-se os principais eventos da Guerra Civil, em suas diversas facetas. O objetivo é ilustrar o período histórico mais fundamental para a compreensão da evolução política do MPLA no poder. Ao longo da exposição, há destaque aos processos de negociação de paz e de que modo a forma como foram conduzidos contribuiu para a radicalização da guerra e a consolidação do MPLA no poder. O capítulo é dividido em duas partes. Na primeira é exposto o início da guerra até a batalha de Cuito Cuanavale, em 1988, e os acordos de Nova York, fase em que os atores externos tiveram importante papel no conflito – especialmente Cuba e África do Sul – mas não fundamental, pois os movimentos já alimentavam profundas rivalidades entre si. Na segunda parte do capítulo é dada atenção ao período entre a década de 1990 e o fim da Guerra Civil, com a morte de Savimbi, em 2002. Os contornos radicais assumidos pelo conflito através da transformação da UNITA em uma guerrilha de senhores da guerra, bem como o processo de bipolarização das negociações de paz entre os partidos armados foram fatores centrais para o MPLA, ao vencer a Guerra Civil, ter se consagrado no poder em Angola.

Por fim, no quarto capítulo “A trajetória política do MPLA” é feita uma análise da evolução do perfil político do MPLA. O objetivo é, com isso, compreender de que modo se orquestrou seu projeto político em uma perspectiva histórica. Este capítulo é dividido em duas seções: a primeira trata da fase marxista-leninista do MPLA (1975-1985), e a segunda, da fase do clientelismo de partido único (1985-2002), caracterizada pela concentração de poder na figura do Presidente, processo que, paulatinamente, transformou o MPLA em uma força caracterizada por uma dinâmica monolítica do processo de tomada de decisão. Ao longo dessa análise, apresenta-se o conceito de patrimonialismo moderno, com o qual se discute a transformação política da *nomenklatura*⁴ do MPLA.

Ao final são apresentadas as considerações finais desta monografia. A partir da investigação do objeto de pesquisa, concluiu-se que ao longo da Guerra Civil o MPLA passou por amplas transformações, abandonando o projeto político nacionalista inicial e adotando uma roupagem liberal, mas com manutenção de uma estrutura política altamente centralizada no Presidente. Este processo teve relação com uma série de fatores, como o controle do MPLA sobre as rendas do petróleo, a vitória na Guerra Civil, as crises internas do partido e o processo de

⁴ *Nomenklatura* é um termo utilizado para designar a burguesia angolana ascendente, particularmente a elite político-econômica do MPLA, notavelmente, uma elite dirigente baseada nas receitas do petróleo (HODGES, 2002; MESSIANT, 1994).

liberalização econômica. Mesmo associados, esses fatores não explicam a totalidade do processo, pois a ele se conjugam fatores relativos ao imaginário político e aos interesses da *nomenklatura* dirigente, que não são analisados nesta monografia. Além disso, verifica-se que as divisões no nacionalismo angolano tiveram uma origem histórica baseada em fatores diversos, especialmente na territorialização das elites políticas e, a partir disso, na consolidação de interesses e visões de mundo diversas, as quais, por sua vez, foram exacerbadas pela Guerra Civil, pela influência de atores externos e, especialmente, pelo controle da máquina estatal pelo MPLA.

2 DA ARQUITETURA COLONIAL PORTUGUESA À ORIGEM DOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

O colonialismo português teve importantes desdobramentos na formação dos Movimentos de Libertação Nacional, a posterior eclosão da Guerra Civil e o processo de formação do Estado angolano. Nesse aspecto, é essencial compreender o “modelo de colonização” que foi empregado por Portugal em Angola, tenha ele sido planejado ou não, e seus impactos na sociedade angolana. Portugal projetou seu colonialismo em todo território angolano tardiamente, não realizou as fases da industrialização e se manteve parasitariamente dependente dos recursos coloniais, ao passo em que negava toda manifestação política, social e cultural angolana. Associado a isso, o desmantelamento dos sistemas políticos e societários tradicionais e a formação de duas principais elites angolanas teve papel fundamental na conformação das rivalidades políticas e no processo de desagregação do tecido social ao longo da Guerra Civil.

Diante disso, o objetivo deste capítulo é ilustrar brevemente a trajetória histórica de Angola desde o processo de colonização até o Golpe de Estado em Lisboa, em 25 de abril de 1974, e, ao longo dessa apresentação, investigar o processo de luta anticolonial e formação dos Movimentos de Libertação Nacional. O capítulo está dividido em duas seções, sendo a primeira sobre a política colonial portuguesa, em especial a fase do Estado Novo, e a segunda sobre a situação política, social e econômica em Angola e a origem dos três principais movimentos reivindicatórios, FNLA, MPLA e UNITA, com destaque para o MPLA.

2.1 A Política colonial portuguesa: trajetória histórica e legado colonial

A conquista de Angola por Portugal inseriu-se no contexto das Grandes Navegações e valorização da economia atlântica através do eixo Brasil-Angola. Em 1483, quando os portugueses atingiram o rio do Congo, estabeleceram-se os primeiros contatos com os povos que habitavam esta região, através do Reino do Kongo. Esta relação foi mantida ao longo daquela década e se consolidou com o estabelecimento de uma embaixada portuguesa, em 1491 (NEWITT, 2007; SOMERVILLE, 1986). A partir de então, desenvolveram-se importantes laços comerciais, facilitados pelo papel exercido pelos missionários católicos e a conversão do Rei Affonso ao Cristianismo. A chegada massiva de comerciantes portugueses e missionários, no fim

do século XV, contribuiu para a expansão territorial portuguesa na metade do século XVI e o estabelecimento de uma base de poder separada do Reino do Kongo, a partir da conquista e assentamento da região do Planalto até ao sul do Reino do Kongo. Nesta época, Paulo Dias foi nomeado governador e capitão-donatário destes territórios, havendo sido o responsável pela criação da cidade de Luanda, em 1576, e pelo controle do vale do Kwanza (NEWITT, 2007).

Na primeira metade do século XVII, com o aumento do comércio de escravos impulsionado pelas plantações de açúcar no Brasil, a dominação portuguesa tornou-se mais evidente, e os portugueses passaram a suprir a demanda de escravos a partir dos reinos africanos localizados no Planalto. O comércio adquiriu tamanha presença que, em 1617, foi criado o Porto de Benguela. Inserida na economia atlântica, a região costeira de Luanda tornou-se significativamente mais importante para Portugal do que os laços comerciais com o Reino do Kongo, o qual, com as guerras e a tomada do poder por líderes provinciais, acabou desenvolvendo um contato maior com outros países europeus, especialmente a partir do Congo Belga, limitando, assim, as relações que havia mantido com Portugal (NEWITT, 2007).

Apesar da importância adquirida por Angola para o funcionamento da economia atlântica, somente na segunda metade do século XIX houve ocupação efetiva do interior do país, em razão das pressões externas decorrentes da Conferência de Berlin e da Independência do Brasil. De acordo com Heimer (1973), durante aproximadamente quatrocentos anos a presença portuguesa no território que viria a formar Angola limitou-se à região de Luanda e Benguela e suas adjacências. Portanto, o impacto dessa presença sobre as sociedades africanas variou de acordo com a localização geográfica, seu nível de desenvolvimento e, principalmente, com o tipo de interação que se construiu ao longo da fase colonial, fatores que estiveram associados às motivações políticas dos Movimentos de Libertação e suas elites.

Os três principais grupos etno-linguísticos angolanos tiveram relações diferentes com o colonizador. O Reino Ndongo, principal organização política pré-colonial do grupo Mbundu, foi completamente subjugado pelos portugueses. Esta região, mais próxima à costa e do Rio Kwanza, constituiu o principal corredor de conexão com o interior e, portanto, do comércio de escravos. Com a ascensão de Luanda como capital e principal entreposto comercial, este grupo acabou mantendo uma relação mais continuada com uma cultura urbana e lusófona, explícita na elite formadora do MPLA. Por outro lado, ao norte de Angola se localizava o grupo Bakongo, cujas raízes remetiam ao antigo Reino do Kongo e que, ao contrário do Reino Ndongo, foi capaz

de manter, embora de maneira limitada após as sucessivas derrotas diante dos portugueses no século XVII, sua autoridade e suas estruturas políticas e culturais, principalmente através da relação com o Congo Brazzaville e Kinshasa, características essas que estiveram presentes no nacionalismo da FNLA. O Ovimbundu, por fim, maior grupo étnico angolano, localizava-se na região do Planalto Central, cujos reinos se originaram em decorrência do comércio de escravos em Benguela. De natureza migratória, este grupo desenvolveu uma relação diferenciada com Portugal, e muitos deles foram cooptados para trabalhar nas fazendas de café do Noroeste. Este grupo veio a desenvolver uma relação mais próxima com a UNITA, especialmente após 1975 e a hegemonia do MPLA e sua elite urbana⁵ (GUIMARÃES, 2001; HODGES, 2002).

Durante a Conferência de Berlin, realizada entre 1884 e 1885, os países europeus determinaram suas esferas de influência na África, num movimento colonial de divisão do continente africano a partir do estabelecimento de regras para as políticas imperialistas. A principal medida adotada foi que a legitimidade ao regime colonial não seria mais definida pelo direito histórico, mas sim, pelo princípio da ocupação efetiva dos territórios. Diante disso, Portugal organizou uma série de expedições entre 1885 e 1890 visando colonizar e pacificar os territórios angolanos. De acordo com Somerville (1986), as populações que habitavam a região do antigo Reino do Kongo e o interior Ovimbundu do país foram as mais resistentes. Entretanto, a aplicação de medidas de controle econômico e militar mediante o estabelecimento de uma unidade administrativa não eram características da política colonial portuguesa, cujos maiores contatos com as colônias eram feitos através de trocas comerciais asseguradas pelos mercadores localizados nos portos de Luanda e Benguela, e pelos intermediários com os reinos africanos do interior (GUIMARÃES, 2001).

⁵ As origens do nacionalismo angolano têm relação com os protestos pré-coloniais e coloniais. A história pré-colonial angolana teria influenciado a cultura política e as tradições políticas e históricas de região para região. Neste sentido, a resistência da rainha Jinga no século XVII e dos guerreiros de Dembos foram centrais para a formação da guerrilha do MPLA, ao mesmo tempo em que a restauração do antigo Reino do Kongo era central para a FNLA, e a manifestação nacionalista da UNITA teve relação com a revolta de Mutu ya Kevela, entre 1902-1903, no Reino Do Bailundo (FERNANDO, 2013; GUIMARÃES, 2001). Por outro lado, em razão da distribuição dos movimentos de libertação, a UNITA se encontrava no centro-leste, entre MPLA, FNLA e forças portuguesas. Diante disso, a “Unita viu-se cercada e as forças portuguesas conseguiram um acordo com Savimbi em 1971 (*Operação Madeira*). Segundo o acordo, os portugueses permitiram que a Unita permanecesse em uma zona estabelecida, enquanto à Unita cabia fornecer informações aos portugueses sobre a movimentação dos outros grupos de libertação, bem como combatê-los” (VISENTINI, 2013, p. 342).

Com a crise monárquica⁶, em 1910, e a ascensão do Governo Republicano, Portugal adotou uma agenda de reformas em suas colônias, de modo a fomentar o desenvolvimento de Portugal. Assumindo o cargo de Governador-Geral de Angola, em 1912, José Norton de Matos procurou criar as condições para a modernização colonial, a partir do incentivo à imigração branca, da criação de infraestrutura, do encorajamento do setor agrícola de *plantation*, reforma das leis trabalhistas na colônia e destruição dos sistemas tradicionais de autoridade⁷ (NEWITT, 2007; VISENTINI, 2013). Crises econômicas e instabilidade política em Lisboa contribuíram para que houvesse maior autonomia para as administrações coloniais. Contudo, diante do clima de instabilidade nacional – e internacional, em vista da Grande Depressão, em 1929 – decorrente da alta inflacionária, corrupção e ameaças de golpes, a República foi desalojada e um golpe militar tomou poder, em 28 de maio de 1926, baseado nos setores mais conservadores do país, principalmente a Igreja Católica (GUIMARÃES, 2001).

A subsequente ascensão de António de Oliveira Salazar e a criação do Estado Novo marcaram uma nova fase na política colonial portuguesa, caracterizada pela busca de autossuficiência e integração das colônias com a metrópole (SOMERVILLE, 1986). O Estado português transformou-se em um ente orgânico, cujos pilares eram a burocracia e as Forças Armadas, calcado no sufocamento de qualquer resistência ao regime, em Portugal e nas colônias, através da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE). O renascimento do império português foi almejado da forma mais independente o possível de investimentos e financiamento internacional, na forma de uma espécie de economia mundo lusitana. O acesso ao capital externo foi limitado àquelas indústrias, como as de diamantes, que necessitassem de tecnologia externa (GUIMARÃES, 2001).

Nas colônias, Portugal acabou com a autonomia dos Comissários e instaurou o serviço colonial, visando promover a burocratização e paralisação de qualquer iniciativa política local. Adotou-se uma estratégia econômica integrada entre as colônias e a metrópole, a qual deu quase total controle econômico ao Estado português, de acordo com um sistema de quotas e preços, no qual as exportações de matérias-primas angolanas irrigavam o mercado português, e, em Angola,

⁶ Capitaneada por um grupo de republicanos e anarquistas, a crise foi gerada pelo assassinato do Rei Carlos, em 1908, e subsequente exílio de seu sucessor, em 1910. A Primeira República Portuguesa permaneceu vigente entre 1910 e 1926 (BIRMINGHAM, 2006).

⁷ Embora a escravidão tenha sido formalmente abolida em 1875 – quando se estabeleceu o trabalho não-livre baseado em contratos forçados – esta continuou a ser aplicada indiretamente. Em 1910, foi novamente abolida, enquanto que o processo de trabalho contratado forçado permaneceu legalizado, embora com algumas mudanças, como, por exemplo, a proibição da recontração dos ex-escravos (NEWITT, 2007).

importavam-se os produtos das indústrias portuguesas⁸. As principais contribuições de Angola nessa estrutura foram produtos agrícolas, como, milho, algodão, açúcar, café e óleo de palma, enquanto que as importações eram, principalmente, bens manufaturados produzidos em Portugal (NEWITT, 2007). A produção têxtil angolana começou nos anos 1940 e, na metade dos anos 1960, Angola processava a maior parte das culturas alimentares produzidas no país e dava suporte a indústrias de consumo, como, tabaco, sabonete, vidro, plástico, borracha, produtos elétricos, etc. Por outro lado, a exploração de diamantes crescia, com aumento de 50% na produção entre 1957 e 1967. Além disso, em 1955 ocorreu a primeira exportação de petróleo bruto de Luanda, e na década de 1960 foi construída uma refinaria e os poços de petróleo de Cabinda começaram a produzir pela Gulf Oil (NEWITT, 2007).

A política colonial do Estado Novo teve duas principais tendências. A primeira, do fim dos anos 1920 até o fim dos anos 1950, foi caracterizada por uma reversão no ritmo republicano de autonomia e o estabelecimento das colônias sob a órbita administrativa de Lisboa, com total autoridade política e financeira ao Ministro das Colônias. A posição econômica de Portugal melhorou com o fim da Segunda Guerra Mundial e, com o aumento no preço das commodities, adquiriu importante superávit, permitindo que houvesse capital disponível para investimento nas colônias. Foi desse período, também, a política de *assimilação*. Proveniente da França, esta diretriz adotada em 1954 e abolida em 1961 gerenciava a classificação dos indivíduos em *assimilados*, indígenas e brancos. Para se tornar *assimilado* era necessário comprovar a aquisição de certo nível educacional, de cultura portuguesa e independência econômica, a partir do que o indivíduo receberia o tratamento de um cidadão português civilizado (NEWITT, 2007, p. 52). Visando o desenvolvimento das colônias com custo baixo, adotou-se essa política de modo a se admitir a contratação de pessoas não-brancas *assimiladas* na burocracia colonial e em outros cargos secundários (BIRMINGHAM, 2006). Em 1960, cerca de 50.000 angolanos eram classificados como *assimilados*, o que formou uma elite educada e separada por um aparato legal e oportunidades da maioria da população. As pessoas consideradas indígenas, por sua vez, eram vinculadas aos costumes africanos e sujeitas às leis trabalhistas da colônia (NEWITT, 2007).

⁸ Nesse sistema, Portugal pagava um preço maior que o do mercado pelas exportações angolanas, de modo a fornecer meios para que, a partir de Angola, houvesse demandas dos produtos produzidos na metrópole (GUIMARÃES, 2001).

Quadro 1 – População Angolana em 1950

Grupo racial	Total da População	Total de <i>assimilados</i>	% de <i>assimilados</i>
Africanos	4.036.689	30.089	0,7
Mestiços	29.648	26.335	88,8
Branco	78.826	78.826	100

Fonte: BENDER, 1978, p. 151 apud GUIMARÃES, 2001, p. 25.

No início dos anos 1960, surgiram as forças a favor da descolonização do Continente Africano, aumentando as pressões sobre Portugal. Enquanto outros países iniciavam a abertura, como Inglaterra e França, Portugal clamou que seu império colonial constituía uma única nação (GUIMARÃES, 2001). De fato, quando Portugal foi admitido na ONU, em 1955, reafirmou que os artigos referentes à autoafirmação dos povos não tinham aplicação a ele, visto que seus territórios constituíam províncias ultramarinas, conforme Emenda Constitucional de 1951 (DAVIDSON, 1974). Assim sendo, diante das pressões internacionais teve início, em 1960, uma nova tendência na política colonial do Estado Novo, baseada em um grande papel conferido ao capital estrangeiro, planos de desenvolvimento de longo prazo, fomento de uma produção colonial específica e aumento da imigração de população branca nas colônias⁹ (NEWITT, 2007). Essa mudança, vista como uma forma de “colonialismo tardio” foi a reação de um regime decadente ao desafio anticolonial, buscando postergar a independência de suas colônias o máximo o possível. Além disso, também teria sido uma estratégia do governo para bloquear os desenvolvimentos dos Movimentos de Libertação, que iniciaram nos anos 1960, principalmente com os eventos de fevereiro e março de 1961¹⁰.

A colonização portuguesa teve efeitos vastos na estrutura econômica angolana, especialmente no sentido de se estabelecer certos regimes de produção econômica que eram distintos daqueles das sociedades tradicionais. Associada à dependência econômica, Portugal também realizou uma manipulação sistemática das realidades étnicas em Angola, via violência física e simbólica, negando a existência de qualquer etnia ou manifestação cultural propriamente africana – principalmente nas áreas rurais onde, posteriormente, a FNLA e a UNITA basearam-se

⁹ Os dados da população branca em Angola corroboram esta tendência da política portuguesa à época: 1940 (44.083 habitantes), 1950 (78.826 habitantes), 1960 (172.529 habitantes), 1970 (290.000 habitantes) e 1973 (335.000 habitantes) (GUIMARÃES, 2001, p. 29).

¹⁰ Os ataques encabeçados pelo MPLA, no dia 04 de fevereiro em Luanda, e pela UPA, em março, em Cassange, marcaram o início da guerra anticolonial em Angola, como será visto na sequência.

num discurso de valorização da cultura negra (CAHEN, 2006). Deste modo, o colonialismo parasitário, caracterizado por um relacionamento mais violento com as áreas rurais, e no qual os indivíduos localizados nas áreas urbanas e portuárias tiveram maior contato com o aparato burocrático português e condições de vida razoavelmente melhores, influenciou os discursos políticos dos Movimentos de Libertação, a centralização do poder nos partidos e, paulatinamente, a diluição dos laços de interdependência entre a população e o governo.

Elizabeth Schmidt (2013) analisou a existência de diferenças entre a visão de mundo dos países europeus em relação às suas colônias na África. França e Inglaterra, por exemplo, conseguiram processar um modelo de dominação indireta sobre suas antigas colônias, enquanto Portugal, ainda na década de 1960, não cogitava a independência às mesmas, o que corrobora o caráter parasitário adotado pelo país através de sua dependência dos recursos coloniais. Isso foi determinado, também, pela importância que Angola tinha na sustentação do regime estabelecido por Salazar, isto é, em razão de sua dependência política e econômica, não poderia sobreviver ao processo de descolonização. O regime estava baseado sob pilares políticos e econômicos das colônias e sua autoridade baseada em uma ideia mística de império.

As relações econômicas de Portugal com as suas colônias africanas caracterizavam-se pela exploração em formas mais rudimentares, factor determinado pela própria estrutura parasitária do capital monopolista português [...] Ao contrário de outros países europeus, em Portugal, a acumulação inicial do capital era lenta, grande parte do capital era investida nas esferas não produtivas, parte considerável do capital era gasta na cobertura das importações, na manutenção da Corte Real, etc. No país não foram criados ramos básicos da indústria, na agricultura conservavam-se sobrevivências feudais ainda no início do séc. XX. O país era agrário, as suas forças produtivas eram das menos rentáveis na Europa ocidental. Os lucros fabulosos provenientes do tráfico de escravos, a existência de enormes recursos naturais nas colônias e a sua exploração desenfreada durante séculos depravavam as classes dirigentes de Portugal, levaram ao atraso brusco dos ritmos de desenvolvimento do país em comparação com outros países capitalistas da Europa ocidental (MALIKH; ZOTOV, 1990, p. 20).

O Estado Novo já sofria ampla pressão doméstica para mudança de regime ainda antes das rebeliões no início de 1961, as quais marcaram o começo da luta anticolonial em Angola. As guerras coloniais e a opressão ditatorial em Portugal contribuíram para o questionamento do regime salazarista e sua queda, em 1974. O Estado Novo, através da censura e ações da sua polícia secreta, a PIDE, silenciaram as demandas sociais para uma transição política, de modo que a mudança acabou sendo através do próprio Exército, representado e motivado por uma nova geração de oficiais, os quais haviam servido nas guerras africanas portuguesas.

O golpe português foi realizado por um movimento constituído de coronéis, majores e capitães desiludidos, a maioria dos quais havia lutado nas guerras africanas do Estado Novo. O número de baixas nos conflitos coloniais atingiu 11 mil mortes e 30 mil feridos do lado português. A economia portuguesa estava sofrendo o resultado dos gastos das campanhas militares: nos anos precedentes à Revolução dos Cravos o déficit comercial havia alcançado 400 milhões de dólares por ano e a inflação era de cerca de 23 por cento (SOMERVILLE, 1986, p. 40, tradução nossa)¹¹.

Deste modo, em agosto de 1973 formou-se, em Portugal, o Movimento das Forças Armadas, a partir do qual se mobilizaram as forças que, em 25 de abril de 1974, deram fim a uma ditadura de quarenta anos (GEORGE, 2006). O fim do Estado Novo teve um significado muito importante para os movimentos de libertação angolanos se afirmarem e lutarem mais concretamente pela independência (SOMERVILLE, 1986).

2.2 Conjuntura política em Angola e a origem dos Movimentos de Libertação Nacional

A neutralidade de Portugal na Segunda Guerra Mundial e a continuidade da ditadura salazarista no período pós-conflito mundial contribuiu para que as colônias portuguesas fossem pouco afetadas pelos sentimentos anticoloniais que se alastravam pelo continente (SOMERVILLE, 1986). Ainda assim, a intransigência do regime colonial português ao negar expressão e representação política em Angola e a natureza autoritária do Estado Novo estimularam o desenvolvimento dos partidos políticos nacionalistas, a clandestinidade e a guerrilha contra o governo português, bem como o caráter radical dos movimentos anticoloniais. A liberdade associativa em Angola era limitada à Liga Nacional Angolana (LNA) e à Associação Regional dos Naturais de Angola (ANANGOLA), cujas ações eram voltadas a reivindicações de cunho social e de melhores condições de vida dos seus membros, não se tratando de uma contestação da ordem colonial estabelecida propriamente dita (MBAH, 2010).

Nos anos 1940 e 1950 os angolanos vivendo próximos às regiões de Luanda e do Congo belga se tornaram mais atentos às mudanças que ocorriam no restante da África, principalmente em razão da independência do Congo belga (GUIMARÃES, 2001). O início da violência

¹¹ No original: “The Portuguese coup was carried out by a movement made up of disillusioned captains, majors and colonels, many of whom had fought in the regime’s African wars. The death toll in the colonial conflicts had reached 11,000 dead and 30,000 wounded on the Portuguese side. The Portuguese economy was suffering as a result of the expenditure on military campaigns: in the years preceding the revolution the trade deficit had reached \$400 million per annum and inflation was around 23 per cent”.

anticolonial começou no distrito de produção de algodão do Malanje, em janeiro de 1961, seguido pela insurreição em Luanda em 04 de fevereiro e pela rebelião de março, em Cassange¹². Essas insurreições precipitaram a guerra de independência e forçaram tanto MPLA quanto UPA a se comprometerem com a luta armada. Entretanto, as ações anticoloniais em 1961 não moveram o colonialismo português para fora do território e as rebeliões foram suprimidas em quatro meses (NEWITT, 2007). Ao invés disso, o governo de Lisboa enviou ainda mais soldados para Angola, mesmo com a falta de apoio dos EUA, quando, na administração Kennedy, reverteu sua política deixando de apoiar as posições portuguesas e aprovando uma resolução condenando a repressão das ações nacionalistas em Angola (GUIMARÃES, 2001). Assim, após as tensões em 1961,

[...] os portugueses reforçaram a segurança em áreas estratégicas do país e introduziram reformas como a abolição do trabalho forçado, visando amenizar a situação e convencer a opinião internacional de que mudanças estavam sendo realizadas. Estabeleceram, também, um sistema de *aldeamentos*, pelo qual os camponeses eram obrigados a mudar-se de seus povoados para locais controlados militarmente pelos portugueses, de forma a combater as atividades guerrilheiras em áreas rurais (VISENTINI, 2013, p. 341).

De acordo com Christine Messiant (1994), os movimentos de libertação nacional podem ser associados ao poder de três grandes grupos étnico-linguísticos, fortemente territorializados, os quais correspondiam a 75% de toda a população angolana: os Ovimbundu, localizados no centro do país, representando 35% da população; os Mbundu, localizados ao norte do país, próximos à capital Luanda, representando 20% da população; e os Bakongo, localizados nas províncias do noroeste e em Cabinda, associados aos territórios congolezes, representando 15% da população. Embora a etnicidade angolana tenha sido explorada pelos movimentos de libertação, ela não teve tradução linear com a divisão do nacionalismo angolano. Educação, raça, disputas entre grupos de poder e escolhas políticas também devem ser analisadas (CAHEN, 2006), a não ser no caso da FNLA, cuja dimensão étnica é atípica frente aos demais (MESSIANT, 1994).

Portanto, o nacionalismo angolano deve ser analisado como sendo resultado da competição entre diversas elites pelo poder. Esta rivalidade está fundada em diferenças sociais e culturais decorrentes do desenvolvimento histórico angolano e, principalmente, da colonização portuguesa. A socióloga Christine Messiant (1994) desenvolveu um dos estudos mais

¹² Em Malanje a rebelião foi instigada pelo movimento profético liderado por António Mariano; em Cassange foi reivindicada pelos membros da UPA, que tinham o objetivo de massacrar trabalhadores migrantes Ovimbundu e colonos brancos que trabalhavam nas fazendas de café; e em Luanda tomou forma de ataques às prisões locais, sendo reivindicada pelo MPLA (NEWITT, 2007).

consagrados acerca das elites e da formação do nacionalismo angolano, aqui apresentado. O movimento nacionalista se constituiu nos anos 1950 numa conjuntura de polarização entre duas elites geograficamente separadas. Uma delas era a minoria dos *assimilados*, mestiços ou negros que alcançaram os níveis culturais exigidos para serem reconhecidos como cidadãos portugueses. Este grupo, por sua vez, dividiu-se em dois: os *antigos assimilados* e os *novos assimilados*. Os *antigos assimilados* foram os negros e mestiços que fizeram parte da burguesia multirracial que existiu em Angola até o século XIX, na qual havia uma relação bastante próxima com os colonos brancos. A instauração da política de *assimilação* no século XX significou sua marginalização perante os colonos brancos, reforçada com as divisões raciais que passaram a permear a sociedade. Os africanos classificados como *novos assimilados*, por outro lado, não se originaram da antiga burguesia colonial, mas sim da sociedade indígena de Angola. Negros cuja língua materna era africana, estes angolanos foram inseridos à *assimilação* no século XX, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, devido ao ensino missionário realizado no meio indígena. Mesmo sendo assalariados, este grupo foi marginalizado pelos angolanos cuja aculturação portuguesa foi mais forte e anterior, os *antigos assimilados*. Neste sentido, valorizando seu meio indígena e sua africanidade, os *novos assimilados* se situaram nos movimentos nacionalistas de acordo com sua experiência nas relações sociais, em função de linhas de fratura específicas, como sua religião e etnia.

Da elite dos *antigos assimilados* surgiu o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), baseado não mais na origem étnica ou racial, mas sim, na sua trajetória histórica comum de burguesia colonial multirracial que existiu até o século XIX. Os *antigos assimilados*, indiretamente, transformaram-se na elite não-branca angolana e, por conta de sua experiência social e histórica próxima aos colonos portugueses, carregavam em si uma forte consciência de elite nacional. Os militantes deste grupo denunciavam a dominação racial através de uma abordagem progressista e socializante, fundada em valores universalistas, nacionalistas, multirraciais e influenciada por ideologias europeias, como o humanismo e o marxismo (MESSIANT, 1994).

A outra elite angolana localizava-se em uma região puramente Bakongo, calcada no Congo belga, onde o movimento de libertação foi influenciado pelas particularidades daquela colonização, principalmente pela forte segregação racial realizada neste entorno. Neste sentido, a elite que constituiu a FNLA exaltou a raça negra e o povo Bakongo, transformando-se em um

movimento étnico-linguístico cujos membros diretivos pertenciam às famílias protestantes da aristocracia do antigo Reino do Kongo. Sua ideologia se revelou através de um nacionalismo liberal e africano radical, oposto ao colonialismo e à imposição da cultura europeia (MESSIANT, 1994). De acordo Newitt (2007), a maioria da população angolana se identificava com este grupo, em razão das comunidades tradicionais ligadas à agricultura de subsistência e submetidas aos costumes e culturas africanas.

No final dos anos 1950 e início dos anos 1960 o contraste entre estas duas elites era destacado, uma pouco marcada pela colonização portuguesa e a outra já “aportuguesada”, embora ambas as elites diretivas fossem urbanas e baseadas em uma educação ocidental (MESSIANT, 1994). Os *assimilados* que dirigiam o MPLA consideravam a FNLA formada por estrangeiros, racistas, imigrantes, tribalistas e reacionários, culturalmente não-angolanos, enquanto que os dirigentes da FNLA viam o MPLA como uma elite culturalmente não-africana, que foi *assimilada* e alienada, dominada por mestiços, filhos de colonos e cujos objetivos eram ocupar o lugar dos brancos (BITTENCOURT, 2008). Tendo uma posição mais elevada na sociedade, os mestiços eram geralmente mais educados e amparados por pessoas da administração colonial e da estrutura de comércio com o interior, onde geralmente atuavam como intermediários entre os portugueses e as comunidades indígenas. Assim sendo, o sucesso comercial e os benefícios a partir dessa proximidade com a sociedade colonial deram aos mestiços e aos *assimilados* certo nicho social e econômico nas cidades costeiras de Luanda e Benguela, onde começaram a desenvolver este sentimento de representarem a porção africana da sociedade. No final do século XIX e início do século XX, essa classe mestiça e urbana começava a desenvolver uma modesta expressão política, que se acentuou durante o período Republicano, de 1910 a 1925, apesar de sua abordagem ser cooperativa com a causa portuguesa, ao invés de uma expressão anticolonial (GUIMARÃES, 2001).

Foi de acordo com esta rejeição recíproca e radical entre a elite Bakongo e a elite dos *antigos assimilados* que os alinhamentos da Guerra Fria se manifestaram, e os demais nacionalistas angolanos se situaram, incluindo o grupo dos *novos assimilados*. Embora a maioria dos indivíduos pertencente a esse grupo tenha aderido ao MPLA, aqueles presentes na região de Benguela se basearam, em sua maioria, na FNLA. Entretanto, assim que as contradições entre a direção Bakongo original da FNLA e os dirigentes não-Bakongo se mostraram evidentes, com um tribalismo cada vez mais destacado da parte da FNLA, houve ruptura e criação da UNITA,

em 1966, sob liderança de Jonas Savimbi. Assim como a FNLA, a UNITA se opôs à aristocracia “crioula” do MPLA e buscou valorizar sua comunidade cultural, linguística e racial e o contato com o povo do interior. Contudo, não abarcou uma postura política étnica como o fez aquela. A UNITA congregou a maior parte dos *novos assimilados* que não tinham ligação com os antigos centros da burguesia colonial, especialmente Luanda, sendo a caracterização étnica Ovimbundu uma consequência posterior, decorrente da Guerra Civil (MESSIANT, 1994), como será tratado no decurso deste capítulo.

2.2.1 Frente Nacional de Libertação de Angola – FNLA

A Frente Nacional de Libertação de Angola surgiu no norte de Angola, na região de fronteira com o Zaire/República Democrática do Congo, tendo sido, junto com o MPLA, o principal movimento de contestação do regime colonial português (BITTENCOURT, 2008). Por conta de sua forte raiz tribal, a FNLA foi constantemente submetida a críticas acerca de sua capacidade de representar o povo angolano. Mas, apesar disso, foi considerado o movimento mais importante no início da luta anticolonial¹³.

Holden Roberto, líder da FNLA, nasceu em Angola, mas foi criado em Léopoldville – após 1966, Kinshasa. Em julho de 1956 foi criada a União dos Povos do Norte de Angola (UPNA), sendo seu tio, Barros Necaca, o presidente, com o objetivo de restaurar o antigo Reino do Kongo. Roberto ascendeu dentro da UPNA e representou o grupo na Primeira Conferência dos Povos Africanos, em Accra, em dezembro de 1958, onde pode estabelecer contatos com outros nacionalistas africanos, como Franz Fanon, Kenneth Kaunda, Patrice Lumumba e Sekou Touré. Embora tenha sido eleito para o próximo Congresso, em Tunis, os delegados africanos criticaram o anacronismo tribal da UPNA (GUIMARÃES, 2001).

A partir dessa interação, Roberto passou a defender uma identidade totalmente angolana, do que resulta a mudança do nome do grupo para União das Populações de Angola (UPA), em 1958. Diante do apoio recebido da Argélia, os membros da UPA foram treinados nos campos da

¹³ “A FNLA até 1964, atuando no norte de Angola, foi a organização militar mais ameaçadora, com capacidade de provocar mortes entre os colonos, paralisar a produção agrícola e mobilizar o maior número de militantes. Nesse mesmo período o MPLA possuía dois pequenos grupos de homens no interior de Angola: o primeiro, na floresta do Mayombe, no enclave de Cabinda, isolado, sem apoio da população e muitas vezes lutando também contra essa; o segundo, na região dos Dembos, distante cerca de 350 quilômetros da capital, mas também isolado e sem capacidade militar” (BITTENCOURT, 2008, p. 12)

Frente de Libertação Nacional (FLN), e depois da independência do Congo belga, usaram este país como base, o qual passou a congregiar diversos grupos nacionalistas angolanos em seu território, inclusive o MPLA (SOMERVILLE, 1986). Nos próximos dois anos, Roberto viajou pelo mundo, publicando artigos contra o colonialismo português e buscando fortalecer seu movimento – momento em que iniciaram os contatos com os EUA – tendo, inclusive, participado como observador na segunda Conferência dos Estados Africanos Independentes, em Addis Ababa, em junho de 1960 (GUIMARÃES, 2001).

No início dos anos 1960, enquanto a liderança do MPLA estava desorganizada, Roberto já era uma figura bastante conhecida na arena política africana. Em 1960 aconteceu a Segunda Conferência dos Povos Africanos, em Tunis, a qual mudaria as perspectivas dos Movimentos de Libertação angolanos, ocasião em que tanto MPLA quanto UPA estiveram presentes. Com a guerra de independência da Argélia, Franz Fanon convocou uma ação direta dos nacionalistas africanos, em detrimento da opção pacífica. Enquanto que a guerra era uma iniciativa considerada pela UPA, Mário Pinto de Andrade, líder do MPLA, refreava tal possibilidade. A resistência do MPLA ajuda a explicar o fato da FLN ter apoiado a UPA nos primeiros anos de guerra anticolonial. Os dois movimentos pareciam seguir direções opostas até a rebelião de 04 de fevereiro de 1961, que retirou o MPLA da obscuridade e estabeleceu-o como uma força de peso contra o colonialismo (GUIMARÃES, 2001).

Em 15 de março de 1961 ocorreram os ataques no norte de Angola, efetuados pela UPA. O impacto desses atos de violência contribuiu para o avanço do nacionalismo angolano e trouxe maior atenção internacional ao país. Assim, iniciou-se uma nova fase no nacionalismo anticolonial. Depois dos ataques de março, a UPA abandonou sua identidade tribal e buscou expandir-se como uma força representativa do nacionalismo angolano. Naquele ano, transcendeu a base étnica Bakongo com o apontamento de Jonas Savimbi como Secretário-Geral do movimento, o que fez com que outras pessoas passassem a apoiar o movimento, principalmente estudantes angolanos Ovimbundu. Neste sentido, em 27 de março de 1962 a Frente Nacional de Libertação de Angola foi formalmente estabelecida, com o objetivo de representar uma frente, unindo mais que um movimento singular ou partido, para representar a união dos angolanos contra o colonialismo (SOMERVILLE, 1986). Em 05 de abril de 1962 a FNLA formou o Governo Revolucionário Angolano no Exílio (GRAE), uma estratégia para atrair maior atenção ao conflito contra os portugueses e angariar legitimidade internacional frente ao MPLA.

No início da guerra anticolonial os pensamentos políticos dominantes na FNLA eram o anticomunismo e o nacionalismo africano. Assim como o MPLA, clamava a libertação da terra e do povo angolano do colonialismo¹⁴, mas, diferentemente, tinha pronunciamentos de caráter liberal contra o comunismo¹⁵ (GUIMARÃES, 2001). Ainda assim, é importante observar que, “[...] as elites angolanas Bakongo sofreram um processo de urbanização mais tardia, o que lhes possibilitava maior ligação com o campo e com as tradições de suas famílias, quando comparadas, principalmente, às famílias luandenses, há bastante tempo urbanizadas [...]” (BITTENCOURT, 2008, p. 05), o que era visto por muitos como expressão de sua africanidade e legitimidade enquanto movimento político.

2.2.2 Movimento Popular de Libertação de Angola – MPLA

No fim dos anos 1940, alguns grupos clandestinos de oposição ao colonialismo começaram a se formar nos centros urbanos de Luanda e Benguela. Sua composição era eminentemente de mestiços e *assimilados*, os quais atuavam através de protestos literários, principalmente por meio da revista Mensagem – vinculada à ANANGOLA – na qual pleiteavam uma identidade que fosse africana em raça e angolana em nacionalidade. Somente duas edições da revista foram publicadas, em 1948 e 1949, pois a mesma foi banida em 1950. Esses angolanos representavam uma nova geração de nacionalistas, os quais se afastavam das abordagens negociadas anteriores e, a partir de um pensamento marxista, buscavam a libertação do jugo colonial e a construção de uma identidade africana (GUIMARÃES, 2001).

Dentre os membros do MPLA incluíam-se negros, mestiços e brancos, principalmente moradores das regiões urbanas e trabalhadores assalariados, como, funcionários públicos, empregados do comércio, enfermeiros, estudantes e operariado urbano. Para os membros da FNLA, esse constituía um dos principais problemas do MPLA. Associado à sua vinculação com o comunismo “[...] a presença de mestiços na direção do MPLA e a marca de serem quadros

¹⁴ O povo Bakongo tinha uma relação importante com o meio rural. As expropriações de terras realizadas pelos portugueses para as plantações de café, nos anos 1940, somadas ao contato com os movimentos políticos do Congo Kinshasa aceleraram a manifestação de seu nacionalismo (BITTENCOURT, 2008). Depois da Segunda Guerra Mundial a economia angolana cresceu enormemente com a produção de café; em 1967, Angola era o terceiro ou quarto maior exportador de petróleo do mundo, o que gerou uma mudança dramática, principalmente nas regiões mais ao norte (GUIMARÃES, 2001, p. 20).

¹⁵ De todo modo, preocupado com a sobrevivência do movimento, em 1964 o GRAE acabou aceitando assistência da China e outros países comunistas (GUIMARÃES, 2001).

formados em Luanda e Lisboa retiravam, ou no mínimo turvavam, a imagem de ligação a uma África do interior, capaz de mobilizar um maior número de combatentes” (BITTENCOURT, 2008, p. 07). Entretanto, a visão do MPLA era de um projeto modernizante e nacionalizante:

[...] nacional, anticolonial, a-racial e multi-étnico, que com o passar do tempo e a internacionalização da luta angolana vai ganhando cores mais fortes de um movimento de esquerda, pleiteando uma modernidade alternativa para a Angola independente, chegando a assumir um discurso recorrente em muitos países africanos nos anos 1960 e 1970 quanto à necessidade de criação de um homem novo, que iria gerar uma nova sociedade (BITTENCOURT, 2008, p. 04).

A principal influência política neste período foi o marxismo, embora nem todos os mestiços e *assimilados* fossem afeitos a tal ideologia. O Partido Comunista Português (PCP), que teve importante papel nesse processo, através dos laços com Viriato da Cruz, um dos líderes do MPLA e editor da revista Mensagem, ajudou a criar o Partido Comunista Angolano, em 1954. Enquanto única oposição anti-salazarista ativa durante o Estado Novo, membros do PCP teriam se infiltrado em algumas associações coloniais angolanas autorizadas, como a LNA e a ANANGOLA (GUIMARÃES, 2001). Além da atividade clandestina em Luanda, o nacionalismo angolano também se organizou a partir de Lisboa, através de associações estudantis. Dentre estes estudantes em Lisboa e Coimbra na década de 1950, destaca-se Mário Pinto de Andrade, o fundador do MPLA, Agostinho Neto, o líder do MPLA, e Lúcio Lara, ideólogo do MPLA (NEWITT, 2007). Uma das mais importantes associações, fundada em Lisboa em 1944, foi a Casa dos Estudantes do Império, onde os estudantes adquiriam uma consciência política revolucionária. Além deste, os estudantes africanos também criaram, em Lisboa, o Centro de Estudos Africanos, em 1951, com um enfoque africanista, visando desenvolver a consciência revolucionária dos estudantes africanos e uni-los num quadro associativo, contando com líderes dos futuros partidos FRELIMO, MPLA e PAIGC, tais quais, Mário Pinto de Andrade, Amílcar Cabral, António Agostinho Neto, Alda do Espírito Santo, José Tenreiro e Noémia de Souza. Estes jovens africanos, desenraizados por conta da política de *assimilação*, buscavam estabelecer um elo com o passado cultural e forjar uma identidade africana. Além dessa luta, os estudantes africanos também faziam parte da luta contra o Estado Novo, principalmente através do PCP (MBAH, 2010).

As atividades políticas não se limitavam à militância intelectual. Em 1954, por exemplo, os estudantes começaram a se aproximar dos trabalhadores imigrantes de Angola e africanos

lusófonos residentes em Lisboa, como marinheiros angolanos que viviam nos bairros populares de Lisboa. Disso resultou importante associação, o Clube Marítimo Africano (CMA), e a disseminação das ideias anticoloniais e marxista-leninistas, em Angola (MBAH, 2010; CAHEN, 2006). Com a criação do Movimento Anticolonial (MAC) em Portugal, em 1957, lançava-se uma nova etapa no processo de unificação das componentes nacionalistas angolanas e africanas europeias. A criação do MAC correspondia a uma necessidade para as trocas de informação entre os angolanos residentes em Lisboa e os dirigentes do interior do país (Viriato da Cruz e Ilídio Machado, principalmente).

De acordo com Guimarães (2001), a partir destas organizações surgiu o núcleo do MPLA, com Viriato da Cruz e Ilídio Machado atuando em Luanda, Agostinho Neto junto aos marinheiros, e Mário de Andrade em Lisboa. Contudo, no fim dos anos 1950, a liderança desses movimentos foi atingida por uma campanha de prisões e exílio realizada pelos portugueses. Foi criada uma seção especial na PIDE para Angola, em 1957, responsável pela prisão de Ilídio Machado e Agostinho Neto, no início da década de 1960. Com a repressão política em Luanda, Mário de Andrade, Viriato da Cruz e Lúcio Lara formaram o núcleo da liderança do MPLA no exílio, atuando em Paris por intermédio do MAC (SOMERVILLE, 1986).

Segundo a versão oficial, o MPLA surgiu em 10 de dezembro de 1956, em Luanda, resultado da fusão entre diferentes organizações nacionalistas angolanas clandestinas: o Partido Comunista Angolano, o Movimento para Independência de Angola (MIA) o Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA) e o Movimento para a Independência Nacional de Angola (MINA), sob liderança de Ilídio Machado (PCA), Viriato da Cruz (Mensagem), Matias Migueis, Higinio Aires e André Franco de Sousa (MBAH, 2010; GUIMARÃES, 2001). O Manifesto do MPLA, lançado nesta data, situaria a fundação do partido e o apelo à unidade nacional, segundo o qual:

[...] a derrota do colonialismo português não será possível sem luta. Desse ponto de vista decorre que existe um único meio de libertação do povo angolano: o da luta revolucionária. Essa luta, no entanto, só poderá alcançar a vitória final através de uma frente unida de todas as forças anti-imperialistas de Angola, sem levar em conta a cor política, a situação social, as crenças religiosas e as tendências filosóficas dos indivíduos, no seio de um amplo MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA. O movimento, no entanto, só poderá nascer a partir duma aliança de todos os patriotas angolanos no seio de uma organização única. O movimento será o somatório das actividades de milhares e milhares de organizações (de três, ou mesmo de centenas de membros cada uma) que se formarão em Angola. O que significa que o povo

angolano tem que se organizar através dessas organizações esparsas por todo o território nacional (MBAH, 2010, p. 88, grifo do autor).

Ainda de acordo com a versão oficial, a partir disso o Movimento se infiltrou pelo país e, em decorrência da repressão colonial no fim dos anos 1950, refugiou-se em Conakry e, posteriormente, em Léopoldville. Em 04 de fevereiro de 1961, os ativistas remanescentes realizaram um ataque às prisões de Luanda, o que, embora não com sucesso, marcou o início da luta do MPLA contra os portugueses¹⁶ (GUIMARÃES, 2001). Entretanto, essa versão é questionada, inclusive por membros do partido, segundo os quais o movimento teria se originado somente depois dos anos 1960, a partir de sua base em Conakry. Para os fins desta análise, será apresentada também a versão alternativa.

Após ter entrado em contato com os estudantes de Lisboa através de Lúcio Lara e do CMA, Viriato da Cruz foi a Lisboa em 1957 para esclarecer a situação em Angola, particularmente o Manifesto lançado em 1956. Posteriormente, conversas entre Viriato, Mário de Andrade e Lúcio Lara em Paris permitiram lançar as bases de um debate político sobre o tipo de organização que pretendiam lançar. Para Mário de Andrade, as condições em Angola não eram suficientes para a criação de um partido comunista, como sugerido por Viriato da Cruz, a ser dirigido por uma vanguarda da classe operária africana, inexistente naquele momento. Muito embora nessas discussões tenha ressurgido o nome contido no manifesto, de um *Movimento Popular de Libertação de Angola*, foi com a bandeira do Movimento Anticolonial que os futuros dirigentes do MPLA se apresentaram na Segunda Conferência dos Povos Africanos, em Tunis, em 1960. Como visto anteriormente, foi nesta situação que Lúcio Lara e Viriato da Cruz conheceram Holden Roberto, que se apresentou em nome da UPA (MBAH, 2010).

O choque pela existência de um movimento rival, a UPA/FNLA, à época mais consolidado, teria contribuído para que os dirigentes se instalassem em Conakry e iniciassem a divulgação do que viria a ser o MPLA. A partir do Movimento de Independência Nacional de Angola (MINA), criado da fusão de núcleos de contestação colonial, houve uma ação política mais ampla, se comparado com a militância no exílio, em Paris. Assim, nos primeiros meses de 1960 os militantes da MINA teriam se reunido diversas vezes em Luanda e discutido o futuro do

¹⁶ De acordo com algumas versões, os próprios ataques às prisões em 04 de fevereiro de 1961 não teriam sido realizados pelo MPLA, mas sim por outros elementos anticoloniais presentes em Luanda à época. O MPLA teria reivindicado a autoria dos eventos como forma de fortalecer sua imagem e presença na luta pela libertação nacional (GUIMARÃES, 2001).

nacionalismo angolano. O movimento adquiriu uma nova direção, e também novas rupturas, com a entrada de Agostinho Neto e a consequente mudança da sigla para MPLA, em 1960, o nome já conhecido no exterior como representante da luta deste grupo representante do povo angolano (MBAH, 2010). Em 1962, o MPLA se estabeleceu no Zaire, um dos centros de guerrilhas de libertação africanas, onde permaneceu a duras penas até novembro de 1963, quando foi expulso em decorrência do antagonismo com o governo, que apoiava a FNLA. Diante disso, o MPLA se inseriu no Congo Brazzaville, onde fortaleceu seu perfil marxista e pode consolidar o movimento e os contatos com Cuba e com a URSS (NEWITT, 2007).

Portanto, é possível afirmar que o MPLA nasceu em 1956, quando da publicação do seu Manifesto, mas que sua afirmação na cena política angolana se deu mais tarde, em 1960, após diversas discussões entre seus líderes (MBAH, 2010). De acordo com Guimarães (2001), é possível apontar duas principais correntes influenciando o MPLA, o nacionalismo e o marxismo. Os aspectos gerais do seu nacionalismo dizem respeito à busca de uma nacionalidade angolana. O marxismo, por sua vez, era utilizado para se pensar a luta em termos de classes sociais e não de um conflito racial, isto é, de uma luta dos oprimidos contra o os colonizadores opressores, e não de oprimidos contra oprimidos. Não é o marxismo ortodoxo, enquanto teoria de luta de classe, que forma a base ideológica do MPLA, mas sim a doutrina e prática da libertação nacional, a qual leva a uma definição mais ampla de dominação colonial.

Cahen (2006) fez uma versão interessante para a escolha do marxismo como esquema interpretativo da luta do MPLA. De acordo com o autor, foi estratégico para o partido, que buscava ser representante único e legítimo de determinado povo, pautar seu discurso por um ideário de partido único e próximo ao pensamento marxista. O marxismo teria se encaixado perfeitamente em um contexto em que a luta armada era inevitável, havendo sido utilizado como expressão de um nacionalismo modernista, que poderia enquadrar a sociedade e a modernizar autoritariamente para nacionalizá-la, e promover a criação de um homem novo e de uma nação angolana. Para o autor, esses elementos correspondiam aos costumes dessa elite africana em desenvolvimento, a qual veio a constituir as bases do governo do MPLA no Estado independente, como será demonstrado no quarto capítulo.

Apesar dos ditames teóricos e ortodoxos do marxismo ditarem as fases históricas para a construção do comunismo, as quais não se aplicavam aos estados pré-industriais, os nacionalistas do Terceiro Mundo viram no marxismo um modelo de construção do Estado, como forma de

modernizar e desenvolver a economia do país rapidamente, de modo centralizado. Um panorama socialista também foi utilizado para se ter uma concepção da nação angolana, versando sobre os perigos do tribalismo e do racismo, isto é, que a verdadeira luta deveria ser contra o sistema colonial injusto e não entre eles mesmos (GUIMARÃES, 2001).

2.2.3 União Nacional para a Independência Total de Angola – UNITA

A União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), criada em 1966 por Jonas Savimbi, foi o movimento mais recente a se formar no país, e que junto com o MPLA desempenhou papel central ao longo de toda a Guerra Civil (1975-2002). Diante das representações nacionalistas angolanas da FNLA e do MPLA, as quais, mesmo que despretensiosamente, tinham um caráter geográfico particular, boa parte da população angolana, especialmente nas áreas do interior, não estava representada e não era figura ativa da luta pela libertação. Assim, a criação da UNITA remonta a um movimento cujas origens se situam no interior de Angola, visando à representatividade da maioria da população e cultura angolana, localizada nas áreas rurais do país. O movimento não teve tradução linear com uma representação étnica, não sendo nem mesmo expressão de um nacionalismo étnico tardio. A relação que o grupo Ovimbundu veio a construir com a UNITA, e o desenvolvimento de sua consciência étnica, a partir de 1976, foi uma decorrência da Guerra Civil e da maneira pela qual o MPLA projetou seu poder (MESSIANT, 1994).

Enquanto estudante de Ciências Sociais, Políticas e Jurídicas na Suíça, no início de 1960, Jonas Malheiros Savimbi começou a manter contatos com o MPLA, ao qual cogitava se associar, e também com a FNLA. Percebendo que não teria o protagonismo desejado junto ao MPLA, começou sua trajetória nacionalista militando na UPA/FNLA, em 1961, quando foi nomeado Secretário-Geral e, posteriormente, Ministro dos Negócios Estrangeiros da FNLA durante o GRAE (CAPOCO, 2013; FERNANDO, 2013). Desde 1964, Savimbi mantinha relações com a China, motivado por seu interesse pelo maoísmo, e durante o GRAE pode intensificar laços com lideranças internacionais, dos quais receberia apoio, como, por exemplo, Gamal Nasser, do Egito, e Kenneth Kaunda, da Zâmbia (FERNANDO, 2013). As dificuldades entre Holden Roberto e Savimbi surgiram nesta época, visto que Savimbi não simpatizava com a ideia de um governo em uma terra estrangeira, que para ele devia estar em contato com o povo angolano no interior. Além

disso, Savimbi teria perdido a esperança no MPLA e na FNLA em desenvolver um desafio militar consolidado contra os portugueses, principalmente por sua incapacidade em constituir uma frente única do nacionalismo angolano. Para ele, a solução seria o estabelecimento de um movimento anticolonial baseado no interior do país e com apoio da população rural (GUIMARÃES, 2001).

Savimbi se retirou da FNLA em 16 de julho de 1964 durante a Conferência dos Povos Africanos, ocasião em que proferiu dura crítica a Holden Roberto e à divisão de forças no interior do GRAE, junto com um grupo de dissidentes seduzidos pela proposta de criação de um novo movimento, como Miguel Puna, Tony da Costa Fernandes e Ernesto Mulato (CAPOCO, 2013; FERNANDO, 2013). Ainda neste ano, Savimbi manteve contatos com o MPLA, os quais logo se dissiparam, e também visitou a Argélia, a China, o Vietnã do Norte, a Coreia do Norte, a Europa Leste, e Egito, onde, com apoio de Nasser, iniciou contatos com os EUA e a China. Desta, recebeu US\$30.000 e o convite para formação militar de 11 militantes na Academia de Nanquim. Em 1965, Savimbi atingiu a base de Kongwa, na Tanzânia, importante espaço de treinamento de guerrilhas de libertação africanas, onde recrutou diversos militantes para a formação da UNITA, como Samuel Chiwale e os irmãos Chingunji (FERNANDO, 2013).

A fundação do partido ocorreu em 15 de março de 1966, em Muangai, com participação de 18 membros fundadores¹⁷. Em 18 de setembro a UNITA lançou sua primeira investida contra as forças portuguesas, e durante o ano de 1967 fortaleceu sua presença nas zonas mais remotas do país, angariando apoio das populações rurais localizadas no interior (FERNANDO, 2013). Contudo, ainda em 1974, a UNITA tinha uma presença militar fraca e com pouco apoio popular. De acordo com Christine Messiant (1994), em 1975 as pessoas identificadas como Ovimbundu não tinham alinhamento e apoio direto à UNITA, com exceção de algumas missões protestantes. Foi a expansão da guerra ao Planalto Central, “[...] o aumento da repressão, primeiro pela UNITA, e em seguida pelo MPLA, quando este retoma o controle de territórios que haviam sido ocupados pela UNITA, que lhe confere sua primeira âncora étnica [...]” (MESSIANT, 1994, p. 169, tradução nossa)¹⁸.

¹⁷ Sendo eles: Jonas Savimbi, João Lihuca, Tony da Costa Fernandes, David Chingunji, Samuel Chiwale, Samuel Chingunji, Miguel Puna, Ernesto Mulato, Alexandre Chinguto, Pedro Moisés, José Kalundungu, Jacob Hossi, Jeremias Nundu, Nicolau Tchiuca, Isafas Mussumba, Mateus Bundua, Samuel Muanangola e Tiago Sachilombo (FERNANDO, 2013, p. 13).

¹⁸ No original: “[...] l’ampleur de la répression menée par l’UNITA d’abord puis par le MPLA quand il reprend possession des territoires qu’avait occupés l’UNITA, qui donnent à celle-ci son premier ancrage ethnique [...]”.

Como será analisado no próximo capítulo, após derrota em 1975, a UNITA se direcionou à Jamba, onde deu início a um sistema de controle mais próximo das populações – as quais dificilmente receberiam proteção do MPLA – baseada em uma concepção maoísta-leninista de Estado, que, aos poucos se constituiu num regime de exclusão radical. A UNITA administrou essas populações através de organizações de massa, que, associadas a seu controle dos recursos econômicos e apoio da África do Sul, deu-lhe todos os meios de exercício e legitimação do poder, centralizados em uma estrutura político-militar, ela mesma submissa à personalidade de Savimbi. E, a partir disso, produziu-se uma etnização das estruturas de poder, em favor dos Ovimbundu, e uma tribalização em favor de Bié, região de origem de Savimbi (MESSIANT, 1994).

Assim como a FNLA, a UNITA condenava a presença de mestiços e *assimilados* no MPLA, grupos considerados como sendo os principais beneficiários do colonialismo. Deste modo, a raça, ao contrário das diferenças étnicas, era usada como instrumento de mobilização política, expressão de um nacionalismo africano. Ao contrário da FNLA, por outro lado, seus dirigentes *assimilados* não defendiam um determinado grupo étnico, mas sim o povo africano, priorizando, deste modo, as diferenças raciais em relação aos mestiços, e culturais em relação aos “crioulos”. A adoção do maoísmo teve conformidade com esta especificidade, pois não dizia respeito a uma ideologia étnica-nacionalista e nem ao marxismo europeu do MPLA, antes sim, a valorizar as raízes rurais, característica da maioria da população angolana (MESSIANT, 1994). Desse modo, a UNITA não surgiu unicamente como um grupo armado, mas como “[...] uma organização nacionalista que, assim como os dois outros, exprimia os interesses de certos grupos sociais angolanos” (MESSIANT, 1994, p. 168, tradução nossa)¹⁹. Por fim, convém mencionar que as características ideológicas da UNITA também foram influenciadas pelo contexto da disputa sino-soviética dos anos 1960, fazendo com que, por um lado, a UNITA se declarasse como um movimento anticomunista que buscava rever o imperialismo social da URSS, e, por outro, defendesse as virtudes do maoísmo (GUIMARÃES, 2001).

2.2.4 Os alinhamentos externos

¹⁹ No original: “[...] une organisation nationaliste exprimant comme lês deux autres politiquement les intérêts de certains groupes sociaux angolais”.

Se no final de 1974 os movimentos de libertação eram constituídos por pequenas unidades de guerrilha, aproximadamente um ano depois os mesmos já possuíam tanques, carros blindados e caças a jato, num movimento de luta pelo poder pós-independência (GUIMARÃES, 2001). De acordo com Gleijeses (2002), é necessário distinguir duas fases relativas à intervenção estrangeira no conflito, a primeira, do verão de 1974 até outubro de 1975, e a segunda, que começou em outubro de 1975, na qual o envolvimento do bloco soviético superou o Ocidente e os soldados da África do Sul e Cuba foram os principais protagonistas no campo de batalhas.

A China foi o primeiro país a se envolver diretamente no conflito, em 1973, ao conceder treinamento militar e armas às guerrilhas da FNLA baseadas no Zaire (GEORGE, 2006). De acordo com Guimarães (2001), esta associação ocorreu devido à importante relação que a China mantinha com aquele país. Na ocasião do golpe em Lisboa, “[...] a FNLA tinha recebido 450 toneladas de armas e 125 instrutores militares chineses [...]” (SOMERVILLE, 1986, p. 41, tradução nossa)²⁰. Antes disso, a China havia estabelecido relações com a UNITA, como demonstrado anteriormente. A política chinesa para Angola foi motivada pela rivalidade com a União Soviética, na qual se buscou contrapor a influência soviética no continente africano. Ademais, a FNLA recebeu apoio da Romênia e, principalmente, do Zaire de Mobutu, através de uma operação secreta da CIA em Angola, a IAFEATURE (GUIMARÃES, 2001). No final de agosto de 1975 chegaram os instrutores sul-africanos para treinar a UNITA, os membros da missão paramilitar da CIA para treinar a UNITA e a FNLA, e os primeiros membros da Missão Militar Cubana (MMCA), destinada ao treinamento das forças do MPLA. O Zaire foi o primeiro a enviar soldados, em março de 1975, depois os sul-africanos, na metade de outubro, e os cubanos no início de novembro (GLEIJESES, 2002, p. 352).

O principal pilar de apoio da FNLA na luta era o Zaire, que, a partir da relação pessoal entre Mobutu e Holden Roberto, assistia a FNLA financeiramente, com provisão de armamento e o acesso a uma base militar em Kinkuzu. O objetivo do Zaire era estabelecer um governo amigável em Angola para, assim, perseguir seu interesse em se transformar na potência regional na África central. O apoio à FNLA também era devido à disputa com o regime socialista do Congo Brazzaville, que, desde 1963 durante o governo de Massemba-Debat, financiava oponentes de esquerda no Zaire, principalmente o Comitê de Libertação Nacional. Além disso, o fato de que mais da metade das exportações de cobre do Zaire eram realizadas pelos portos

²⁰ No original: “[...] the FNLA had received 450 tons of weapons and 125 military instructors from the Chinese [...]”.

angolanos via ferrovia de Benguela corroborava a ameaça posta por um governo de esquerda neste país (GUIMARÃES, 2001).

Durante os anos 1960 e 1970 nem EUA nem URSS tinham interesses vitais na África, e o relacionamento do próprio EUA com a FNLA era em muitos aspectos reflexo da importância do Zaire para a estratégia norte-americana na região, o qual viria a se tornar o principal canal para a operação secreta da CIA em Angola, desenvolvida a partir de Kinshasa. De acordo com Guimarães (2001), se durante o regime colonial o principal interesse estadunidense era seu relacionamento com Portugal, durante a Guerra Fria o principal objetivo dos EUA, em Angola, era conter a influência da União Soviética²¹.

Quando Kissinger juntou-se à administração americana no final dos anos 1960 foi feita uma revisão da política dos EUA para o sul da África, o *National Security Study Memorandum* (NSSM 39), a partir de cuja recomendação os EUA adotaram uma política de dupla abordagem, opondo-se à repressão racial e diminuindo o isolamento político e econômico dos Estados racistas na região, notavelmente Portugal e África do Sul. Até o golpe em Lisboa, os EUA tinham uma política ambígua, mas entre abril de 1974 e janeiro de 1975 não houve intervenção significativa nas questões políticas angolanas. Entretanto, em janeiro de 1975, antes da assinatura dos acordos de Alvor, os EUA aprovaram o envio de US\$ 300.000 para a FNLA. Em um contexto de dificuldades para os EUA, após o escândalo de Watergate e a Guerra do Vietnam, Kissinger acreditava que era necessário que os EUA mostrassem sua capacidade em conter o avanço soviético e englobar a África em sua esfera de influência (GUIMARÃES, 2001).

O escritório da CIA em Luanda foi aberto em março de 1975, e em 18 de julho de 1975 o Presidente Ford aprovou a operação IAFEATURE, uma operação secreta da CIA para assistência à FNLA e à UNITA no esforço de guerra contra o MPLA. A partir desta operação, autorizou-se inicialmente o envio de US\$ 14 milhões, e mais US\$ 10,7 milhões em 20 de agosto²². Com isso, os EUA estavam na liderança das intervenções externas, apoiados pelo Zaire e, posteriormente, pela África do Sul. Além deles, em julho Inglaterra e França também começaram seus programas

²¹ A importância de Portugal deve-se à localização estratégica dos Açores, utilizados como base militar pelos EUA.

²² Deste valor seriam destinados “[...] US\$ 08 milhões para armas e seu transporte de avião de Kinshasa para Angola; US\$ 2,75 milhões em *cash* para Mobutu, de modo a encorajá-lo a enviar mais armas para a FNLA e a UNITA; US\$ 02 milhões distribuídos em parcelas mensais de US\$ 200.000 para Roberto e Savimbi cobrirem gastos com as operações” (GLEIJESES, 2002, p. 294, tradução nossa). No original: “[...] \$8 million for arms and the planes to transport them from Kinshasa to Angola; \$2, 75 million in cash to Mobutu to encourage him to send more arms to the FNLA and UNITA; \$2 million doled out at \$200,000 a month to both Roberto and Savimbi to cover operating costs”.

de assistência clandestinos: a Inglaterra ajudou a UNITA e, a França, por conta de seu interesse no petróleo de Cabinda, ficou ao lado do Zaire, apoiando ambos os movimentos que atuavam neste território. A ajuda dos EUA começou a chegar a Roberto e Savimbi no início de agosto, quando o MPLA já tinha vencido a batalha de Luanda, ocasião em que as primeiras remessas com armas de Pretória também chegaram à FNLA e à UNITA. Também, no dia quatro de setembro, O Primeiro Ministro sul-africano Vorster autorizou o treinamento militar e o suporte logístico aos movimentos pela SADF²³, em troca de assistência para expulsar a SWAPO do sul de Angola²⁴ (GLEIJESES, 2002).

De acordo com George (2006), a decisão soviética de iniciar o apoio militar ao MPLA ocorreu ao mesmo tempo em que o General Spínola foi retirado do poder, em Portugal, em 30 de setembro de 1974, em razão de seu interesse em reformar e não desmantelar o império português africano²⁵. O MPLA começou a receber assistência militar e financeira da URSS após a visita de Agostinho Neto à Moscou, em 1964. O fato de Portugal já ser membro da OTAN restringiu o suporte soviético ao MPLA para o mínimo que se fazia necessário para a sobrevivência do partido. Segundo Guimarães (2001), o total de ajuda entre o período de 1960 e março de 1975 foi provavelmente US\$ 54 milhões, a maior parte sendo concedida entre 1973 e 1975, além do ensino educacional na URSS, iniciado em 1965. Antes de 1964, o MPLA não adotava uma postura claramente marxista, mas sim de não alinhamento. Esta roupagem mudou depois do *débâcle* em Léopoldville, quando o MPLA foi expulso do Zaire e Agostinho Neto procurou apoio na URSS e refugiou-se no Congo Brazzaville. Para a União Soviética um governo favorável em Angola lhe daria acesso aos portos do Oceano Atlântico e capacidade de se projetar além de sua esfera de influência tradicional.

Segundo documentos angolanos e cubanos, a URSS iniciou o envio de armas ao MPLA em dezembro de 1974, sendo difícil delimitar o montante dos recursos. Em março de 1975, com a

²³ *South African Defence Force* – do inglês, Força de Defesa da África do Sul.

²⁴ Piero Gleijeses (2002, p. 350-351) destaca que, no momento da independência, o MPLA havia recebido cerca de US\$ 81 milhões da URSS em equipamento militar. Os EUA, por sua vez, haviam enviado US\$ 32 milhões que, se somados com os US\$ 14,1 milhões enviados pela África do Sul em armamentos para Savimbi e Roberto, em julho de 1975, e a assistência da China, França, Inglaterra, Alemanha Ocidental e Romênia, totalizariam um valor muito provavelmente maior que os US\$ 81 milhões soviéticos.

²⁵ De acordo com Somerville (1986, p. 42, tradução nossa), “[...] em setembro (de 1974), Roberto, Chipenda e o Presidente Mobutu se reuniram em Sal, no Cabo Verde, com o General Spínola, a fim de discutir planos para a independência que excluiriam o MPLA”. Depois desse incidente, Spínola foi substituído pelo General Costa Gomes, o qual prosseguiu com as negociações para a transição política em Angola (GEORGE, 2006). No original: “[...] in September, Roberto, Chipenda and President Mobutu held a meeting at Sal in Cape Verde with General Spínola to discuss plans for independence that would exclude the MPLA”.

chegada dos aviões soviéticos a Brazzaville com armamentos para o MPLA, a assistência começou a aumentar. Nesse ínterim, fontes afirmam que o envio de armamentos pela Iugoslávia foi essencial para a sobrevivência do movimento. A República Democrática da Alemanha também deu assistência ao MPLA antes da independência, desde janeiro de 1975, com envio de navios de assistência não militar e, a partir de setembro, com o envio de armas. Ao contrário da FNLA e da UNITA, o MPLA só podia receber ajuda militar por mar ou ar. Assim, a assistência chegava ao Congo, em Pointe Noire, de onde era direcionado para Angola (GLEIJESES, 2002).

Para a África do Sul, o colapso do império português era uma ameaça aos seus interesses na região. A independência de Angola abria caminho para influências entre os acontecimentos no norte da África e o aumento da instabilidade na Namíbia e na Rodésia do Sul. Particularmente, expunha as fronteiras da Namíbia a estados com políticas antiapartheid e aos Estados da Linha de Frente²⁶ (GLEIJESES, 2002; PEREIRA, 2012).

Os anos 1980 representaram o esfacelamento do cordão de segurança de colônias brancas que protegiam a África do Sul da “onda negra”. Em seguida a Angola e a Moçambique, a Rodésia do Sul tornou-se independente (1980), sob o nome de Zimbábue, com a liderança de Robert Mugabe. O colapso das colônias brancas que circundavam a África do Sul foi acompanhado pela intensificação da resistência interna no país, iniciada com a revolta de Soweto, em 1976. Esse novo contexto sul-africano, além de produzir uma grave crise interna, provocou uma reação externa drástica, na forma de embargo de armas (PEREIRA, 2012, p. 111).

A Namíbia, que se tornou um mandato sul-africano após a Primeira Guerra Mundial, era ocupada ilegalmente pela África do Sul desde a decisão da Corte Internacional de Justiça e a ordem de sua retirada, em junho de 1971, ação endossada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), em outubro. À época, as pressões para a retirada sul-africana eram grandes, acompanhadas das demandas da SWAPO²⁷. Por outro lado, em 11 de novembro de 1965 o Primeiro Ministro da Rodésia do Sul, Ian Smith, declarou unilateralmente e ilegalmente a independência do país da Inglaterra, visando preservar um governo de minoria branca. Mesmo com as sanções do Conselho de Segurança, o regime foi capaz de se manter através do apoio da

²⁶ Formado por Zimbábue, Angola, Botsuana, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia, o grupo tinha o objetivo de lutar contra o apartheid e as ações desestabilizadoras na África austral, particularmente priorizar “[...] a segurança coletiva e o apoio aos movimentos de libertação nacional, face a seus poderosos vizinhos do sul” (VISENTINI, 2010, p. 129).

²⁷ Do inglês *South West Africa People's Organization*, a SWAPO foi um movimento de libertação que representava principalmente o povo Ovambo, situado na fronteira com Angola, representante de 46% da população namibiana. A atividade de guerrilha da SWAPO começou em 1966 através das bases na Zâmbia e veio a obter importante apoio no sul de Angola, com a cooperação com o MPLA e Cuba (GLEIJESES, 2002).

África do Sul, especialmente para conter os insurgentes negros (GLEIJESES, 2002). Tanto na Namíbia quanto na Rodésia do Sul a África do Sul recebeu apoio português para a manutenção de sua área de influência livre dos pensamentos de resistência que se espriavam pelo continente²⁸.

Em razão da presença dos três Movimentos de Libertação, a África do Sul pode contornar a situação apoiando a UNITA e a FNLA, em detrimento do MPLA. Savimbi se aproximou da África do Sul em 1974 através dos colonos portugueses, com o interesse de formar um bloco anticomunista. Em troca de armas e dinheiro, a UNITA preveniria que as unidades armadas da SWAPO adentrassem o território da Namíbia. Mais ou menos na mesma época, Holden Roberto também deu os primeiros passos em direção a uma aliança com este país, recebendo uma assistência menor em armas e dinheiro. Além disso, de acordo com Gleijeses (2002), em junho de 1975 Vorster aproximou-se dos EUA para uma colaboração em Angola.

A decisão cubana de enviar seus soldados para Angola foi um ato independente, que aconteceu sem consulta prévia à União Soviética. No momento em que Cuba enviou suas forças para Angola, em 1975, Castro, na verdade, desafiou o líder soviético, Leonid Brezhnev, que era contra o envio dos soldados cubanos (GLEIJESES, 2006). Além disso, levando em consideração o poderio militar sul-africano, uma das maiores forças do Continente, os soldados cubanos poderiam ter ficado diante de um ataque total da África do Sul, isso sem qualquer garantia de assistência da URSS (PEREIRA, 2013). De acordo com Pereira (2013), ao longo de sua revolução, Cuba se distanciou de um perfil socialista, para enfatizar um perfil revolucionário terceiro-mundista. Embora as relações entre Cuba e o continente africano já se desenrolassem antes mesmo da guerra em Angola²⁹, foi com a Operação Carlota, lançada após a intervenção sul-africana no sul de Angola, que sua presença se consolidou, sendo aprofundada na Etiópia, em 1977. Este envolvimento era caracterizado “[...] pelo idealismo e pelo pragmatismo, apesar de, em muitos momentos, a *Realpolitik* ter-se expressado com mais vigor do que os propósitos idealistas” (PEREIRA, 2013, p. 197).

²⁸ Ian Smith recebia suporte a partir de Moçambique, onde os portugueses ajudaram militarmente a Rodésia do Sul a atacar as bases rebeldes em Moçambique. Por outro lado, os portugueses compartilhavam inteligência e permitiam que a África do Sul conduzisse operações contra a SWAPO no sudeste de Angola. Com o fim do Estado Novo, a FRELIMO, um partido de esquerda, assumiu o poder em Moçambique, em 25 de junho de 1975, e as patrulhas sul-africanas não foram mais permitidas de atuar em Angola, vindo a deixar o regime do apartheid bastante vulnerável às agitações anticoloniais (GLEIJESES, 2002).

²⁹ Desde 1962, Cuba já enviava ajuda médica e militar aos rebeldes na Argélia. Esse processo foi aprofundado com a viagem de Che Guevara à África, em 1964 (PEREIRA, 2013).

Ao se desdobrar sobre as motivações que levaram Cuba a intervir na África, seja em Angola ou na Etiópia, Piero Gleijeses assinalou que houve diferenças entre a presença cubana na África nos anos 1960 com a presença nos anos 1970, quando a questão da autodefesa, que era forte nos anos 1960, tornou-se menos saliente, embora as hostilidades com os EUA tenham retornado com o Governo Reagan, na década de 1980 (GLEIJESES, 2006, p. 46). A questão mais perceptível parece ter sido justamente o comprometimento cubano com uma causa revolucionária na qual realmente acreditava. Assim, Cuba é analisado por Gleijeses como um país híbrido:

[...] um país Comunista com uma sensibilidade terceiro-mundista em um mundo dominado pelo conflito entre os privilegiados e desprivilegiados – humanidade contra imperialismo – e no qual o principal problema não era entre países Comunistas e capitalistas, mas sim entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Para Castro, a luta contra o imperialismo era mais do que uma luta contra os Estados Unidos: era uma luta contra a pobreza e a opressão no Terceiro Mundo [...] Evidentemente, Cuba não poderia perseguir essa política na África ou na América Latina sem o suporte econômico e militar que recebeu da União Soviética (GLEIJESES, 2006, p. 47-48, tradução nossa)³⁰.

Em 16 de janeiro de 1975, Cuba e URSS assinaram um protocolo militar, segundo o qual a URSS concederia US\$ 25 milhões em armamentos, os quais seriam entregues diretamente aos cubanos em Angola³¹. No fim do mês, dois navios soviéticos levaram 43 tanques, doze BM-21s, 17 BTRs e outros armamentos, o primeiro carregamento de armas para as forças cubanas em Angola (GLEIJESES, 2002, p. 369). A presença cubana também foi acompanhada de um programa massivo de assistência técnica, principalmente nas áreas da saúde, educação e construção, além das bolsas de estudo pagas pelo governo cubano. A presença militar de Cuba em Angola só foi encerrada em 1991, após a assinatura dos acordos de Nova York, que previa, além da retirada das forças cubanas e sul-africanas, a independência da Namíbia.

Ao longo do capítulo demonstrou-se o papel da colonização portuguesa na estruturação da sociedade angolana, e a conformação dos arranjos políticos e interesses pleiteados pelas diversas elites nacionais, contemplados através das divisões nacionalistas estabelecidas pelos três

³⁰ No original: “[...] a Communist country with a Third World sensibility in a world dominated by the conflict between privileged and underprivileged – humanity against imperialism – and in which the major faultline was not between Communist and capitalist states but between developed and underdeveloped countries. For Castro, the fight against imperialism was more than a fight against the United States: it was a fight against poverty and oppression in the Third World [...] Of course, Cuba could not have pursued this policy in Africa or in Latin American without the economic and military support it received from the Soviet Union.

³¹ É possível distinguir, portanto, dois tipos de entrega de armas da URSS para Angola: o primeiro destinado às Forças Armadas Populares de Angola (FAPLA), iniciado em 1975, e o segundo destinado para as forças cubanas em Angola, iniciado no final de janeiro de 1976 (GLEIJESES, 2002).

principais movimentos de libertação nacional entre si. Por fim, a partir de um mapeamento dos alinhamentos externos desses movimentos, buscou-se tecer o pano de fundo para a análise das disputas pelo poder durante a Guerra Civil, tema do capítulo seguinte, e, assim, demonstrar de que forma a trajetória histórica das disputas políticas ao longo desse período contribuiu para a consagração do MPLA no poder, em razão de sua posterior vitória na Guerra, em 2002.

3 A GUERRA CIVIL ANGOLANA (1975-2002)

Ao longo da Guerra Civil angolana, os atritos entre os movimentos armados foram exacerbados pela interferência de atores externos, principalmente as superpotências da Guerra Fria, Cuba e África do Sul, como apresentado no capítulo anterior. O fim do confronto Leste-Oeste teve, portanto, importantes desdobramentos para a Guerra Civil e a resolução das questões securitárias regionais. Entretanto, as rivalidades entre os grupos políticos angolanos eram muito mais profundas que a disputa de poder no Sistema Internacional. Neste sentido, mesmo com o fim da Guerra Fria, a Guerra Civil em Angola perdurou ainda mais uma década, período que marcou o auge da violência e enfrentamento entre UNITA e MPLA. É fundamental compreender os rumos e consequências da Guerra Civil e seu desfecho, em 2002, pois a vitória nesta guerra significou ao MPLA sua consolidação no poder, processo iniciado com o controle do aparato estatal após a independência, ampliado ao longo do processo de liberalização econômica e política na década de 1990 e controle das rendas do petróleo, e arrematado com a vitória na Guerra Civil e nas eleições presidenciais, posteriormente, em 2012.

Neste sentido, o objetivo deste capítulo é ilustrar a trajetória da Guerra Civil angolana (1975-2002) para, no capítulo seguinte, investigar o processo de evolução do MPLA ao longo desse período. Na primeira seção é feita uma exposição histórica do período inicial da Guerra Civil, entre o acordo de Alvor, em 1975, e a batalha de Cuito Cuanavale, em 1988, período em que houve intensa interferência externa e protagonismo cubano e sul-africano no campo de batalha. Na segunda seção, por sua vez, analisa-se com maior profundidade os processos políticos da guerra nos anos 1990, particularmente o protagonismo militar da UNITA e sua transformação em uma guerrilha de senhores da guerra, e os impactos disso para a política nacional angolana como um todo.

3.1 A falência do acordo de Alvor e o início de uma guerra mundializada

Após o golpe de 25 de abril de 1974, “[...] o governo português teve papel central nas tentativas de unir os três Movimentos de Libertação de Angola, de modo a prevenir uma Guerra

Civil” (SOMERVILLE, 1986, p. 41, tradução nossa)³². Diversos encontros foram realizados com o objetivo de unir os Movimentos de Libertação, principalmente MPLA e FNLA, em uma única plataforma política nacional para o período pós-independência³³. Em vista que nenhum deles obteve o resultado esperado, em Alvor – Portugal foi firmado o acordo final que previu a independência de Angola e reconheceu a existência de três Movimentos de Libertação, MPLA, UNITA e FNLA. Em junho de 1974 a UNITA concordou com a suspensão das hostilidades, em 12 de outubro a FNLA assinou um acordo de cessar-fogo e, em 21 de outubro, foi a vez do MPLA, abrindo espaço para as negociações referentes à transição para a independência (SOMERVILLE, 1986).

O acordo de Alvor foi assinado em 15 de janeiro de 1975, definindo a formação de um governo de coalizão entre os três movimentos e Portugal, a permanecer até a independência oficial, em 11 de novembro do referido ano. O governo de transição foi formado em 31 de janeiro, liderado por um Conselho Presidencial constituído por Lopo do Nascimento (MPLA), Johnny Eduardo Pinock (FNLA) e José N’Dele (UNITA) (SOMERVILLE, 1986). Além disso, o acordo também reconheceu o enclave de Cabinda como parte do território angolano, fixou a independência do país em 11 de novembro de 1975, recomendou a aprovação de uma Constituição – ainda antes das eleições, no fim de outubro – e previu a criação de um exército nacional composto de 24 mil soldados (08 mil soldados por movimento), a ser apoiado por 24 mil soldados portugueses, os quais deveriam se retirar de território angolano em fevereiro de 1976 (MBAH, 2010).

A despeito dos esforços, nesta conjuntura os três Movimentos de Libertação já apresentavam agendas muito particulares e as rivalidades superavam os interesses de aproximação, as quais eram reforçadas pelos alinhamentos externos. A FNLA era o movimento

³² No original: “[...] the Portuguese government taking an active role in trying to bring together the three liberation movements in Angola to prevent a civil war”.

³³ Em maio de 1962, em Léopoldville, após reuniões fracassadas em Monróvia, em maio de 1961, e Túnis, em 1960; em junho de 1962, sob liderança do Presidente do Gana Kwame N’Krumah; em 1964, quando foi criado o Comitê dos Três, envolvendo Congo Brazzaville, Gana e República Árabe Unida; em 1972, ocasião em que foi criado um subcomitê, constituído por República Popular do Congo, Tanzânia, Zaire e Zâmbia, responsável pela criação das primeiras estruturas políticas comuns entre FNLA e MPLA (Conselho Supremo de Libertação de Angola, Conselho Político Angolano e o Comando Militar Unificado), os quais foram destituídos em razão da negação ao MPLA, por parte das autoridades do Zaire, em utilizar o território para trânsito de seus soldados e seu material militar; e em Mombaça, no Quênia, entre 03 e 06 de janeiro de 1975, por iniciativa do Presidente Jomo Keniatta, contando com a presença de Agostinho Neto, Holden Roberto e Jonas Savimbi, ocasião em que a UNITA foi reconhecida internacionalmente como um dos movimentos políticos angolanos (MBAH, 2010).

com posição militar mais forte³⁴, enquanto que a UNITA ainda não tinha sido capaz de estender sua influência para além da região Ovimbundu de Huambo e Bié, efetuando apenas ataques esporádicos à ferrovia de Benguela e à província de Moxico (GEORGE, 2006). Por outro lado, apesar dos esforços em consolidar a unidade do movimento, o MPLA passava por disputas internas entre diversas facções políticas³⁵.

Determinados a tomar o controle de Luanda, confrontos iniciaram entre MPLA e FNLA, em 23 de março, resultando no envio de 1.200 soldados do Zaire à Luanda, para apoiar a FNLA (GEORGE, 2006). Havia um sentimento entre os movimentos de que aquele que controlasse a capital no momento da independência assumiria o poder em Angola. Além disso, um dos principais choques ao Governo de Transição veio a ser a tentativa de golpe, em 11 de março, pelo General Spínola, num esforço de conter o avanço das forças de esquerda em Portugal. A falha desta iniciativa fez com que Portugal se distanciasse de Angola para gerenciar sua própria revolução, deixando o terreno livre para as ações e embates entre os movimentos armados.

Em nove de julho, o MPLA retomou os confrontos, que haviam sido paralisados em maio, ocasião em que a FNLA foi expulsa de Luanda. Holden Roberto respondeu com uma guerra total e, em 24 de julho, seus soldados tomaram Caxito, cerca de 67 Km ao norte de Luanda (GLEIJESES, 2002).

Aceitando que seria inútil continuar em Angola, quando a maior parte dos ministros do Governo de Transição haviam se retirado da capital, em 14 de agosto o Alto Comissário Português dissolveu-o e assumiu suas funções oficiais. Na prática, entretanto, a maior parte dos postos vagos foram assumidos pelo MPLA, em clara indicação das simpatias do governo Português. Quando, em 29 de agosto, Lisboa formalmente anulou os Acordos de Alvor, para surpresa de todos não foi oferecido nada em troca, apenas a insistência que a independência ocorreria como planejado [...] Isso foi [...] o sinal que os apoiadores estrangeiros estavam esperando para escalar seu envolvimento em Angola a um nível que não poderia ser controlado (GEORGE, 2006, p. 60, tradução nossa)³⁶.

³⁴ No final de maio, a chegada dos armamentos da URSS e da Iugoslávia, principalmente, ajudou a reduzir enormemente a vantagem operacional da FNLA em relação ao MPLA (GLEIJESES, 2002).

³⁵ Durante a liderança de Agostinho Neto, de 1962 até 1975, o movimento experimentou três rupturas internas, a primeira, em 1963, entre Neto e Viriato da Cruz, a Revolta Oriental entre Neto e Chipenda, e a Revolta Ativa (GUIMARÃES, 2001).

³⁶ No original: "Accepting it was pointless to continue when most of the Transitional Government's ministers had fled the capital, on 14 August the Portuguese High Commissioner dissolved it and officially took over its functions. In practice, however, most of the vacant posts were taken up by the MPLA, a clear indication of Portuguese sympathies. When, on 29 August, Lisbon formally annulled the Alvor Accords, to everyone's surprise nothing was offered in their place, merely an insistence that independence would go ahead as planned [...] It was [...] the signal their foreign backers had been waiting for to escalate their involvement in Angola to a level beyond which it could neither be contained nor controlled".

Em agosto, África do Sul, Zaire e UNITA declararam apoio à FNLA. O MPLA, que havia solicitado assistência cubana em maio, refez o pedido em julho, recebendo, então US\$ 100.000. Nos primeiros dias do mês de outubro, dois aviões cubanos com instrutores para Cabinda chegaram a Brazzaville, em 11 de outubro um navio aportou em Pointe Noire, além de outros dois, que levaram assistência até o Porto Amboim, ao sul de Luanda, em cinco e oito de outubro. Os três navios levavam armas e equipamentos para os quatro centros de treinamento revolucionários cubanos em Angola, que começaram a funcionar entre 18 e 20 de outubro, incluindo cerca de 500 homens, dos quais 284 eram oficiais. Por outro lado, em 18 de julho o Presidente Ford aprovou ajuda secreta a Roberto e Savimbi, particularmente o envio de armas que seriam distribuídas a partir da base de Negage, no norte de Angola. A URSS estava reticente. A aproximação do Congresso do Partido Comunista da URSS, em fevereiro de 1976, preocupava Brezhnev, o qual planejava levar a proposta da *détente* adiante e o acordo SALT II (GLEIJESES, 2002).

Com a chegada da 9ª brigada, que contava com angolanos recém-treinados na URSS, e as armas enviadas pela URSS, foi possível fazer a FNLA recuar para Caxito³⁷. Entretanto, a maior ameaça logo se tornaria ao sul, com o lançamento da Operação Savannah pela África do Sul, em 14 de outubro, invadindo o sul de Angola com a Força Tarefa Zulu³⁸. Diante da agressão da África do Sul, a Guerra Civil tomou novos contornos, passando a ser caracterizada como palco de uma guerra que, paulatinamente, adquiriu traços de um conflito leste-oeste. A Operação Savannah, que fora aprovada em setembro pelo Primeiro Ministro Vorster, possuía quatro fases, em que as três primeiras constituíam eliminar as FAPLA³⁹ das áreas de fronteira e das regiões centrais e sudoeste, e a quarta capturar Luanda (GLEIJESES, 2002).

³⁷ Além disso, em setembro chegou um conselheiro militar soviético, Yuri, o único em Angola até a independência (GLEIJESES, 2002).

³⁸ “Zulu era composta de mais de 1.000 negros angolanos e um pequenos contingente de soldados brancos sul-africanos. Os angolanos, liderados pelos oficiais da SADF e oficiais não comissionados, eram guerrilhas da FNLA que haviam sido treinadas por Breytenbach durante as semanas anteriores, e ex-Flechas, uma unidade militar especial de negros angolanos que haviam lutado pelos portugueses durante a guerra de independência, a maioria dos quais havia fugido para a Namíbia após a queda de Caetano, onde foram acolhidos e treinados pela SADF” (GLEIJESES, 2002, p. 301, tradução nossa). No original: “Zulu was composed of more than 1,000 black Angolans and a smaller number of White South African soldiers. The Angolans, led by SADF officers and noncommissioned officers, were FNLA guerrillas who had been trained by Breytenbach during the previous weeks, and former Flechas, a special military unit of black Angolans who had fought for the Portuguese during the war of independence, many of whom had fled after the fall of Caetano to Namibia, where the SADF had welcomed them and provided training”.

³⁹ As Forças Armadas Populares de Libertação de Angola constituíram o braço armado do MPLA durante a guerra civil.

Mapa 2 – Situação militar em Angola em meados de novembro de 1975



Fonte: GLEIJESES, 2002, p. 313

Com a aproximação sul-africana de Benguela, em sete de novembro, Cuba lançou a Operação Carlota e enviou dois aviões com soldados para Angola. As forças, que se posicionaram em Quifangondo, foram direcionadas a Novo Redondo após a derrota de Holden Roberto pela 9ª brigada⁴⁰. No final de dezembro, havia entre 3.500 e 4.000 cubanos em Angola, incluindo 1.000 em Cabinda, certa paridade com os 3.000 sul-africanos no fronte central (GLEIJESES, 2002). As ações da África do Sul, que haviam sido maquiadas como sendo de

⁴⁰ Em 27 e novembro e 01 de dezembro chegaram mais 1.253 homens, o regime de artilharia enviado por Castro. Em 06 de dezembro importante envio de armas da URSS chegou para as FAPLA, e no final de novembro, mais 700 soldados cubanos, referentes a um regimento de infantaria motorizada para a defesa de Cabinda (GLEIJESES, 2002).

mercenários europeus, foram descobertas em 16 de dezembro, e no final de 1975 toda a imprensa ocidental já anunciava que a África do Sul havia invadido Angola.

Em 11 de novembro, os portugueses se retiraram e oficializaram a independência do país. Naquele mesmo dia, Agostinho Neto declarou o nascimento da República Popular de Angola, ao passo que FNLA e UNITA anunciaram a formação da República Popular Democrática de Angola, com sede em Huambo. Em dezembro as forças da SADF foram empurradas mais ao sul, cerca de 48 Km da fronteira com a Namíbia, enquanto que os cubanos e a FAPLA adentraram Huambo em 08 de fevereiro, Lobito e Benguela em 10 de fevereiro, Sá de Bandeira em 16 de fevereiro e Moçâmedes em 17 de fevereiro. Com a ocupação do Posto de Santa Clara, a Segunda Guerra de Libertação estava oficialmente encerrada (GLEIJESES, 2002). Diante desse avanço, Angola obteve reconhecimento imediato do Brasil, da Organização da Unidade Africana, em 10 de fevereiro, da França, em 17 de fevereiro, da Inglaterra, Dinamarca, Irlanda, Itália, Países Baixos, Noruega e Alemanha Ocidental nos dois próximos dias, de Portugal, em 22 de fevereiro, e em 22 de novembro seria aceito como o 146º membro da ONU (GEORGE, 2006; GLEIJESES, 2002).

Antes da África do Sul invadir Angola, havia cerca de 1.000 soldados cubanos no país, contingente que superava 36.000 no fim da Operação Savannah. Em 1977, as FAPLA já contavam com mais de 70.000 homens, e, em março de 1976, já haviam recebido mais de US\$ 400 milhões em equipamentos militares soviéticos⁴¹. Os cubanos também foram responsáveis por um programa secreto de treinamento para os aliados do MPLA, a SWAPO, o ANC⁴² e a ZAPU⁴³. A SWAPO começou a receber assistência militar soviética após a retirada das forças da África do Sul, em março de 1976, e em setembro de 1977 suas guerrilhas já estavam se infiltrando na fronteira com a Namíbia a partir das bases no Cunene e na Zâmbia (GEORGE, 2006).

Em 31 de março, o CSNU condenou as agressões da África do Sul e demandou compensações pela guerra. Outro golpe foi que, após a derrota em Quifangondo e com as

⁴¹ Incluindo “[...] pelo menos 120 tanques T-34/54, vinte e um BM-21S, dezenas de helicópteros armados, centenas de carros blindados, milhares de metralhadoras e pistolas, e a primeira aeronave das FAPLA – um esquadrão de caças MiG-21, os quais formaram o núcleo da Força Aérea Angolana” (GEORGE, 2006, p. 122, tradução nossa). No original: “[...] at least 120 T-34/54 tanks, twenty-one BM-21s, dozens of armed helicopters, hundreds of armoured cars, thousands of machine-guns and pistols, and the FAPLA’s first aircraft – a squadron of MiG-21 fighters which formed the nucleus of the Angolan Air Force”.

⁴² O *African National Congress* – do inglês, Congresso Nacional Africano – foi um movimento político sul-africano o qual representou a principal oposição ao regime do apartheid.

⁴³ A *Zimbabwe African People’s Union* – do inglês, União do Povo Africano do Zimbábue – foi uma organização de esquerda que lutava pela libertação colonial do Zimbábue, antiga Rodésia do Sul.

investigações acerca das atividades da CIA, em 1976 o Senado dos EUA adotou a Emenda Clark⁴⁴, que encerrava o envolvimento da CIA em Angola e manteria os EUA fora do país por quase uma década. Contudo, com a intensificação das operações da SWAPO na Namíbia, a África do Sul retomou suas agressões através da Operação Reindeer, em meados de 1978, com bombardeios à cidade de Kassinga. Este evento, contudo, proporcionou uma vitória política para a SWAPO, haja vista a aprovação da resolução 435 pelo CSNU, em 29 de setembro de 1978, a qual demandava a retirada da África do Sul da Namíbia, a independência e realização de eleições neste país (GEORGE, 2006). Além disso, em julho de 1978, diante dos ataques dos catanguenses⁴⁵ ao Zaire, e sob pressão de Cuba e EUA, Angola e Zaire entraram em negociações e assinaram um pacto de não agressão, segundo o qual o governo angolano se responsabilizaria em desarmar e repatriar os catanguenses, e o governo de Mobutu encerraria as bases da FNLA, UNITA e FLEC na fronteira, bem como a assistência militar aos mesmos. O acordo foi cumprido por ambas as partes e representou a saída da FNLA da luta civil angolana⁴⁶ (GEORGE, 2006).

Em 10 de setembro de 1979, Agostinho Neto faleceu em Moscou. As negociações que vinha realizando com Savimbi para um cessar-fogo foram abandonadas com a ascensão de José Eduardo dos Santos para liderar o governo do MPLA. Ademais, a retomada das rivalidades no confronto leste-oeste à época, que marcou a chamada “Segunda Guerra Fria”, renovou o interesse dos EUA em Savimbi⁴⁷. Essa conjuntura política foi seguida pela virada neoliberal, com a ascensão de Thatcher, na Inglaterra, e Reagan, nos EUA, e uma política mais confrontacionista em relação ao bloco soviético. Durante a administração Reagan, com o apoio do Secretário para Assuntos Africanos, Chester Crocker, a África Austral ganhou uma nova dimensão. Em abril de 1981 foi lançada uma nova estratégia, segundo a qual, por um lado, haveria um *engajamento*

⁴⁴ A Emenda Clark restringia o orçamento das operações secretas da CIA e, especificamente, proibia qualquer envolvimento norte-americano em Angola (GEORGE, 2006). Em 27 de novembro o Presidente Ford havia aprovado US\$ 07 milhões adicionais para a IAFEATURE, totalizando US\$ 31,7 milhões até aquele momento. Após recusa do Senado em aprovar US\$ 28 milhões adicionais, os EUA contrataram mercenários da França, Portugal e, principalmente, Inglaterra, para auxiliar as tarefas da UNITA e FNLA (GLEIJESES, 2002).

⁴⁵ Os catanguenses eram uma força de antigos rebeldes exilados em Angola que havia resistido após a tentativa de Secessão do estado de Katanga, na atual República Democrática do Congo, entre 1960 e 1963, os quais foram, posteriormente, cooptados pelo MPLA para lutar em seu favor contra as forças do Zaire (GEORGE, 2006).

⁴⁶ Holden Roberto foi formalmente expulso do Zaire em novembro de 1979, após as invasões à Shaba – ocasião em que estava em Paris recebendo tratamento médico. Alguns de seus antigos soldados formaram a FNLA-COMIRA (Comitê de Resistência Militar Angolano), que se mostrou precário; no fim de 1983 já não tinham mais nenhum papel no conflito (GEORGE, 2006).

⁴⁷ Em 1979 houve substituição de diversos regimes pró-ocidentais, como, por exemplo, no Irã e na Nicarágua, além da invasão da URSS ao Afeganistão, fazendo com que a administração Carter abandonasse a *détente* e os acordos SALT II (GEORGE, 2006).

construtivo com a África do Sul, enquanto que, por outro, a independência da Namíbia seria creditada à retirada das forças cubanas de Angola, a política do *linkage*. Cuba, URSS, Angola e os Estados da Linha de Frente se opuseram à proposta, vista como uma contraposição à resolução 435 do CSNU (GEORGE, 2006; PEREIRA, 2012).

Outro evento que marcou a conjuntura regional foi a independência do Zimbábue, em abril de 1980, e a ascensão de Robert Mugabe como presidente, um oponente marxista ao apartheid. Associado a isso, com a ascensão de Botha ao cargo de Primeiro Ministro, a África do Sul reformulou sua política regional e adotou a Estratégia Nacional Total⁴⁸, segundo a qual o país estava ameaçado por um ataque total comunista, fazendo-se necessárias ações desestabilizadoras em todos os campos de atividades, especialmente econômico e militar. Assim:

A África do Sul passou a fazer incursões sistemáticas nos países vizinhos, dando assistência de combate a grupos antigovernamentais, como nos casos da Unita e da FNLA [...] Outro instrumento de ação estratégica foi a sabotagem. Foram inúmeros os atos contra alvos econômicos e militares nos Estados da Linha de Frente realizados por comandos sul-africanos (PEREIRA, 2012, p. 113).

Visando criar uma zona tampão no sul de Angola que a protegesse das ameaças regionais, a África do Sul lançou a Operação Protea, em 23 de agosto de 1981. A operação começou com um ataque aéreo em Cahama e Chilemba, destruindo as instalações de defesa aérea e os sistemas de radares do MPLA. Ao mesmo tempo, uma força mecanizada da SADF adentrou o território angolano e ocupou Humbe e Xangongo. No final do mês eles haviam sido empurrados pelas forças da FAPLA/SWAPO para Uíá, onde instalaram duas guarnições em Xangongo e N'Giva, finalizando sua ocupação no sul de Cunene⁴⁹ e dando abertura para que os Estados Unidos lançassem as negociações do *linkage* (GEORGE, 2006).

A reticência cubana em responder a esta intervenção⁵⁰ contribuiu para que a África do Sul ganhasse um controle permanente no sul de Angola, de onde se tornou possível realizar suas

⁴⁸ A Estratégia Nacional Total somente foi possível em razão da política do *engajamento construtivo* do presidente Reagan, que criou ambiente favorável para a coerção militar e econômica na África austral (PEREIRA, 2012).

⁴⁹ A operação Protea tinha como objetivo destruir as forças da SWAPO e da FAPLA concentradas em Xangongo e N'Giva, e as instalações de defesa aérea em Cahama (GEORGE, 2006). A Operação contou com cerca de 11 mil soldados, aproximadamente 300 tanques e veículos blindados e 90 aeronaves, o que demonstrou a superioridade aérea da África do Sul (PAZZANITA, 1991).

⁵⁰ Diante das agressões sul-africanas, o processo de converter as guerrilhas da FAPLA num exército regular capaz de combater a SADF foi acelerado. A URSS proveu mais de US\$ 03 bilhões em armamentos, especialmente MiG-21, MiG-23, interceptadores SU-22 e helicópteros de combate (PAZZANITA, 1991), e em cinco meses de Operação Protea, Cuba enviaria mais 7.000 soldados (GEORGE, 2006).

operações e fornecer apoio para as guerrilhas da UNITA. Se antes de Protea a UNITA oferecia uma ameaça localizada nas regiões onde tinha maior suporte, Huambo, Bié, Moxico e Cuando Cubango, com a captura de milhares de toneladas de armamento soviético foi capaz de desencadear ações militares maiores ao longo de 1983, em Cangambá, Cazombo e Andulo (GEORGE, 2006). Desde que se instalou em Cunene, a África do Sul pode realizar diversos ataques à SWAPO, impedindo que o movimento adentrasse território namibiano. Desse modo, no final de 1983 foi lançada a Operação Askari, com o objetivo de interromper a infraestrutura logística da SWAPO em Angola, impedir que as guerrilhas infiltrassem a Namíbia e capturar ou destruir a maior quantidade de equipamento militar possível. As primeiras unidades da SADF se deslocaram em seis de dezembro, mas diante da luta com as FAPLA, o Presidente Botha retornou as negociações, que desencadearam a aprovação da resolução 546 pelo CSNU, demandando a retirada da África do Sul do país (GEORGE, 2006).

Em 31 de janeiro, Angola e África do Sul assinaram importante acordo de cessar-fogo em Lusaka⁵¹, o que marcou o comprometimento do MPLA com a política do *linkage*. Contudo, nenhuma das partes estava disposta a fazer muitas concessões e participar das negociações de Chester Crocker. O fim do diálogo veio, entretanto, da parte americana, quando, após quatro anos de *lobby*, a emenda Clark foi suspensa em dez de julho de 1985. Três dias depois, Luanda se retirou das negociações, citando a emenda como uma prova da cumplicidade entre Washington e Pretoria (GEORGE, 2006).

Por outro lado, diante da invasão da África do Sul, Cuba e URSS autorizaram um aumento na assistência ao MPLA, o que assinalou o início de uma nova fase na Guerra Civil, em que houve gerenciamento soviético sobre a operação em Angola – em 18 meses o processo de decisão estratégica e tática da FAPLA estaria sob total controle dos oficiais soviéticos. A URSS organizou três operações contra a UNITA e a África do Sul: a Operação Congresso II, em julho de 1985⁵²; ofensivas contra Moxico e Cuando Cubango, em meados de 1986; e a Operação Saludando Octubre, no final de julho de 1987, cujo objetivo era capturar a base da UNITA em Mavinga e lançar um assalto final à Jamba. A África do Sul interveio em favor da UNITA nestes

⁵¹ Com o cessar-fogo, estabeleceu-se a Comissão de Monitoramento Conjunta, com oficiais da FAPLA e da SADF, que buscariam monitorar o processo de retirada das forças da África do Sul. As proposições foram oficializadas em um acordo assinado em Lusaka, em 16 de fevereiro.

⁵² A Operação consistiu em uma ofensiva contra Cazombo e Mavinga, de modo a expulsar a UNITA de Moxico. Totalizando mais de vinte brigadas, isto é, pelo menos 20.000 homens, esta foi a primeira vez que soldados soviéticos estiveram envolvidos na luta, com cerca de doze oficiais acompanhando cada batalhão, além de apoio logístico nas bases em Lobito, Luanda e Lubango (GEORGE, 2006; PAZZANITA, 1991).

três momentos e os soldados das FAPLA foram sendo empurradas a Cuito Cuanavale, onde, desde o final de abril de 1987 vinham se concentrando (GEORGE, 2006).

A falha da operação *Saludando Octubre*, a terceira dos soviéticos, marcou o fim do seu domínio na guerra angolana. Essa também era uma fase nova na política soviética, com a ascensão de Gorbachov ao poder e pressões por uma solução política⁵³. Quando ascendeu ao poder na URSS, em 1985, Gorbachov buscou um entendimento com os EUA, aliviar as tensões diplomáticas e a corrida armamentista e, a partir disso, reestruturar a economia da URSS. Assim, pressionou, em fins de 1987, que seus aliados no Terceiro Mundo buscassem uma acomodação política em relação aos conflitos, ao passo que iniciaria a redução da ajuda militar e econômica aos mesmos (VISENTINI, 2010). Esta postura foi contrariada por Cuba, disposto a fornecer assistência aos companheiros africanos. A decisão em reengajar na guerra também marcou a fase final da intervenção cubana. A possibilidade de Cuito Cuanavale cair nas mãos sul-africanas seria uma derrota irremediável para Cuba e forçaria negociações não favoráveis com a África do Sul. Além disso, o governo de Castro também tinha que lidar com as crises internas com as acusações de Del Pino e comprovar a legitimidade de suas ações em Angola⁵⁴. Assim, Cuba se uniu às negociações do *linkage* e buscou uma resolução rápida do conflito (PAZZANITA, 1991).

Por outro lado, a África do Sul já não tinha mais superioridade aérea e a luta em Angola vinha causando difíceis questionamentos internos por conta dos contingentes militares demandados, da própria crise em torno do apartheid, e da resolução 502 do CSNU, de 25 de novembro de 1987, que demandava a retirada das forças armadas até dez de dezembro. Contudo, ao invés de se comprometer com as negociações do *linkage*, o Ministro de Defesa da África do Sul, Malan, com apoio do então Presidente Botha, optaram por uma ofensiva contra as forças angolanas, visando tomar a cidade de Cuito Cuanavale, o que abriria o centro do país para a presença sul-africana e da UNITA (PAZZANITA, 1991).

Cuito Cuanavale estava protegida com sistemas de defesa antiaérea e 18 mil soldados angolanos, os quais foram fortalecidos com mais 15 mil soldados cubanos. O ataque sul-africano

⁵³ Gorbachov buscou reformular a política soviética no Terceiro Mundo. Neste sentido, e em face das demandas de reformas econômicas e políticas no espaço soviético, adotou a *perestroika*, visando reestruturar a economia, e a *glasnost*, que versava sobre a abertura política e democrática (GEORGE, 2006). O Programa de Saneamento Econômico (SEF) adotado pelo MPLA na época demonstrou cooperação com esta nova diretriz, como será tratado no próximo capítulo.

⁵⁴ Em 28 de maio de 1987 o ex-Vice Comandante da Força Aérea Cubana, Rafael Del Pino, denunciou o envolvimento militar cubano em Angola como uma ação mercenária e irresponsável (GEORGE, 2006). Esta deserção teve grande impacto político ao regime de Castro, levando a presença cubana em Angola a questionamentos, principalmente em nível internacional.

à cidade começou em dezembro de 1987, quando algo entre 3.000 a 9.000 soldados da SADF, auxiliados por milhares de soldados da UNITA, bombardearam a cidade por cerca de dois meses, tornando inefetivos seus sistemas de defesa e a pista de pouso. A força aérea angolana realocou a maior parte do seu equipamento e soldados em Menongue, a oeste, e posicionou o restante em Cuito Cuanavale (PAZZANITA, 1991).

Pressionado que deveria legitimar seu envolvimento em Angola, Castro planejou o lançamento de um ataque terrestre e aéreo. Assim, transportou a 50ª divisão da elite cubana, com 8.500 soldados, 400 tanques, equipamento de defesa aérea e diversos helicópteros MiG-23 e MI-25. Segundo Pazzanita (1991), em abril de 1988 a guerra tinha tomado outra dimensão, e 50.000 soldados cubanos se direcionavam ao sul para engajar com as forças da SADF. A nova linha de frente se estendeu de Xangongo no oeste até os rios Lomba e Cuito no leste, perto de Cuito Cuanavale, apoiados pelas FAPLA em Lubango. Em 23 de maio a SADF mais uma vez tentou capturar Cuito Cuanavale e, em resposta, as forças da FAPLA e de Cuba se moveram ainda mais ao sul e leste. O golpe final aconteceu em 26 de junho de 1988, quando forças aéreas e terrestres de Cuba e das FAPLA bombardearam a barragem de Calueque e mataram pelo menos 12 soldados brancos da SADF, o que fez com que a África do Sul recuasse largamente para a Namíbia.

Com isso, foi possível que a guerra fosse levada à mesa de negociações. A política do *linkage* entre a Guerra Civil angolana e a independência da Namíbia, existente desde a década de 1980, foi formalizada nos acordos de Nova York, em 22 de dezembro de 1988, quando Cuba e MPLA concordaram com a retirada gradual das forças cubanas até 1991. África do Sul, URSS, Cuba e EUA formalizaram um plano para a independência da Namíbia, o qual incorporava a Resolução 435, em 22 de dezembro de 1988. O acordo tripartite entre Angola, África do Sul e Cuba previa a implementação da referida Resolução a partir de primeiro de abril de 1989, com assistência do Grupo das Nações Unidas de Assistência à Transição (UNTAG). De acordo com este acordo, todas as forças cubanas deveriam se retirar de Angola até primeiro de julho de 1991, e em primeiro de novembro de 1989 as 1.500 soldados sul-africanos deveriam se retirar da Namíbia, onde, então, seriam realizadas eleições. A ONU supervisionou as eleições de novembro de 1989 na Namíbia, das quais a SWAPO saiu vencedora, e o país independente, em 21 de março de 1990 (PAZZANITA, 1991; PYCROFT, 1994).

O acordo, que não englobou a dimensão interna do conflito e nem a cessação do apoio dos EUA e da URSS aos movimentos, assumiu uma roupagem de “alta diplomacia”, a partir do que se afirmou que o conflito era resultado meramente das disputas internacionais da Guerra Fria e que, tão logo as potências extrarregionais se retirassem, o conflito se solucionaria facilmente. A partir dos acordos de Nova York, em janeiro de 1989, a ONU criou a Missão de Verificação de Angola (UNAVEM I), com um mandato de 31 meses para supervisionar a retirada dos 50.000 soldados cubanos do país. Embora a equipe desta Missão nunca tenha excedido 70 observadores militares, o mesmo se mostrou satisfatório com a retirada de todos os soldados cubanos em junho de 1991, um mês antes do prazo estipulado (MACQUEEN, 1998).

3.2 O Fim da Guerra Fria e a radicalização da Guerra Civil Angolana

A transição democrática em Angola ocorreu em um período de realinhamento das relações de força do Sistema Internacional e regional. No pós-Guerra Fria, as Grandes Potências reavaliaram seus interesses no continente africano, que se tornou ainda mais marginalizado no Sistema Internacional. Neste sentido, “a implantação do liberalismo político e econômico [...] apresentou elementos de desfuncionalidade para os Estados africanos, que conheceram um momento de regressão, dando força ao chamado discurso afropessimista” (VISENTINI, 2010, p. 155). Por outro lado, a retirada das superpotências não significou um desfecho pacífico para os conflitos ali presentes, muito pelo contrário, favoreceu a erupção de guerras em todo o continente, as quais foram exacerbadas pelas mudanças na balança de poder (CHAZAN *et al.*, 1999). Assim sendo, teve início um processo de:

[...] *desestrategização e tribalização* dos conflitos e da política regional. Com armas menos modernas, financiamento das máfias e senhores da droga [...] e intromissão de potências médias locais e externas, estes conflitos persistiram, até como forma de sobrevivência de elites e populações nas áreas mais afetadas. Alguns acordos de paz, como os de Angola, não foram respeitados, com a persistência da guerra e a devastação de amplas regiões (VISENTINI, 2010, p. 158, grifo do autor).

Apesar de o conflito civil angolano ter sido caracterizado por forte acompanhamento internacional e superinvestimentos externos, que deram à guerra contornos de um embate Leste-Oeste, a rivalidade entre UNITA e MPLA não foi um produto da Guerra Fria, mas sim, fruto de embates entre grupos de poder decorrentes das diferentes trajetórias históricas dos grupos

nacionalistas, como visto anteriormente. Estas divisões foram manipuladas pelas superpotências, contribuindo para a exacerbação das rivalidades, refletidas no perfil assumido pela Guerra Civil ao longo da década de 1970 e 1980. Para Christine Messiant (1994), os eventos internacionais, como o desengajamento da URSS e a vitória dos EUA na Guerra do Golfo, contribuíram para que o MPLA abrisse negociações e iniciasse a transição do regime. Contudo, é essencial observar que estes acordos não foram assinados entre dois movimentos em busca de reconciliação nacional: do lado do MPLA, era necessário aceder aos acordos, pois sendo um governo caracterizado como uma *nomenklatura*, sua permanência no governo era essencial para defesa de seus interesses e privilégios, enquanto que para a UNITA conquistar o poder por meios eleitorais era fundamental para angariar legitimidade.

Tanto MPLA quanto UNITA tinham capacidade de sustentar uma campanha militar de larga escala após o desengajamento das forças externas do país, embora nenhum tivesse força suficiente para infringir uma derrota em seu oponente. Diante do risco de uma derrota militar e da necessidade em negociar com o inimigo, o MPLA buscou realizar a transição política dos anos 1990 cautelosamente. Contudo, apesar das tentativas de negociação desenvolvidas por Mobutu, a chamada “opção Gbadolite”, em 1989, o retorno à guerra foi mais proveitoso que a negociação⁵⁵.

Em 1990 MPLA e UNITA se reuniram em Évora – Portugal, juntamente com o Secretário de Estado e Relações Externas de Portugal, para retomada das negociações de paz. Com envolvimento direto dos EUA e da URSS nas negociações, surgiu a proposta da “*triple-zero option*”, segundo a qual o suporte militar internacional aos dois grupos cessaria assim que o cessar-fogo e as eleições fossem negociados (PYCROFT, 1994). Como contrapartida para o acordo, o MPLA teve que reajustar a estrutura política em Angola e se democratizar – como será tratado no próximo capítulo. As negociações progrediram para o acordo de Bicesse, assinado em maio de 1991, o qual previa que a UNITA concederia controle sobre todo o território ao MPLA, permitindo que o governo implementasse um censo populacional, os dois exércitos deveriam ser estacionados até 01 de agosto de 1991 e integrados em uma força de defesa comum, e eleições seriam realizadas em setembro de 1992, sendo essencial seu cumprimento de modo a evitar

⁵⁵ Com o fim da Guerra Fria, o Presidente Mobutu buscou negociar um cessar-fogo entre UNITA e MPLA, em 1989. Mobutu, que viu sua importância reduzida dentro da estratégia dos EUA para a África, adotou uma política regional proativa e orquestrou um encontro entre Dos Santos e Savimbi, em 22 de junho de 1989, em Gbadolite, de onde surgiu o acordo de mesmo nome. O acordo previa um cessar-fogo efetivo a partir de 24 de junho de 1989, anistia para os membros da UNITA e integração destes na sociedade angolana e no governo (PYCROFT, 1994).

desconfianças entre as partes⁵⁶. Embora a ONU tenha estado envolvida nos acordos de Nova York, ela se manteve marginalizada no acordo e nas negociações de Bicesse, no qual recebeu o status de convidado, ao passo que a *troika* (EUA, Portugal e URSS) ditou a condução das negociações, sendo que a balança de poder entre estes, particularmente o poder dos EUA, prevaleceu até o fim (MESSIANT, 2004).

Em resposta à demanda do governo angolano, o CSNU aprovou a Resolução 696, em maio de 1991, criando o mandato da UNAVEM II, cuja responsabilidade era participar da implementação dos acordos de paz, monitorar as comissões conjuntas e arbitrar em qualquer situação de violação do cessar-fogo, contando com Margaret Anstee como representante especial da ONU. Em fevereiro de 1992 o CSNU aprovou, ainda, a resolução 747, estendendo o mandato da UNAVEM II, incluindo observação eleitoral. Ainda assim, era quase impossível que 200 equipes de observadores da ONU monitorassem as 5820 estações de voto ao redor do país, o que deu abertura para futuras acusações de fraude eleitoral (PYCROFT, 1994).

Nos meses entre o acordo de Bicesse e as eleições de setembro de 1992, Angola desfrutou de uma paz breve e persistência de alguns conflitos de menor escala⁵⁷. As eleições foram realizadas na última semana de setembro de 1992, havendo sido consideradas pacíficas e livres pela ONU. O resultado final concedeu 70 cadeiras na Assembleia para a UNITA, sendo 44 no nível nacional e 26 no nível provincial, e 129 para o MPLA, 70 no nível nacional e 59 no nível provincial. As 21 cadeiras restantes foram divididas entre dez partidos menores, incluindo a FNLA. Na disputa presidencial nem Eduardo dos Santos nem Savimbi conseguiram o 50% + 1 requerido para a vitória. Dos Santos recebeu 49,57% dos votos, e Savimbi 40,07% (PYCROFT, 1994).

A natureza das eleições, do tipo “*o vencedor leva tudo*”, contribuiu para o retorno da guerra e a persistência dos entraves à reconciliação nacional. Clamando a ocorrência de fraudes, Savimbi retirou as forças da UNITA do exército unificado, as Forças Armadas de Angola (FAA). Logo se evidenciou que a UNITA estava mais bem preparada para a guerra que o MPLA,

⁵⁶ O Comitê Eleitoral Nacional Angolano, responsável por administrar as eleições, só foi estabelecido em nove de maio de 1992, o que significava que todo o processo de cadastramento eleitoral, especialmente nas áreas rurais, seria quase impossível de ser realizado até as eleições (PYCROFT, 1994).

⁵⁷ Em agosto de 1992 somente 1.500 soldados haviam sido retreinados para a integração no novo exército unificado, as Forças Armadas de Angola (FAA), uma proporção insignificante em relação ao plano de um exército de 40.000 (PYCROFT, 1994). Além disso, de acordo com evidências orais documentadas, neste ínterim o governo do MPLA denunciou uma tentativa da UNITA de tomar o poder em Luanda e organizar um golpe preemptivo, e respondeu com forte violência, resultando na morte de milhares de pessoas em três dias de confronto, a maioria delas conectadas à UNITA (MESSIANT, 2004).

havendo utilizado o período de cessar fogo para infiltrar suas forças nas cidades que não pudera ocupar durante a Guerra Civil (PYCROFT, 1994). Com a retomada da guerra, a UNITA foi capaz de efetuar ganhos territoriais substantivos sem que o MPLA nem ao menos pudesse responder. A guerra rompeu em Luena em 30 de outubro e, neste mesmo dia, a UNITA tomou controle de Huambo, onde estabeleceu suas bases e pode sitiar Malanje. A guerra se espalhou pelo norte do país, numa estratégia em que a UNITA buscou ocupar o máximo de território possível⁵⁸ (PYCROFT, 1994).

De acordo com MacQueen (1998), o acordo de Bicesse foi bastante semelhante ao acordo de Alvor, no qual os três Movimentos de Libertação combinariam suas guerrilhas num exército unificado e se submeteriam a eleições nacionais para formar um governo a assumir após a independência. Entretanto, com alto nível de suspeitas e sem nenhum mediador externo, uma vez que Portugal também estava passando por uma revolução, o acordo ruiu. Assim como aconteceu em Alvor, o acordo de Bicesse falhou em associar o processo militar com a problemática política. E, assim como a supervisão portuguesa foi falha em Alvor, a UNAVEM II foi planejada para ser pequena e maleável, não sendo possível sua imposição diante do conflito. Deste modo, apesar do processo eleitoral ter ocorrido em condições pacíficas, a derrota da UNITA no primeiro turno deixou evidente a principal fraqueza do acordo: seu caráter de jogo de soma zero.

O processo de transição foi colocado totalmente nas mãos dos dois partidos armados, leis de política transitória não foram estabelecidas, nem mesmo um governo de coalizão. Deste modo, os acordos de Bicesse, gerenciados pelas potências externas, instituíram um efeito de bipolarização do poder no momento da transição, em detrimento de outras forças da sociedade. Deste modo, concedeu-se um prêmio aos dois partidos armados, o que, para Messiant, “[...] equivaleu ao confisco da democracia e do multipartidarismo legal, em benefício dos dois beligerantes” (MESSIANT, 1994, p. 207, tradução nossa)⁵⁹. A estrutura do acordo permitiu que os partidos preservassem seu status no momento, sendo que, fora do governo a UNITA não tinha poder de barganha que não seu poder militar, uma vez que toda a máquina estatal estava

⁵⁸ A eleição angolana ocorreu dois meses antes da eleição presidencial nos EUA, o que deu abertura para que Savimbi interpretasse a manutenção da política de Bush como uma aprovação tácita de retomar a guerra. Isto é, em razão da transição governamental da administração Bush para a administração Clinton, houve um período de intervalo no qual a abordagem em relação ao conflito angolano ainda era baseada na política Bush que, por sua vez, seguia os ditames da política de Reagan para a África, com apoio total à UNITA. Assim sendo, a UNITA se sentiu impelida a permanecer na guerra e retomar as ações armadas (PYCROFT, 1994).

⁵⁹ No original: “[...] équivaut à une confiscation de la démocratie et du multipartisme légal au profit des belligérants-signataires”.

concentrada nas mãos do MPLA. A UNITA manteve, assim, controle sobre as áreas do interior e suas populações, não havendo interesse em perder isso pelo desarmamento. Por outro lado, o MPLA teve espaço para mobilizar suas forças e, graças ao acesso aos fundos e controle do aparato administrativo e da mídia, obter vitória nas eleições (MESSIANT, 2004).

No início de 1993 a UNITA já controlava cerca de 75% do território do país, incluindo o porto de Lobito e a cidade de Benguela, Uíge, Malanje, Namibe, Cuito, Caxito e N'Dalatando, porções do norte que nunca estiveram sob seu controle. Além disso, o MPLA sofreu uma perda importante quando a cidade petrolífera de Soyo caiu nas mãos da UNITA, em 20 de janeiro de 1993. A produção de petróleo pela Texaco e Petrofina foi interrompida, resultando em perda de 15% na produção, cerca de US\$ 1,5 milhões por dia. Outro duro golpe ao governo foi quando a UNITA tomou controle da área de produção de diamantes do vale de Cuango, o que reduziu as exportações do país em 1993 em 10% (PYCROFT, 1994).

Em 29 de janeiro, o Secretário-Geral da ONU Boutros Boutros-Ghali estendeu o mandato da UNAVEM II até 30 de abril de 1993, mas reduziu o time de observadores de 90% para 64%. Neste contexto, a batalha por Huambo foi o momento mais feroz de toda a Guerra Civil angolana, com estimativas de 6.000 a 13.000 pessoas mortas, e cerca de 100.000 pessoas deslocadas (PYCROFT, 1994). Huambo, a cerca de 530 km a sudeste de Luanda, era de grande importância estratégica para a UNITA, como provedora de uma base para ataques a outras cidades centrais. A cidade foi quase totalmente destruída nos dois meses de luta e sucumbiu à UNITA em oito de março de 1993 (PYCROFT, 1994). Através desta vitória, Savimbi anunciou novos termos às negociações, demandando que estas ocorressem em Genebra, que Anstee fosse substituída por um africano, que um governo de unidade nacional de duração de dois anos fosse estabelecido e que fosse criada uma estrutura administrativa descentralizada. A ONU deu voz às demandas de Savimbi e, ao final de junho de 1993, Anstee foi substituída por Alioune Blondin Beye, ex-Ministro de Relações Exteriores do Mali, com longa associação com Savimbi (PYCROFT, 1994). Em março de 1993, a UNITA se reagrupou e lançou uma nova ofensiva nas cidades. Neste momento, as forças governamentais controlavam apenas as cidades na costa atlântica, Luanda, Lobito e Benguela, e o porto ao sul, em Namibe. As capitais provincianas de N'Dalatando, Malanje, Saurimo, Luena, Cuito e Lubango continuavam sitiadas pela UNITA, que controlava grandes porções do território ao sul de Angola e, a partir de suas linhas de suprimentos do Zaire, tinha controle das cidades ao Norte de M'banza Congo, Uíge e Caxito (PYCROFT, 1994).

Uma nova iniciativa de negociações começou no fim de março de 1993, organizada pelo presidente da Costa do Marfim Houphouët-Boigny, entre UNITA e MPLA. No Protocolo de Abidjan buscou-se a implementação do cessar fogo, o cumprimento dos acordos de Bicesse, a reconciliação nacional, a participação da UNITA em todos os níveis do governo, o engajamento contínuo por parte da ONU, a soltura de todos os prisioneiros, e a criação de condições para a provisão de ajuda emergencial para todos os angolanos. As negociações permaneceram até maio, quando um compromisso foi firmado com 46 das 47 cláusulas deste Protocolo, sendo ponto de discórdia a retirada das forças da UNITA das áreas ocupadas desde o retorno da guerra (PYCROFT, 1994).

A UNITA buscava negociar um acordo que lhe desse o mesmo reconhecimento dado ao MPLA. Assim, exigia que o exército do governo fosse confinado e colocado sob mesma supervisão da ONU, uma demanda rejeitada pelo MPLA, que estava totalmente determinado a manter sua autoridade como governo soberano. Embora ambos tenham concordado com o estabelecimento de uma força de manutenção de paz da ONU, para o governo angolano isso significaria conceder 75% do território para a UNITA, de acordo com o *status quo* militar no momento do cessar fogo. Assim sendo, o MPLA buscou abandonar a *triple-zero option* e rearmar-se novamente para se proteger contra a escalada do conflito. Portanto, depois de seis semanas de negociações, o Protocolo de Abidjan foi suspenso (PYCROFT, 1994). Com isso, e particularmente irritados com os ataques da UNITA às instalações petrolíferas de empresas americanas em Soyo, os EUA finalmente reconheceram o governo do MPLA, abrindo caminho para sanções da ONU sobre a UNITA (MESSIANT, 2004).

O fim do apoio dos EUA à UNITA não teve problemas econômicos mais sérios para sua campanha militar. Em 1993, embora ainda recebesse ajuda do Congo-Zaire, usava seus recursos das minas de diamantes em Lunda Norte para comprar armas, particularmente as resultantes da desagregação da URSS (RENO, 2011). Os líderes da UNITA exploraram as conexões ilícitas comerciais que haviam herdado das forças de segurança da África do Sul e através da aliança com o Zaire do presidente Mobutu, até sua queda, em 1997 (RENO, 2011). Antes de 1975 estima-se que Angola era o quarto maior produtor mundial de diamantes. Assim sendo, como a produção de petróleo, a produção de diamantes também esteve ligada aos processos de militarização em Angola. Os diamantes foram a principal fonte de recursos para a UNITA se manter na guerra ao longo da década de 1990, a qual lucrou cerca de US\$ 3,7 bilhões entre 1992

e 1998. As sanções internacionais impostas ao comércio de diamantes da UNITA em primeiro de julho de 1998 não tiveram impacto significativo. Ao mesmo tempo, estima-se que a UNITA tenha gasto US\$ 08 bilhões em armas desde 1992 (CAMPBELL, 2000). Destarte, a Guerra Civil acabou se transformando em uma competição de recursos: o MPLA controlando o petróleo e a UNITA os diamantes (RENO, 2011).

Isto posto, importante característica dessa conjuntura da Guerra Civil em Angola era o fato de que, com o fim da Guerra Fria, “As novas guerras não eram mais financiadas por um Estado patrão estrangeiro, mas sim através do uso dos recursos naturais, saque às populações locais, confisco de assistência humanitária internacional, contrabando de armas, lavagem de dinheiro e tráfico de drogas” (SCHMIDT, 2013, p. 194, tradução nossa)⁶⁰. Por conseguinte, após a Guerra Fria, o conflito angolano tornou-se ainda mais sangrento, caracterizado pela violenta transformação da UNITA em uma guerrilha de senhores da guerra, estruturada na liderança de Savimbi, na qual a fome era utilizada como arma de guerra e o enfoque era a exploração das minas de diamantes e sua comercialização clandestina como forma de adquirir armas no exterior.

De acordo com William Reno (2011) os movimentos políticos africanos não eram, necessariamente, dependentes das populações a eles associadas. Savimbi se transformou em um senhor da guerra, nos anos 1990, quando adotou estratégias que se baseavam em suas conexões políticas para acumular riqueza e construir um exército pessoal e seguidores políticos. Os senhores da guerra, segundo a definição do autor, são líderes rebeldes que costumam emergir em regimes autoritários, sendo uma expressão da expansão da competição política que previamente teria existido nesses países. Visando tomar o controle do Estado, fazem-no através do controle e expansão de redes informais de comércio clandestinas e violência política. O fator mais importante para sua emergência é a presença de um sistema com importantes clivagens políticas e no qual a autoridade é definida a partir de relações patrimonialistas e lealdades pessoais, característica da política em Angola.

No ano de 1993 houve mudança na natureza do conflito, de uma guerrilha rural para cercos de cidades maiores. O MPLA focou no reduto político de Savimbi em Huambo, enquanto que, desde janeiro de 1993, a UNITA cercou Cuito e outros bolsões do governo, como Menongue, Luena e Malanje. Se a UNITA ganhasse controle dessas cidades localizadas no centro

⁶⁰ No original: “The new wars were generally financed not by foreign patron states but by looting natural resources, pillaging local populations, commandeering international aid, gunrunning, money laundering, and drug smuggling”.

do território nacional, estaria em boa posição para lançar um ataque a Benguela e Lobito, ganhando acesso a um porto (PYCROFT, 1994). Em 26 de abril a UNITA derrubou um avião da ONU perto de Luena, o que fez com que o Programa Mundial de Alimentos suspendesse todos os voos de assistência humanitária. Em junho de 1993, o controle da UNITA sobre Cuito e Menongue era completo, com dezenas de milhares de pessoas presas nas cidades. Em agosto, com a persistência das ações do cerco a Cuito, estima-se que entre 18.000 e 30.000 pessoas morreram. Ainda em setembro, a UNITA atacou Cuito com veículos blindados a partir do Zaire e, posteriormente, em 21 de setembro, declarou um cessar-fogo unilateral (PYCROFT, 1994).

Em 15 de outubro o Programa Mundial de Alimentos ganhou permissão da UNITA para levar assistência para Cuito. Com a comunidade internacional contra a UNITA, Savimbi habilmente usou a fome como arma de guerra para angariar reconhecimento internacional (RENO, 2011). Deste modo, neste mesmo dia, depois que 51 toneladas de alimentos haviam sido levadas à cidade, começou a solicitar acesso ao aeroporto controlado pelo governo do MPLA para inspecionar os aviões da ONU. Uma vez que o acesso foi negado, interrompeu todos os voos. O impasse somente foi resolvido quando o chefe do Programa de Emergência da ONU, Manuel Aranda da Silva, foi a Huambo para negociações diretas com Savimbi, conferindo legitimidade ao grupo rebelde mais uma vez (PYCROFT, 1994).

Depois de negociações com Beye a UNITA se mostrou favorável em cumprir com a resolução do CSNU de 15 de setembro de 1993, a qual requeria que esta se retirasse de todo o território tomado desde setembro de 1992 e retornasse às áreas monitoradas estabelecidas para desmobilização durante as eleições de setembro de 1992 (PYCROFT, 1994). A partir de então, uma terceira rodada de negociações foi iniciada em Lusaka, em outubro de 1993. Ao contrário dos processos de negociação de Bicesse, a ONU assumiu importante papel através da liderança de Beye, cuja autoridade pode ser mantida mediante as ameaças de futuras sanções da ONU. Assim, sob pressão internacional, da África do Sul de Mandela e do CSNU, adotou-se o Protocolo de Lusaka, em 20 de novembro, e um cessar-fogo foi declarado (MACQUEEN, 1998).

O protocolo de Lusaka legitimava os acordos de paz de Bicesse e o processo eleitoral de 1992⁶¹. A questão política se afastou da estrutura do “*quem ganha leva tudo*” dos acordos de Bicesse para um comprometimento dos partidos em um arranjo de partilha de poder através da

⁶¹ Havia, também, dez anexos temáticos que lidavam com questões militares e políticas, especialmente o desengajamento e desmobilização das forças de acordo com um tempo estabelecido, e a reformulação das FAA, incluindo elementos da UNITA em todos os níveis, até mesmo no quadro de General (MACQUEEN, 1998).

formação de um Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN), formado em 11 de abril de 1997. Ademais, os 70 deputados eleitos pela UNITA em 1992 deveriam assumir suas funções e a eleição presidencial deveria ser finalizada, ao passo que Savimbi receberia um status especial no novo governo. À UNITA seriam concedidas quatro pastas ministeriais e representatividade ministerial em outros sete departamentos do GURN⁶² (MACQUEEN, 1998). A ONU, representada na pessoa de Blondin Beye, presidiria a principal instituição do processo de implementação do protocolo, a “Comissão Conjunta”, baseada em Luanda e composta por representantes do governo, da UNITA e dos países observadores⁶³.

A partir do Protocolo de Lusaka, a UNITA foi considerada uma rebelião sem legitimidade, terminando a simetria entre os dois partidos. Somente a UNITA teve que se desarmar de modo a ser integrada no exército do governo. As sanções impostas em 1993 para compelir a UNITA a negociar não foram retiradas e o rearmamento só seria considerado uma violação se fosse executado pela UNITA. Assim sendo, não havia apenas uma assimetria estrutural, mas também um desequilíbrio de direitos e obrigações a respeito da desmilitarização (MESSIANT, 2004). Apesar das incertezas acerca do comprometimento da UNITA, o CSNU estendeu o mandato das forças de manutenção da paz, implementadas durante o Protocolo de Abidjan, estabelecendo a UNAVEM III, de acordo com a resolução de oito de fevereiro de 1995. Com mandato inicial de seis meses, autorizou-se, desta vez, uma força de até 7.000 soldados de infantaria, assim como 350 observadores militares e 260 observadores policiais. A operação deveria ser completada até fevereiro de 1997, quando todos os termos do Protocolo de Lusaka deveriam ser implementados (MACQUEEN, 1998).

Essencial no processo de paz, portanto, era o desengajamento das forças da UNITA e sua desmobilização ou integração nas FAA, o que significava que a acomodação política só viria com o fim da capacidade concreta da UNITA em retomar o conflito armado. Contudo, em agosto de 1995, o CSNU expressou preocupação em relação ao ritmo de desengajamento dos soldados e o processo de retirada das minas. A morte de Beye, em 27 de junho de 1998, e o fim dos esforços

⁶² Sendo eles, Ministério de Geologia e Minas, Ministério do Comércio, Ministério da Saúde, e Ministério do Turismo. Além disso, a UNITA estaria representada em sete postos ministeriais, tal seja no papel de Ministro da Defesa, Ministro do Interior, Ministro das Finanças, Ministro da Agricultura, Ministro do Serviço Público, Ministro da Reintegração Social e Ministro da Comunicação de Massa (MACQUEEN, 1998).

⁶³ De acordo com os anexos três e quatro do Protocolo de Lusaka, a ONU seria responsável pela verificação de quatro aspectos militares dos processos de paz: supervisionar e monitorar o cessar-fogo, verificar o desengajamento das forças, controlar o aquartelamento e eventual desmobilização da UNITA e, por fim, supervisionar a integração dos remanescentes no novo exército nacional (MACQUEEN, 1998).

de isolamento regional da UNITA significaram praticamente o fim do Protocolo de Lusaka, tanto que a guerra total voltou em dezembro de 1998, com UNITA atacando Cuito e Malanje e mobilizando mais de 60.000 soldados (CAMPBELL, 2010, p. 172). A Comissão Conjunta tentou resolver a crise e acabou estendendo o prazo de desengajamento militar da UNITA, mais uma vez concedendo-lhe legitimidade (MACQUEEN, 1998).

O mandato da UNAVEM III expirou em junho de 1997 e, então, criou-se a Missão de Observação da ONU em Angola (MONUA), com componente militar de 1.500 soldados. Entretanto, o processo de deterioração no interior do país impediu que se prevenisse conflito aberto e o abatimento de outros dois aviões da ONU pela UNITA, em dezembro de 1998 e janeiro de 1999. Dessa vez, tentativas de restaurar as negociações com Savimbi pelo sucessor de Beye, Issa Diallo, foram bloqueadas pelo MPLA. Em fevereiro de 1999 o governo Angolano demandou o encerramento da MONUA e o escritório do representante especial foi deslocado de Luanda para Nova York, permanecendo somente um escritório da ONU (UNOA), composto por três pessoas. Diallo falhou em persuadir o MPLA a entrar em negociações, porque desta vez o governo estava com a balança de poder a seu favor e determinado a buscar a paz por meios militares (PAULO, 2004).

Um processo que teve influência na conformação política angolana foi resultado da situação regional, a partir das revoluções no Zaire e no Congo. O fim do regime de Mobutu, embora não tenha tido tanto impacto quanto o esperado, e sua substituição por Laurent Kabila, em maio de 1997, chocou a terceira e última fonte de suporte internacional da UNITA. Essa perda foi significativa, pois o serviço diplomático e material prestado pelo Zaire e a ausência de alternativas a este surtiram efeito, particularmente quando, em outubro de 1997, a última possibilidade de apoio regional da UNITA foi extinta, quando o regime de Pascal Lissouba no Congo Brazzaville foi substituído pelo ex-presidente Denis Sassou-Nguesso, com o qual o MPLA havia compartilhado laços ideológicos no fim dos anos 1970 e 1980. Mesmo assim, com cerca de US\$ 500 milhões, a UNITA pode continuar a se rearmar (MACQUEEN, 1998).

Em 1997, enquanto ganhava na luta militar, a coesão da UNITA começava a fragmentar, processo iniciado depois das eleições de 1992, quando retomou a guerra, particularmente associado à evolução radical da UNITA e o culto à personalidade de Savimbi. À época, alguns parlamentares constituíram a UNITA-Renovada, sob liderança de Eugenio Ngolo Manuvakola. Além disso, no fim de outubro de 1997 sanções do CSNU foram impostas à UNITA, incluindo o

banimento de viagens internacionais e o fechamento de seus escritórios no exterior, seguidas, em junho de 1998, por sanções contra o movimento rebelde, desta vez incluindo o comércio de diamantes (MACQUEEN, 1998; MESSIANT, 2004). No fim deste mesmo ano, com amplo apoio internacional, o governo do MPLA lançou a “guerra pela paz”, uma estratégia de não negociação centrada na aniquilação política e militar da UNITA.

Os efeitos da ofensiva militar das FAA começaram a surtir resultados no fim de 1999, quando a habilidade da UNITA em controlar os territórios foi reduzida, deixando muitos de seus combatentes e suas famílias expostos. No fim de 1999 Savimbi buscou negociações, o que foi rejeitado pelo MPLA, crente de que seria mais uma manobra da UNITA para ganhar tempo para se reorganizar. A ferocidade da guerra não diminuiu, agora caracterizada por um aumento expressivo das FAA nas cidades destruídas e nas áreas rurais⁶⁴. Este processo de luta se prolongou até 22 de fevereiro de 2002, quando Savimbi foi baleado no vilarejo de Luena, na província de Moxico. Três dias depois, seu suplente morreu, Antonio Dembo, deixando a organização sem um líder, o que era essencial para a manutenção da estrutura de senhores da guerra (NJERI; RUPIYA, [2004?]).

Após a morte de Savimbi, o governo declarou o fim unilateral dos movimentos militares ofensivos e apresentou um plano de paz, em 13 de março. Baseado nos acordos de Bicesse e no Protocolo de Lusaka, o acordo previa a desmilitarização da UNITA e sua reintegração na vida política, além de anistia por todos os crimes (OLIVEIRA, 2011). Assim sendo, o fim da Guerra Civil foi oficializado através do Acordo militar de Luena, assinado pelos representantes de defesa dos dois movimentos, Abreu Kamorteiro (UNITA) e Armando da Cruz e Neto (MPLA). Seguindo o memorando de Luena, em abril de 2002, a resolução 1433 de agosto de 2002 do CSNU estabeleceu a Missão das Nações Unidas para Angola (UNMA), para substituir a UNOA, e observar as áreas de aquartelamento e coordenar os esforços humanitários da ONU (PAULO, 2004).

Neste capítulo foi possível observar o papel dos atores externos na Guerra Civil Angolana, e, principalmente, analisar o processo de disputa pelo poder entre os movimentos políticos, especialmente entre a UNITA e o MPLA. Assim sendo, verificou-se que as raízes de

⁶⁴ Além disso, as pressões militares sobre a UNITA aumentaram entre 1999 e 2000, quando o MPLA fez um acordo com o governo da Namíbia. Inicialmente as Forças Armadas de Angola tinham a permissão de entrar o território namibiano à procura de combatentes da UNITA, papel que depois foi assumido pelas próprias forças de defesa da Namíbia (NJERI; RUPIYA, [2004?]).

divisão do nacionalismo angolano foram muito mais complexas que o contexto da Guerra Fria, as quais reproduziam os interesses de diferentes elites políticas nacionais. Neste ínterim, assinalou-se o papel desempenhado pela bipolarização das negociações de paz ao longo da década de 1990 e como, em vista da conjuntura política em Angola e da recente gênese do Estado angolano, vencer a Guerra Civil era fundamental para a consecução dos interesses dos respectivos movimentos. É essencial destacar os impactos da prostração da UNITA, decorrente da desagregação de sua guerrilha de senhores da guerra após a morte de Savimbi, e do fim da Guerra Civil sobre o regime do MPLA para se avaliar a trajetória de ascensão e consolidação política deste partido no poder em Angola.

4 A TRAJETÓRIA POLÍTICA DO MPLA

Como visto anteriormente, o MPLA assumiu o poder político em Angola no momento da independência do país, em 11 de novembro de 1975, onde se mantém até a atualidade. Ao longo desse percurso, o partido gerenciou a construção do Estado angolano e lutou uma guerra de 27 anos contra os movimentos políticos rivais, principalmente a UNITA. Sendo assim, entende-se que para compreender o arranjo político em Angola, bem como o processo de construção deste Estado desde a independência até a atualidade, é imprescindível investigar a estrutura política e de poder dentro do MPLA, assim como as escolhas políticas realizadas ao longo deste processo.

O objetivo deste capítulo é, portanto, apresentar a trajetória política do MPLA no poder durante o período de 1975 até 2002, e, a partir disso, observar as variações no projeto nacional do partido ao longo desse processo, cujas raízes e desdobramentos históricos foram apresentados nos dois primeiros capítulos deste trabalho. Essa análise divide-se em duas seções: a primeira é dedicada ao período entre 1975 e 1985, caracterizado pelos esforços na construção de um Estado marxista-leninista baseado no partido único, enquanto que a segunda trata do período entre 1985 e 2002, caracterizado pela virada ideológica do MPLA e sua transformação em um regime clientelista de partido único, no qual o poder é altamente concentrado na figura do Presidente José Eduardo dos Santos.

4.1 A Fase Marxista-Leninista (1975-1985)

O MPLA herdou um país profundamente dividido, fruto de rivalidades criadas pelos portugueses para manter a supremacia dos colonos brancos em Angola, e que foram reforçadas pelo embate entre os movimentos de libertação ao longo da Guerra Civil. Além do prisma racial referente aos problemas decorrentes da política de assimilação e divisão da sociedade em brancos, mestiços, *assimilados* e africanos indígenas, há que se mencionar também as divisões de classe impostas por Portugal, o sistema de trabalho forçado que veio a ter fim somente em decorrência das rebeliões de 1961, os diferentes níveis educacionais, e a forte dicotomia urbano-rural, em que pese que a maioria da população vivia nas zonas rurais, enquanto que os trabalhadores assalariados africanos eram poucos, mas com padrões de vida notavelmente mais elevados, geralmente centrados nos africanos *assimilados* (SOMERVILLE, 1986). Todas essas

questões foram centrais na manifestação das diferentes matrizes do nacionalismo angolano e no processo de fragmentação do tecido social, gerando distúrbios de naturezas diversas durante a tarefa de construção do Estado e reconciliação nacional.

No momento da Independência, a maioria das pessoas qualificadas, sem as quais uma administração e uma economia modernas não poderiam funcionar, haviam se retirado do país (OLIVEIRA, 2007)⁶⁵. Os desafios de reconstrução nacional eram imensos, pois “A economia do país estava em frangalhos [...] e havia uma escassez generalizada de mão de obra qualificada e de gestão, resultado do êxodo em massa dos colonos portugueses, que tinham monopolizado todos estes cargos durante o período colonial” (SOMERVILLE, 1986, p. 47, tradução nossa)⁶⁶. Diante disso, o MPLA acabou se baseando largamente nas ex-populações *assimiladas*, que representavam cerca de 30.000 negros em 1950, mas “[...] eram os africanos detentores de maiores níveis educacionais e os únicos com experiência de trabalho dentro da administração de Angola” (SOMERVILLE, 1986, p. 73, tradução nossa)⁶⁷.

Ao assumir o poder, o MPLA buscou forjar a unidade nacional se opondo a todo tipo de ação fragmentadora, como tribalismo, regionalismo e racismo, bem como combater a tendência da pequena classe burguesa africana nas cidades. Como visto anteriormente, a escolha pelo marxismo-leninismo teve importante relação com a tarefa de construir um Estado nacional angolano e finalizar a luta pela libertação colonial (CAHEN, 2006). Segundo Castellano (2015), a vitória do MPLA na guerra de libertação favoreceu a construção de um Estado revolucionário, cujas prioridades eram “estabelecer a ordem interna e fomentar a capacidade econômica, por meio de uma sociedade politicamente educada e mobilizada”⁶⁸ (CASTELLANO, 2015, p. 144). Tendo em vista a urgência da reforma do Estado, da construção de uma economia autônoma e

⁶⁵ Até 1975 mais de 70% da população habitava zonas rurais, sendo que a ocupação portuguesa na maior parte destas regiões tinha durado menos de cem anos (NETO, 1997, p. 12). Ainda neste contexto, no início de 1970, “[...] havia cerca de 100.000 africanos trabalhando com manufaturas e outras indústrias, 35.000 trabalhando na mineração, 5.000-10.000 na pesca, 20.000-40.000 no setor de construção, 55.000 no setor de transportes e 70.000 no setor de serviços” (SOMERVILLE, 1986, p. 73, tradução nossa). No original: “[...] there were around 100,000 Africans working in manufacturing and other industries, 35,000 employed in mining, 5,000-10,000 in fishing, 20,000-40,000 in the construction sector, 55,000 in the transport sector and 70,000 in the service sector”.

⁶⁶ No original: “The country’s economy was in tatters [...] and there was a desperate shortage of skilled and managerial manpower, resulting from the mass exodus of Portuguese settlers, who had monopolized all such skills during the colonial period”.

⁶⁷ No original: “[...] they were the most highly educated Africans and the only ones with experience of working within the administration of Angola”.

⁶⁸ De acordo com Castellano (2015), em 1975 instituiu-se o Serviço Nacional de Saúde, cujos serviços eram totalmente públicos já em 1977, e em 1975 lançou-se um projeto de reestruturação educacional, que visava alfabetizar as pessoas ao português, um esforço em direção à formação de um Estado nacional.

desenvolvida, e da reestruturação da relação entre Estado e sociedade, o socialismo científico e o marxismo-leninismo eram as ideologias que forneciam a melhor estrutura para esta empreitada (CASTELLANO, 2015). Enquanto que a política interna foi voltada para a consolidação do Estado nacional e do próprio MPLA, a política externa almejou a transformação da ordem regional de modo a garantir a sobrevivência do regime. De acordo com Castellano:

Neto e a cúpula do MPLA implantaram uma política externa regional reivindicatória e pró-ativa para assegurar a existência do Estado e o reconhecimento do MPLA. Para isso, a política externa deveria servir de instrumento para a vitória na guerra civil, o que, por sua vez implicava na transformação da ordem regional. Buscava-se concomitantemente (i) a defesa da soberania dos Estados recém-independentes, (ii) a construção de mecanismos regionais de distribuição de desenvolvimento (SADCC) pautados no imperativo dos direitos sociais das populações da região e (iii) a construção solidária da segurança regional, sob a compreensão de que a sua própria segurança estava imbricada à de grupos e Estados vizinhos aliados (CASTELLANO, 2015, p. 151).

Uma das iniciativas adotadas pelo MPLA para desenvolvimento dos meios rurais foi o estabelecimento de fazendas estatais em terras abandonadas pelos portugueses e o encorajamento de associações cooperativas nessas áreas. Algum sucesso foi obtido com o estabelecimento de cooperativas agrícolas nos dois primeiros anos de independência, quando ainda havia controle do partido⁶⁹. Além disso, antes de introduzir as reformas e o desenvolvimento das políticas socialistas, o governo Neto aplicou um programa de austeridade associado a um movimento de estímulo à produtividade. O centro da política socialista do MPLA, portanto, era elevar o papel da classe trabalhadora e a aliança entre trabalhadores e camponeses, embora esse esforço fosse bastante raso em razão das raízes urbanas do próprio partido, inevitavelmente calcadas nos grupos sociais africanos privilegiados durante o período colonial (SOMERVILLE, 1986).

Angola herdou de Portugal um sistema administrativo altamente centralizado e um clima político repressivo, sem nenhum tipo de experiência com uma cultura democrática e competição política pacífica e pluralista (HODGES, 2002). O governo que se seguiu após a independência tinha Agostinho Neto como Presidente, Lopo do Nascimento como Primeiro Ministro, Nito Alves como Ministro do Interior, e Iko Carreira no papel de Ministro da Defesa. Diante do vácuo de poder existente e, também, porque isso foi ao encontro dos interesses de diversos quadros do MPLA, optou-se pela expropriação de todas as propriedades portuguesas, sem compensação, e a

⁶⁹ Em 1978, a responsabilidade sobre este projeto foi repassada ao governo e, associado ao pouco conhecimento técnico, o programa acabou perdendo seu peso (SOMERVILLE, 1986).

introdução do planejamento central da economia, movimento este aprofundado com a formalização da ideologia marxista-leninista, em 1976, e a transformação do MPLA em partido de vanguarda, em 1977, após tentativa de golpe de Estado por Nito Alves (OLIVEIRA, 2007). Além disso, o governo nacionalizou o Banco de Angola, que passou a se chamar Banco Popular de Angola. Em 1978, todos os demais bancos foram estatizados e, em novembro de 1976, a moeda nacional, o Escudo, foi substituída pelo Kwanza (VISENTINI, 2013).

No início não havia Parlamento, o órgão supremo do Estado era o Conselho da Revolução, constituído por membros nomeados do partido, e que acabou por ser substituído, em 1980, por um órgão legislativo chamado de Assembleia do Povo, eleito indiretamente pelo partido único e que, na prática, apenas sancionava as decisões já tomadas nos principais órgãos de tomada de decisão, o Comitê Central e o Bureau Político. Apesar de a Constituição⁷⁰ afirmar a primazia do partido, desde o início demonstrou-se forte tendência ao presidencialismo, característica dominante até a atualidade e consolidada na Presidência de Dos Santos (HODGES, 2002). O presidente, que no auge da independência congregava em si as funções de Presidente do Partido, Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas, teve seus poderes aumentados ao longo dos anos, tendo como justificativa as crescentes ameaças decorrentes da Guerra Civil, como demonstraremos posteriormente.

Na Primeira Plenária do Comitê Central do MPLA, no final de outubro de 1976, em Luanda, oficialmente adotou-se o marxismo-leninismo e declarou-se o objetivo de se alcançar o socialismo. Assim sendo, no final de 1976 as atividades do MPLA estavam concentradas em fortalecer o partido e a reconstrução econômica nacional, a partir da assistência fornecida pela URSS, Cuba e outros países do bloco socialista, e em conter as atividades da UNITA. Muitos dos problemas econômicos à época foram reforçados pelas lutas nas regiões de Cabinda, na fronteira com o Zaire e em Moxico, cujas consequências se visualizaram no aumento dos refugiados e deslocados internos, e na destruição de importantes bases de infraestrutura nacional, o que afetou a distribuição de alimentos e outras necessidades básicas (SOMERVILLE, 1986). Embora em 1986 cerca de 80% da população vivesse em zonas rurais, o déficit na produção agrícola e as perturbações causadas pela Guerra faziam com que boa parte dos alimentos fosse importada

⁷⁰ A primeira Constituição de Angola foi “ratificada pelo Comitê Central do partido em outubro de 1976. A mesma reunião do Comitê Central adotou oficialmente o marxismo-leninismo como a filosofia orientadora do MPLA” (HODGES, 2002, p. 76).

(VISENTINI, 2013). Mesmo assim, as dificuldades em levar adiante o projeto socialista pesaram nesta trajetória:

Nunca foi feito nenhum plano de desenvolvimento a longo prazo, apesar da pretensão de um planeamento centralizado, que ficou reduzida (por falta de quadros e indisponibilidade de dados adequados) a um exercício anual de estabelecimento de metas de produção e distribuição de *inputs*, recursos orçamentais e divisas. Devido à ineficácia do sistema e às rupturas causadas pela guerra, a produção continuou muito abaixo dos níveis anteriores à independência em todos os sectores da economia, com excepção da indústria petrolífera, onde o Estado, pragmaticamente, oferecia incentivos atractivos às empresas estrangeiras (HODGES, 2002, p. 68, grifo do autor).

No momento da independência, havia grande potencial econômico em Angola, em razão das importantes reservas de petróleo, indústria orientada ao mercado interno, significativa produção de café e alimentos, depósitos de diamante e minérios de ferro, potencial hidrelétrico e sistema rodoviário e ferroviário adequado⁷¹ (VISENTINI, 2013, p. 349). Entretanto, o governo enfrentou uma série de problemas econômicos iniciais, o que veio a favorecer o processo de dependência das exportações de petróleo, situação característica até hoje. Deste modo:

[...] ainda que o governo tenha priorizado a produção industrial como vetor para construção do socialismo, o setor não avançou muito devido à falta de capital (desviado para a defesa), à escassez de mão de obra qualificada, à falta de peças de reposição e insumos e aos efeitos desestabilizadores provocados pela sabotagem da África do Sul e da Unita, além da própria incapacidade gerencial⁷² (VISENTINI, 2013, p. 350).

O petróleo angolano desenvolveu-se de acordo com os critérios de uma economia moderna. A produção petrolífera, alavancada a partir da Sonangol, representou a anatomia de um Estado marxista em guerra contra grupos armados financiados pelos EUA e Europa, países dos quais as empresas que operavam o petróleo em Angola eram nativas⁷³. Assim que assumiu o poder, o MPLA instaurou a Comissão Nacional para a Reestruturação do Setor Petrolífero, sob responsabilidade de Percy Freudenthal, cujo objetivo foi gerir a transição política no setor petrolífero. Esse movimento se tornou bastante importante para o MPLA, pois, em razão do

⁷¹ Os minérios de ferro se localizavam nas províncias de Huambo, Bié, Malanje e Cassinga. Este setor foi nacionalizado em 1977 (VISENTINI, 2013).

⁷² De acordo com Pazzanita (1991), em 1985 28,4% do PIB angolano era destinado para as Forças Armadas, valor comparável a países como Israel, Iraque e Arábia Saudita.

⁷³ Reflexo disso foi o fato de que Angola mantinha importantes relações comerciais com os países ocidentais, uma herança do colonialismo português, principalmente no que diz respeito às vendas de café e importação de maquinários (VISENTINI, 2013).

êxodo da mão de obra qualificada e, principalmente, do esforço de guerra, o petróleo se transformou em importante, se não única, fonte de renda para o governo e, portanto, tinha que ser protegido das turbulências internas (OLIVEIRA, 2007).

Uma das primeiras tarefas da Comissão foi o retorno do principal operador de petróleo no país, a Gulf Oil, a partir de sua subsidiária, a Cabinda Gulf Oil Company. A Companhia, que havia se retirado do país em novembro de 1975, devido ao início da guerra, retornou e reconheceu o MPLA como governo legítimo de Angola, apesar da oposição de Kissinger a isso. Além dela, a Petrofina e a Texaco também foram encorajadas a retornar, pois, embora o Estado angolano tivesse o direito de propriedade sobre todos os recursos de hidrocarbonetos, a nacionalização do setor estava fora de cogitação. A única exceção foi a ANGOL, uma subsidiária da Companhia portuguesa SACOR, a qual, de acordo com a decisão de expropriar todas as propriedades portuguesas, estava em processo de nacionalização (OLIVEIRA, 2007).

Segundo Ricardo Soares de Oliveira (2007), a transição petrolífera em Angola se deu de modo semelhante aos países conservadores francófonos, como Gabão e Costa do Marfim, com continuidade das estruturas coloniais. Desse modo, antes mesmo de Portugal reconhecer a legitimidade do MPLA como governo de Angola, membros da Comissão foram a Lisboa e assinaram um memorando de entendimento com a SACOR/Petrogal, segundo o qual a Angolan NOC manteria a maior parte dos antigos empregados (em sua maioria portugueses) da ANGOL. Assim, eles preencheram as vagas qualificadas da nova Companhia angolana, que veio a se tornar a Sonangol, em junho de 1976, e os anos de trabalho dos empregados foram contados como serviço pela Petrogal, para os benefícios de promoções e aposentadoria posteriores.

Portanto, a Sonangol não seguiu os rumos do planejamento central que moldou a economia nacional até o fim da Guerra Fria. A prioridade da Sonangol era a responsabilidade sobre as negociações contratuais com firmas de consultoria e companhias externas, as quais se responsabilizavam pela exploração e produção do petróleo. As principais figuras da Sonangol eram membros do MPLA que detinham a confiança do Presidente Neto, sendo diversos deles parentes ou amigos. Havia uma percepção generalizada de que o setor petrolífero era uma questão de vida ou morte, assegurando a viabilidade do MPLA e pagando pelo apoio recebido de Cuba⁷⁴ (OLIVEIRA, 2007).

⁷⁴ Na sua primeira década de operações, a Sonangol também buscou diversificar o número de investidores estrangeiros em Angola (primeiramente através da aquisição pela Elf-Aquitaine do bloco três, em 1979), embora o maior *share* da produção continuasse com a Cabinda Gulf Oil, a qual foi comprada pela Chevron, em 1984. Apesar

Mesmo com os esforços de adoção do planejamento central da economia e a orientação marxista-leninista do MPLA, no início do período pós-colonial coexistiram núcleos de poder separados de Agostinho Neto, os quais eram ligados por raízes históricas mais profundas. O partido mantinha elementos democráticos e debates internos a partir dos quais era possível a colocação de críticas e questionamentos ao partido. Entretanto, o fortalecimento destes núcleos de poder favoreceu dissidências dentro do MPLA, as quais já haviam acometido o partido na década de 1970 com a Revolta Ativa⁷⁵ e a Revolta do Leste⁷⁶. Assim:

O estabelecimento de um sistema político monolítico não se concretizou de um dia para o outro. O período em que se deu o colapso do regime colonial e a emergência de um Estado independente (1975-1976) testemunhou um breve interlúdio de pluralismo, mobilização popular e participação – bem como o desencadear da guerra civil. Mesmo dentro do próprio MPLA, existiam várias facções rivais em virtude da anterior dispersão dos líderes do movimento no exílio e aos fracos laços com as suas bases sociais dentro do país (HODGES, 2002, p. 76).

O maior golpe ao MPLA aconteceu em maio de 1977, quando o ex-ministro Nito Alves e seus apoiadores, inclusive algumas seções das Forças Armadas, promoveram uma tentativa de golpe de Estado contra Agostinho Neto. Alves havia sido removido do cargo de Ministro do Interior em outubro de 1976, mas tinha mantido sua posição no Comitê Central do MPLA, de onde continuou sua campanha de críticas ao partido, particularmente ao pacote de austeridade econômica, o colapso do sistema de distribuição de alimentos, e os ressentimentos dos negros mais pobres das favelas de Luanda com o papel dos mestiços no governo (SOMERVILLE, 1986, p. 51). A tentativa de golpe aconteceu em 27 de maio, quando membros dissidentes do MPLA tentaram retirar Nito Alves da prisão, o qual fora preso alguns dias antes após sua retirada do Comitê Central por faccionalismo. Apesar do amplo apoio, o golpe foi facilmente contido, com assistência cubana, o que não impediu a morte de alguns reféns membros do MPLA (SOMERVILLE, 1986).

da dependência mais direta em uma única companhia, tanto a Gulf Oil quanto a Chevron se mostraram aliados importantes durante o esforço de Guerra Civil, no qual, por 18 anos os EUA foram inimigos do MPLA (OLIVEIRA, 2007).

⁷⁵ A Revolta Ativa foi um movimento político de alguns setores intelectuais do MPLA, o qual, liderado por Mário e Joaquim de Andrade, questionava o aumento da autoridade de Agostinho Neto, cujas ações eram consideradas demasiado presidencialistas e antidemocráticas. As demandas do grupo foram desconsideradas pela ala presidencial do partido, em razão da forte intelectualidade e distanciamento com a realidade da Guerra Civil (MBAH, 2010).

⁷⁶ A Revolta do Leste foi um movimento militar comandado por Daniel Chipenda, oriundo das forças de guerrilha do MPLA na região leste. De acordo com Guimarães (2001), havia dificuldades na comunicação entre as guerrilhas do interior e a liderança do partido, que se encontrava fora do país. O aumento dos ressentimentos foi associado ao autoritarismo de Agostinho Neto, e uma ruptura foi declarada em 1973.

As consequências da crise nitista foram grandes dentro do MPLA e da estrutura de poder sobre a qual o Estado passou a se organizar a partir de então, contribuindo para um processo de concentração de poder e desenvolvimento de um sistema político patrimonialista. De acordo com Patrick Chabal (2007), este evento consagrou o fim da fase nacionalista do MPLA, e o início de uma fase repressiva e autoritária. O golpe pode ser visto como ponto de inflexão no processo de formação de um sistema político monolítico depois da independência, que contribuiu para uma transição pacífica do poder a Eduardo dos Santos, em 1979. Após o golpe, o MPLA persistiu com seu projeto de levar adiante a reconstrução nacional e a transformação socialista. Em dezembro de 1977, durante o Primeiro Congresso Ordinário do MPLA, o partido renomeou-se MPLA-PT (Partido dos Trabalhadores) e declarou sua intenção em se tornar um partido de vanguarda. Por conseguinte, em 1978 deu início a uma campanha de retificação do partido, visando reorganizar as lideranças e apoios e conter as dissidências (SOMERVILLE, 1986). Neste processo também se substituiu:

A antiga estrutura do MPLA, que era constituída por Grupos de Ação, Comitês de Ação, Comitês Provinciais Executivos por uma nova estrutura organizacional. As novas estruturas deveriam ser preenchidas por quadros selecionados durante a campanha de retificação. As unidades básicas do partido seriam as células locais. O Comitê Central seria eleito pelo Congresso e, por sua vez, ficaria encarregado de nomear os principais líderes governamentais e de eleger o Bureau Político. Adotava-se, assim, um modelo de centralismo democrático, que determinava que a decisão dos órgãos mais altos na hierarquia seria considerada obrigatória aos demais órgãos. Por fim, o Congresso de 1977 também confirmou a posição de Neto no âmbito do partido e do governo. De fato, havia um forte elemento presidencial no partido. Neste sentido, em dezembro de 1978, com a justificativa de que o presidente precisava de um contato mais direto com seus ministros, Neto aboliu os cargos de vice-presidente e primeiro-ministro, concentrando ainda mais o poder em suas mãos (VISENTINI, 2013, p. 352).

Diversas lideranças, especialmente jovens, foram reprimidas durante este período, por acreditar-se que estavam associadas à Nito Alves. A partir dessas ações o número de membros do partido caiu de 110.000 para 31.000. Este número equivalia a 0,4% da população angolana, sendo os indivíduos considerados “mais conscientes” da sociedade. Destarte, esse processo privilegiou as populações urbanas, em detrimento dos camponeses, que representavam 60% de toda a força de trabalho e que, com a retificação, passaram a representar somente 1,9% dos membros do partido (VIDAL, 2007, p. 129).

Em 1979, o MPLA tinha conseguido, em grande medida, unir os seus quadros e formar uma organização numa vanguarda coesa de dirigentes selecionados. O faccionalismo

tinha sido largamente erradicado e o partido estava suficientemente estável para permitir uma transferência fluída de poder, em razão da morte do presidente Neto em Moscou, em 10 de setembro de 1979. Uma reunião do Comitê Central do MPLA escolheu Eduardo dos Santos, o Ministro de Planejamento, como Presidente do partido. De acordo com a constituição angolana, o líder do partido era automaticamente Chefe de Estado e Comandante-em-Chefe das FAPLA (SOMERVILLE, 1986, p. 56, tradução nossa)⁷⁷.

De acordo com Nuno Vidal (2007), a exacerbação da Guerra Civil na década de 1980 reforçou as características do sistema patrimonialista que veio a se formar em Angola, em que a guerra foi utilizada como justificativa para o declínio das relações de distribuição, para os níveis de autoritarismo internos, bem como para desfavorecer a produção interna e aumentar a dependência econômica nas rendas do petróleo. Esse processo iniciou ainda em 1976, quando Agostinho Neto começou a absorver os poderes do Primeiro Ministro e reforçar sua autoridade sobre os comissários provinciais, e se aprofundou após a crise nitista. Assim, em agosto de 1977 ele assumiu o papel de Chefe de Governo e, em dezembro de 1978, aboliu os postos de Primeiro Ministro e Vice Primeiro Ministro.

Com a ascensão de José Eduardo dos Santos, um grupo de africanos negros mais nacionalistas assumiu lugar de destaque, tendo consolidado a emergência de uma nova classe, como será analisado na próxima seção deste capítulo (HODGES, 2002). Apesar das iniciativas políticas para fortalecer o partido e a coesão nacional, a violência generalizada que se seguiu à crise nitista teve efeitos perturbadores sobre a consciência e participação política da população. Ademais, os problemas sociais não cessaram: em 1980, havia cerca de 1,5 milhões de pessoas vivendo em Luanda, mais ou menos o dobro de 1975, em razão dos 350.000 refugiados que retornaram do Zaire. Diante disso, havia falta de acomodações, de habitações, problemas de distribuição de comida, principalmente nas áreas periféricas de Luanda (SOMERVILLE, 1986). Esse problema persistiu ao longo de toda a década de 1980, sendo exacerbado pela Guerra Civil:

Durante a primeira metade dos anos 1980, Angola continuou a ser assolada por problemas econômicos, notavelmente escassez de alimentos, interrupções de transportes e desorganização econômica causada pela guerra contra a UNITA. As atividades de guerrilha, combinadas com ataques aéreos da África do Sul e atividades de sabotagem, forjaram problemas na produção agrícola, facilidades de transporte e comunicações e

⁷⁷ No original: "By 1979, the MPLA had largely succeeded in uniting its ranks and in forming the organization into a cohesive vanguard of carefully selected cadres. Factionalism had been largely stamped out and the party was sufficiently stable to enable a smooth transfer of power to take place following President Neto's death in Moscow on 10 September 1979. A meeting of the MPLA's Central Committee appointed Eduardo dos Santos, the Minister of Planning, as President of the Party. Under the Angolan constitution, the party leader was automatically Head of State and Commander-in-Chief of FAPLA.

esforços de desenvolvimento gerais nas regiões centrais e sul de Angola. As principais áreas de produção de alimentos do planalto central foram frequentemente campo de batalha das guerrilhas da UNITA e das contraofensivas do MPLA. Milhares de pessoas estavam deslocadas em razão da guerra. A ferrovia de Benguela permanecia constantemente fora de uso em razão dos ataques de sabotagem, e a indústria de diamantes em Lunda Norte, uma importante fonte de divisas externas, era ameaçada pelos ataques da UNITA no campo de mineração de Cafunfo [...] (SOMERVILLE, 1986, p. 62, tradução nossa)⁷⁸.

De acordo com Nuno Vidal, o sistema patrimonialista angolano iniciou durante o regime de Agostinho Neto, inicialmente como um patrimonialismo partidário e, posteriormente, consolidou-se como um patrimonialismo presidencial (VIDAL, 2007). O patrimonialismo moderno é um conceito largamente utilizado para explicar os sistemas políticos que surgiram nos países africanos independentes, referente a sistemas políticos nos quais há sobreposição das esferas pública e privada, refletidas a partir de relações clientelistas. Os cientistas políticos Chabal e Daloz (1999) afirmam que todos os Estados da África Negra, com exceção da África do Sul, compartilham em comum o modelo patrimonialista e um alto grau de desordem, caracterizado pelo nível de ineficiência governamental e administrativa, e por soluções personalistas e verticais para os problemas da sociedade. Os autores utilizam o conceito de patrimonialismo moderno de Jean-François Médard, segundo o qual o Estado na África Subsaariana é, ao mesmo tempo, *ilusório* – porque é essencialmente informal – e *substancial* – porque mesmo dentro desta dinâmica informal, controlar o Estado é essencial para o funcionamento do patrimonialismo (CHABAL & DALOZ, 1999), como foi visto ao longo de toda a Guerra Civil angolana.

Levando em consideração a história do Estado na África contemporânea, o Estado pós-colonial africano teria que superar o desafio de legitimar seu poder sobre o território através da construção de uma nação, a qual não necessariamente corresponde à realidade cultural dos grupos presentes em seus domínios. Neste sentido, o que costuma acontecer nestas conjunturas de transição política para a independência é o estrangulamento do Estado por um grupo social dominante – sendo, em Angola, o MPLA – que não dispõe de legitimidade para governar perante

⁷⁸ No original: “Throughout the first half of the 1980s, Angola continued to be beset by economic problems, notably food shortages, transport disruptions and economic dislocation caused by the war against UNITA. Guerrilla activity, combined with South African raids and sabotage activities, wrought havoc with agricultural production, transport and communications facilities and general development efforts in the southern and central regions of Angola. The main food-producing areas of the central plateau were frequently the battleground for UNITA guerrilla warfare and MPLA counter-offensives. Thousands of people were displaced by the fighting. The important Benguela Railway was consistently out of use as a result of sabotage attacks and the diamond industry in Lunda Norte, an important source of foreign exchange, was endangered by UNITA attacks on the mining site at Cafunfo [...]”.

os demais grupos sociais. A partir disso, o Estado acaba visto como um “predador” por uma parcela significativa da sociedade. Não sendo capaz de legitimar a construção de uma nação, favorece reações de radicalização, que seguem as linhas mais básicas de mobilização da sociedade, como, por exemplo, os grupos religiosos e étnicos (CAHEN, 2006).

Durante a segunda metade dos anos 1970, ser membro do partido já dava acesso aos meios de distribuição do Estado, mas, em razão dos gastos com o esforço de guerra, os escalões mais baixos do MPLA começaram a perder parte de seus benefícios, ao mesmo tempo em que a maioria da população buscou estabelecer laços clientelistas com base na família, origem étnica, contribuindo para o processo de fragmentação do tecido social. Paulatinamente, o patrimonialismo angolano se consolidou na figura do presidente, com base em uma elite do MPLA, especialmente a partir da administração Dos Santos (VIDAL, 2007).

De acordo com Christine Messiant (2007), até 1985 havia prevalecido um modelo socialista clássico de governo, cujas características eram: partido único no poder, responsabilidades políticas confiadas aos membros do partido único, organizações de jovens, mulheres e trabalhadores sendo utilizados como meios de transmissão dos ideais do partido⁷⁹, etc. A partir disso, engendrou-se uma situação de supremacia política e econômica *de facto* da *nomenklatura*, o que deu abertura para a corrupção generalizada e uma situação de resistência passiva daqueles que não se beneficiavam deste arranjo. O socialismo angolano se diferenciou dos demais por ter sido moldado por dois principais elementos: a riqueza do petróleo e uma Guerra Civil internacionalizada. Esses dois fatores explicam de que forma o MPLA combinou um sistema de amplo apoio da sociedade com uma política de privilégios aos membros do partido, intensificada após a crise nitista. Como visto acima, a campanha de retificação foi feita em detrimento das populações rurais, as quais não eram importantes do ponto de vista econômico desde que as rendas do petróleo estivessem asseguradas. O caráter bipolar do conflito fez com que as pessoas se contentassem com os poucos benefícios ofertados pelo regime, especialmente sua segurança formal (MESSIANT, 2007). Por outro lado, em vista da importância assumida pelo Estado na estrutura de distribuição em Angola, é possível compreender melhor os interesses da UNITA e do MPLA em controlar a máquina estatal, e de que forma a vitória na Guerra Civil consagrou a hegemonia política e econômica do último.

⁷⁹ Destacam-se a União Nacional de Trabalhadores Angolanos (UNTA), a Organização de Mulheres Angolanas (OMA), e a Juventude do MPLA (JMPLA).

4.2 A fase do clientelismo de partido único: democratização, liberalização econômica e concentração do poder político (1985-2002)

O ponto de inflexão no regime do MPLA foi, portanto, uma “mudança para o clientelismo”, no período na metade dos anos 1980, em consequência do crescente caráter autoritário do partido, corrupção generalizada e sistema de privilégios da *nomenklatura* do MPLA. Esse movimento desenrolou-se através de um processo em que houve liberalização da economia, sem, contudo, haver modificações na estrutura político-institucional anterior. De acordo com Messiant (2007), a chave para essa transição foi a maneira pela qual as mudanças econômicas foram introduzidas dentro de um Estado de partido único, o qual não aplicou a associação entre processo de liberalização e sistema politicamente competitivo.

Diante disso, as consequências da gestão de concentração de poder, reforçadas pelas práticas patrimonialistas, foram custosas. As companhias nacionalizadas eram administradas com ineficiência e, no fim dos anos 1970, as rendas já eram absorvidas ilegalmente pela maioria dos funcionários públicos (OLIVEIRA, 2007). Tendo em vista a conjuntura internacional, a persistência da Guerra Civil depois das eleições, em 1992, e a mudança da postura da comunidade internacional perante o MPLA “[...] foi possível aos donos do poder consolidar um sistema político que acomodava o movimento para uma economia liberal e a consolidação de seu controle hegemônico sobre o país” (MESSIANT, 2007, p. 95, tradução nossa)⁸⁰.

Com a ascensão de José Eduardo dos Santos à presidência, em setembro de 1979, o controle político do regime foi fortalecido, inclusive a restrição aos novos membros, impulsionando o controle presidencialista. Neste processo, Dos Santos foi eleito Presidente da Assembleia Popular, em agosto de 1980, adquirindo, assim, poder de controlar e revogar todos os atos legislativos e executivos à nível federal ou local. Além disso, ainda em 1980 Dos Santos começou a isolar certas áreas dentro da presidência, que tinham estado sob controle do partido, como as relações econômicas externas, na qual ao Gabinete do Presidente foi confiado o dever de estabelecer os contatos de negócios com entidades estrangeiras públicas e privadas⁸¹. Isso

⁸⁰ No original: “[...] made it possible for the Angolan rulers to consolidate a political system able to accommodate, indeed to profit from, the move to a liberal economy, whilst consolidating its hegemonic control over the country”.

⁸¹ Ademais, ainda em 1980 se iniciou “o processo de estabelecimento de Assembleias Populares Nacionais e Provinciais eleitas, que substituiriam o Conselho da Revolução. Os membros das Assembleias Provinciais seriam eleitos dentre uma lista de candidatos lançada pelo MPLA. E, por sua vez, elegeriam os deputados que comporiam a

permitiu ao Presidente ter controle autônomo sobre as rendas externas, principalmente do petróleo. Portanto, nos anos 1980 viveu-se o auge do processo de concentração de poder e centralização administrativa, com José Eduardo dos Santos representando o presidente do MPLA, Chefe de Estado, Chefe de Governo, e Comandante em Chefe das Forças Armadas (VIDAL, 2007).

Nesse contexto teve início, também, as pressões pela liberalização econômica, cujo ponto de viragem foi o II Congresso do MPLA-PT, em dezembro de 1985, no qual “embora sem questionar o papel do Estado, como tal, na economia, se reconheceu que o sistema não estava a funcionar bem e se defendeu reformas que dessem maior relevo aos mecanismos de mercado” (HODGES, 2002, p. 68). Por conseguinte, diante do processo de luta contra as facções, em abril de 1984 foi criado o Conselho de Defesa e Segurança, encabeçado pelo Presidente, e que acabaria por se tornar o órgão de decisão máximo do país, em detrimento do Bureau Político, mais um passo diante da afirmação de um sistema presidencial⁸² (HODGES, 2002).

Em meados da década de 1980 começaram a se verificar graves desequilíbrios econômicos na balança comercial angolana, relacionados, principalmente, à queda do preço do petróleo nos mercados internacionais em 1985 e 1986, o que foi reajustado com o aumento do volume da produção e da exportação, e também com o aumento das importações para alimentar a guerra e compensar as interrupções na agricultura e indústria. Entretanto, tal escolha teve impactos significativos na produção não vinculada ao petróleo, esgotando a força do mercado interno e se tornando exageradamente dependente das importações (HODGES, 2002). Associado às dificuldades que a URSS começou a ter em apoiar o esforço de guerra angolano e às pressões pelo acomodamento político desde a ascensão de Gorbachov, esses acontecimentos abriram caminho para mudanças políticas e econômicas a partir de 1987.

A adoção do Programa de Saneamento Econômico e Financeiro (SEF), em 1987, um programa de ajuste econômico estrutural previsto para três anos, serviu para introduzir reformas e a transição para uma economia de mercado e um sistema multipartidário, demandas necessárias

Assembleia Nacional Popular, inaugurada em 11 de novembro de 1980, tornando-se o órgão supremo do Estado” (VISENTINI, 2013, p. 353).

⁸² O Conselho era composto pelo Presidente, o Ministro da Defesa, o Ministro da Segurança do Estado, o Ministro do Interior, o Ministro do Planejamento e da Coordenação Provincial e o Chefe do Estado-Maior Geral das Forças Armadas. Com o objetivo de coordenar a defesa nacional e a mobilização dos recursos do Estado, seria dissolvido em 1991 (HODGES, 2002).

para a entrada de Angola no Fundo Monetário Internacional, ao qual foi admitida em setembro de 1990 (PYCROFT, 1994; VIDAL, 2007).

Nos anos 1980 a crise da dívida externa, motivada pelo elevado aumento das taxas de juro pela administração Reagan, bem como a financeirização da economia mundial, acabaram por derrubar as economias africanas, já desgastadas pelo acelerado crescimento demográfico, pelos desequilíbrios produtivos, sociais e ecológicos, bem como pelos conflitos armados e pela incompetência e corrupção da maior parte das elites. Para completar o quadro, o diálogo Norte-Sul e as posturas reformistas e assistencialistas nas relações internacionais foram abandonados, num clima de crescente afirmação dos postulados neoliberais (VISENTINI, 2010, p. 148).

Oficialmente, o modelo socialista permaneceu até o Terceiro Congresso do MPLA, em dezembro de 1990, mas em 1988, já estava declinando, a partir das negociações com África do Sul, EUA, URSS e Cuba, que, como visto no capítulo anterior, resultaram nos acordos de Nova York. A revisão constitucional da lei 12/91, em 1991, aprovou os princípios básicos de uma democracia multipartidária, definindo Angola como um Estado democrático baseado no Estado de Direito, consagrando direitos humanos e civis básicos e a adoção de uma economia de mercado. Nesta conjuntura, Dos Santos procurou revitalizar o partido e o número de membros aumentou de 65.362, em 1990, para 544.639, no fim de 1992. O MPLA ganhou certo dinamismo, mas continuou atrelado à presidência e aos grupos de poder próximos a Eduardo dos Santos (VIDAL, 2007). Além disso, em setembro de 1992, no auge da liberalização, o nome do país foi alterado, de República Popular de Angola, para República de Angola. Neste contexto surgiram novos partidos, organizações não governamentais, sendo também a época em que começaram a se desenvolver as primeiras organizações da sociedade civil (HODGES, 2002).

Nesta primeira onda de privatizações, as centenas de fazendas estatais criadas pelo governo de Agostinho Neto foram vendidas a funcionários, oficiais do Exército e parentes dos membros do MPLA a preços nominais, em prejuízo dos pequenos produtores rurais que cultivavam estas terras e em favor de uma nova classe de fazendeiros angolanos. Além disso, o Estado manteve diversas leis e entraves burocráticos para as atividades empresariais, o que passou a demandar ampla rede de contatos no nível mais alto do Estado para a realização de atividades comerciais no país, facilitando a formação de estruturas oligopolísticas (HODGES, 2007). Nesse sentido, nos anos 1980, a chamada década perdida, o retrocesso econômico e a adoção de reformas de cunho neoliberal por países africanos, especialmente a privatização, “gerou falências ou a formação de verdadeiros monopólios privados, ainda associados ao poder

político, aumentando a corrupção e o descontentamento popular com esta prática” (VISENTINI, 2010, p. 149).

As alterações constitucionais realizadas ao longo de 1991 e 1992 corroboraram a concentração do poder na presidência. O Conselho de Ministros, por exemplo, responsável perante a Presidência e perante a Assembleia Nacional era, na prática, controlado pelo Presidente, que tinha o direito de nomear e exonerar os Governos provinciais e os Ministros. Por outro lado, o sistema de distribuição clientelista foi estruturado a partir da privatização de pequenos negócios e propriedades, o que atingiu milhares de familiares, as quais se tornaram, a preços simbólicos, proprietárias legais de propriedades que antes pertenciam ao Estado. Isso deu origem a uma nova classe, que acredita que seus benefícios são ameaçados pela UNITA. As reformas econômicas foram aceleradas no início da década de 1990, mas, conforme destacou Messiant, sem que houvesse mudança na direção política nacional. Portanto, essa transição não conduziu “a uma forma moderna de capitalismo [...] em vez disso, as famílias da elite puderam, através das suas influências e ligações com o poder político, utilizar, em benefício próprio, mecanismos administrativos residuais do antigo sistema de gestão económica” (HODGES, 2002, p. 69).

Quando o MPLA abandonou sua roupagem marxista no início dos anos 1990 e a elite governante se converteu ao capitalismo, a Sonangol era a entidade líder na política econômica angolana. O papel da Sonangol na vida pública angolana foi consolidado na reestruturação em 1991, quando se tornou uma *holding company*, Sonangol EP/Sonangol Group, dispondo de várias subsidiárias e *joint ventures* com companhias estrangeiras (OLIVEIRA, 2007). Ademais, esse processo não seria afetado pelo retorno da Guerra Civil após os acordos de Bicesse, pois:

[...] os anos 1990 foram caracterizados pelo aumento na diversificação dos investidores e aumento do interesse pelas águas profundas e ultra profundas que, com as novas tecnologias, tornavam-se acessíveis pela primeira vez. Em 1996, a Elf descobriu a primeira reserva em águas ultra profundas, o campo de Girassol, e muitas seguiram na sequência. Angola rapidamente se tornou o centro de companhias de todo o mundo, incluindo a British Petroleum, Royal Dutch/Shell, ExxonMobil, Statoil, Norsk Hydro, Petrobras, Marathon, e as companhias chinesas CNOOC e Sinopec [...] (OLIVEIRA, 2007, p. 603, tradução nossa)⁸³.

⁸³ No original: “[...] the 1990s were characterised by growing investor diversification and rising interest in the country’s deep and ultra-deep Waters, which new technology was then making accessible for the first time. In 1996 Elf made Angola’s first ultra-deep water discovery, the Girassol field, and many followed soon afterwards. Angola quickly became the hotspot for companies from all over the world, including British Petroleum, Royal Dutch/Shell, ExxonMobil, Statoil, Norsk Hydro, Petrobrás, Marathon, the Chinese companies CNOOC and Sinopec [...]”.

Ainda segundo Ricardo Soares de Oliveira (2007), a Sonangol foi utilizada para a promoção dos interesses de um grupo de funcionários e empresários ligados ao Presidente Eduardo dos Santos, conhecido como Futungo de Belas. Este grupo se tornou o centro da estrutura de poder nos anos 1980, seguindo a linha de concentração do poder junto ao Presidente e a marginalização dos órgãos do Estado e do MPLA, envolvendo esquemas de corrupção e redes de clientelismo. Além disso, a Sonangol desempenhou papel central na aquisição de armas durante a Guerra Civil, assim como o controle dos diamantes foi essencial para a sobrevivência da UNITA.

A questão da polarização nacional em dois campos opostos, em que cada um controlava uma porção da sociedade, gerou um sistema em que as pessoas não demonstravam seu descontentamento abertamente nem desafiavam ou buscavam reformar o sistema político. Por este motivo não houve oposição destacada ao MPLA e pouca mudança de fidelidade de um campo ao outro. Diante dessa situação, a concentração de poder no partido único evoluiu, com expansão da corrupção, alimentada pelos petrodólares (MESSIANT, 2007). Este movimento de transição foi possível em razão do controle presidencial sobre as rendas do petróleo, pois permitiu que se solidificasse um sistema político-social independente da população, ao mesmo tempo em que havia forte dependência das camadas populares em relação ao partido, principalmente durante a Guerra Civil. Isso permitiu que o MPLA efetuasse forte controle social e justificasse seu discurso modernizante, ao mesmo tempo em que a propaganda contra a “africanidade” dos outros movimentos gerava maior fragmentação social (MESSIANT, 1994).

Após o Protocolo de Lusaka, de 1993, o regime pode consolidar sua dominação por meios militares, especialmente sua hegemonia política e econômica. Economicamente, este foi um período em que ocorreram diversas *joint ventures*, associando interesses externos com a elite angolana. A principal falha do acordo foi a desmilitarização da UNITA e a aprovação da comunidade internacional acerca da remilitarização do MPLA, o que favoreceu a retomada da guerra, especialmente ao longo de 1997. A ONU aprovou sanções contra o tráfico de diamantes realizado pela UNITA, em 1998, fortalecendo a legitimidade do MPLA e contribuindo para que o mesmo negasse o retorno das negociações e optasse pelo retorno à guerra (MESSIANT, 2007).

Importante passo para o processo de luta foi a cooptação dos deputados eleitos pela UNITA para o GURN. Neste contexto, o presidente Dos Santos buscou eliminar a ameaça política desempenhada pela UNITA, forçando os eleitos a se unirem em um novo partido, a

UNITA-Renovada, único partido reconhecido como oposição ao governo. As consequências disso foram enormes, ambos os lados cometeram crimes de guerra e destruíram imensas porções do território nacional. O regime recorreu a um processo de repressão contra todas as vozes contrárias ao governo e distribuiu recursos com o fim de ganhar apoio político (HODGES, 2002).

O MPLA:

Envolveu-se directamente na criação de uma rotura dentro do movimento [da UNITA], utilizando coacções e ameaças e prejudicando, dessa forma, a credibilidade dos dissidentes da UNITA, que acabaram por ser vistos como peões do regime. O contexto de preparação para a guerra em que a luta teve lugar, para além dos métodos utilizados, fez da Assembleia Nacional uma das principais vítimas desta batalha pela lealdade dos funcionários e parlamentares da UNITA instalados em Luanda. A crise desencadeou-se no início de Setembro de 1998, quando uma facção dissidente da UNITA, autoproclamada UNITA-Renovada, cortou relações com Savimbi [...] O Governo alinhou imediatamente com o grupo dissidente, rotulando Savimbi de “criminoso de guerra” (HODGES, 2002, p. 95, grifo nosso).

As crises africanas dos anos 1980 e 1990 estão inseridas num contexto de inserção do Continente no mercado mundial, caracterizada pela diminuição do preço das matérias primas, incluindo o petróleo na metade dos anos 1980, aumento da dívida, diminuição dos investimentos, queda dos níveis de ajuda ao desenvolvimento, e intervenção das instituições financeiras internacionais através de planos de ajuste estrutural (MESSIANT, 1999). Neste contexto, Angola apresentou certas singularidades, resultado, em parte, de se tratar de um país em guerra e que desenvolveu um sistema sócio-político particular, graças à existência de um recurso económico estratégico, o petróleo, fatores que se imbricaram e que foram corroborados pelas intervenções internacionais.

As transições que se desenrolam em contextos de guerra apresentam diferenças significativas, particularmente porque o reestabelecimento da paz e do monopólio da violência são questões centrais para a manutenção da autoridade estatal. Além disso, num sistema de partido-Estado de influência socialista, em que o poder económico é dependente da dominação política e do controle de todos os aparelhos do Estado, a perda disto, representada no multipartidarismo, comporta um risco político grave, ainda mais em vista de uma oposição armada que visa o poder (MESSIANT, 1999). Assim, em vista da Guerra Civil “[...] o sistema [político Angolano] não se construiu pela convergência e “assimilação”, mas sim pela confrontação de elites, a formação de “campos” (territorializados) [...] e [...] pela exclusão

política radical dos “inimigos” e de seus apoiadores civis” (MESSIANT, 1999, p. 67, tradução nossa, grifo nosso)⁸⁴.

De acordo com Péclard (2008), a guerra se tornou uma das principais roupagens do Estado angolano, sendo indissociável de sua formação histórica. Foi a partir da guerra que se constituíram dois blocos armados que se afrontaram até 2002, por um lado um Estado centralizado e autoritário cuja força repousa sobre o partido único (MPLA) e canal de alimentação de uma rede clientelista cujo centro é a *nomenklatura* petrolífera e um presidente que se fortalece com a guerra, e do outro lado um movimento “rebelde”, baseado na conquista do poder e gestão autoritária dos recursos humanos, o qual se radicalizou na década de 1990, conferindo consequências estruturais à trajetória democrática angolana.

No que diz respeito à política externa, a ascensão de José Eduardo dos Santos representou a escolha por uma política regional mais defensiva e combativa, ao contrário da opção negociada de Agostinho Neto. As ações no entorno regional seguiram associadas à estabilidade interna, e o regime interveio, “em 1997, para derrubar o regime de Mobutu no Zaire e Pascal Lissouba no Congo-Brazaville (ambos apoiadores da UNITA); e, em 1998, para defender o regime de Laurent Kabila na RDC” (CASTELLANO, 2015, p. 163). Nos anos 1990, o governo angolano, controlando todas as fontes de petróleo nacional, se impôs como um parceiro importante na estratégia de diversificação de parceiros dos EUA. As manobras do MPLA no campo político contribuíram para a condenação da UNITA e sua decorrente radicalização. Nesta conjuntura a guerra se tornou juridizada e os EUA acabou rompendo com a UNITA. Foi nestas condições favoráveis que o presidente angolano anunciou em cinco de dezembro de 1998, em ocasião do Congresso do MPLA, o lançamento de uma “guerra pela paz”, cujo objetivo era derrotar a UNITA politicamente e militarmente. De acordo com Péclard, foi a lógica bipolar dos acordos de paz que contribuiu para que o governo optasse por uma solução militar, uma vez que:

[...] no fim dos anos 1990, o “risco” de uma mobilização da sociedade civil a favor de uma paz negociada era grande demais para ser ignorada. Com a derrota militar da UNITA e sua eliminação da cena política, passou de uma bipolarização extrema a uma lógica de hegemonia (mono) partidária, na qual a confusão entre partido, Estado e administração [...] foi habilmente mantido (PÉCLARD, 2008, p. 13, tradução nossa)⁸⁵.

⁸⁴ No original: “[...] le système ne s’est pas construit par la convergence et l’ ‘assimilation’ mais par la confrontation des élites, la formation de ‘camps’ (territorialisés) [...] et [...] l’exclusion d’une partie radicale des ‘ennemis’ et de leurs soutiens civils”.

⁸⁵ No original: “[...] à la fin des années 1990, le ‘risque’ d’une mobilisation forte de la société civile en faveur d’une paix négociée este devenu trop sérieux pour être ignoré. Avec la défaite militaire de l’Unita et son effacement

Assim que Eduardo dos Santos anunciou a retomada da guerra contra a UNITA, em 1998, suspendeu também a função de Primeiro Ministro e se lançou à guerra como verdadeiro pacificador nacional. Neste sentido, a vitória do MPLA e o acordo de paz de Luena, em 2002, acabaram se tornando uma vitória pessoal do próprio Presidente. E, apesar do retorno da função de Primeiro Ministro, em dezembro de 2002, com a nomeação de Fernando Dias da Piedade, é Dos Santos quem preside o Conselho de Ministros e aprova a nomeação de todos os Ministros e Governadores Provinciais, o que lhe dá grande controle sobre a máquina clientelista nacional. Assim, a paz consagrou o longo processo de concentração de poder que permitiu, paralelamente, a ascensão de uma *nomenklatura* petrolífera dependente do núcleo presidencial dos Futungos (PÉCLARD, 2008). Como afirma Jon Schubert, “A confirmação de seu governo através de eleições democráticas é apenas o último passo no processo de consolidação da estrutura de poder singular de Angola, centrada na presidência e no partido dominante [...]” (SCHUBERT, 2009, p. 409, tradução nossa)⁸⁶, fato que já ocorreu nas eleições presidenciais de 2012.

Portanto, tendo em vista que as relações clientelistas repousam sobre a dominação do partido-Estado, de acordo com a lógica patrimonialista moderna o processo de tomada de decisão se baseia cada vez menos sobre uma base coletiva. O regime Angolano se modificou e a centralização do poder se associou à centralização dos recursos petrolíferos não mais com base no partido nem no governo, mas sim na presidência. Isto é, quando se fala em Angola, “[...] falar do ‘governo’ para designar o centro real do poder se torna cada vez mais inadequado [...] É cada vez mais o Presidente, Chefe do Partido, das Forças Armadas [...]” (MESSIANT, 1999, p. 86, tradução nossa)⁸⁷.

Neste capítulo buscou-se analisar a trajetória política do MPLA no poder em Angola, particularmente as transformações no perfil deste partido. Foi possível observar a confirmação da hipótese de pesquisa, pois, ao longo da Guerra Civil, o MPLA passou por profundas transformações, abandonando o regime de influência socialista inicial mediante um processo de liberalização política e econômica. Contudo, esta reestruturação foi singular, associada à

politique, on est donc passé, ou revenu, d’une bipolarisation extrême à une logique d’hégémonie (mono)partisane, dans laquelle la confusion entre parti, État et administration [...] est savamment entretenue”.

⁸⁶ No original: “The confirmation of his rule through democratic elections is thus only the last step in the consolidation process of Angola’s singular power structure, centred on the presidency and the dominant party [...]”.

⁸⁷ No original: “[...] parler du ‘gouvernement’ pour désigner le centre réel du pouvoir devient de plus en plus inadéquat [...] C’est toujours plus le Président, chef du parti, des armées [...]”.

manutenção da concentração do poder no partido-Estado, que, paulatinamente, passou a se caracterizar como um sistema patrimonialista altamente centrado na figura do Presidente. Esta evolução foi possível graças a uma série de fatores, como o controle do MPLA sobre as rendas do petróleo, a vitória na Guerra Civil, esta, internacionalizada e caracterizada por uma bipolarização do poder, as crises internas do partido e o processo de liberalização econômica, que, por sua vez, se enquadra em um cenário maior de inserção marginal do Continente Africano no Sistema Internacional. Mesmo associados, todos esses fatores não explicam a totalidade do processo de evolução do perfil do MPLA, pois a ele estão também conjugados fatores mais particulares aos dirigentes e aos interesses da *nomenklatura* dirigente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a investigar a evolução do Estado Angolano a partir de uma narrativa histórica com enfoque na trajetória política do MPLA ao longo da Guerra Civil (1975-2002). Tal pretensão deve-se a um esforço em capturar uma realidade política e social maior, na qual os efeitos da guerra e, conseqüentemente, da vitória do MPLA na Guerra Civil, se fazem sentir ainda hoje nos espectros sociais, políticos e econômicos nacionais. Angola ainda está cursando a órbita da recuperação dos traumas causados por uma Guerra Civil de quase três décadas e pela violenta expropriação colonial, somente encerrada em 1975. A guerra pela independência de Portugal e a Guerra Civil representaram mais de trinta anos de conflito e rivalidades retroalimentadas por intervenções externas, os quais assinalaram a maior parte da história de Angola independente e, assim sendo, as percepções do povo angolano em relação ao próprio Estado. Isso se evidencia pelo fato de que o próprio acordo de paz de Luena, que formalizou o fim da Guerra Civil, só foi possível em decorrência da derrota da UNITA com a morte de seu líder Jonas Savimbi, em 2002. Ao longo desse caminho alguns grupos tiveram maior proeminência política nacional, especialmente o MPLA. Este Movimento de Libertação, transformado em partido político, no poder desde a independência do país, travou uma luta com outros dois Movimentos, a FNLA e, principalmente, a UNITA. Mediante vitória na Guerra Civil pode consolidar seu poder no país.

Angola, com uma presença estratégica no Atlântico Sul, veio a se tornar a principal base econômica de Portugal após a independência do Brasil e, especialmente, fonte de legitimidade para o nacionalismo do Estado Novo. O processo de libertação e descolonização na África se espalhou para as colônias portuguesas, últimos gendarmes da expropriação colonial europeia a se tornarem independentes. As iniciativas políticas em Angola apresentaram dinâmicas bastante territorializadas, das quais surgiram, nas décadas de 1950 e 1960, os dois primeiros Movimentos de Libertação (FNLA e MPLA), que logo foram somados a um terceiro (UNITA), que veio a desempenhar importante papel na luta pelo poder em Angola. Ao longo do processo de formação política e disputa na Guerra Civil, estes movimentos buscaram se fortalecer através de parcerias com países externos, o que concedeu ao conflito traços de um palco da Guerra Fria, quando, na verdade, as rivalidades eram muito mais profundas que a disputa de poder que se desenrolava no Sistema Internacional. Posto isso, no primeiro capítulo deste trabalho foi feita uma análise da

política colonial portuguesa e um mapeamento da situação política, social e econômica em Angola e da formação dos Movimentos de Libertação Nacional. Neste espaço observou-se que as divisões no nacionalismo angolano foram fruto da divisão de elites existentes neste território, e que, por conseguinte, a luta política pelo poder após a independência representou interesses diversos e antagônicos entre si. Assim sendo, a formação dos movimentos políticos apresentou um prisma mais complexo, em que:

Se, por um lado, as potências mundiais buscaram criar zonas de influência ou até mesmo promover uma distribuição de poder, por outro, as elites políticas africanas, muitas vezes pressionadas pelos problemas e conflitos domésticos, frequentemente buscaram o apoio externo. Na verdade, trata-se da dialética entre autonomia africana e intervenção externa. Os africanos buscavam aumentar sua liberdade de ação enquanto as grandes potências tentavam intervir de acordo com suas próprias agendas. Assim, os interesses africanos em torno da autonomia e do desenvolvimento estiveram condicionados pela lógica global de rivalidade entre as principais potências (PEREIRA, 2013, p. 198).

Ao longo da Guerra Civil evidenciou-se tal afirmação. Os grupos políticos angolanos travaram uma disputa na qual os maiores condenados foram as populações enquadradas na guerra e, indiretamente, associadas a um ou outro movimento. A territorialização política e o estabelecimento de monopólios de força pelos movimentos teve profundos desdobramentos na sociedade angolana e no processo de reconciliação nacional. Como visto ao longo do terceiro capítulo, a Guerra Civil atingiu seu momento mais violento na década de 1990, quando a UNITA chegou a controlar até 75% do território nacional. Sem dependerem financeiramente das populações, UNITA e MPLA travaram uma guerra centrada nos recursos da venda dos diamantes e do petróleo, respectivamente, o que desembocou na transformação da UNITA em uma força de senhores da guerra centrada na liderança de Jonas Savimbi. À radicalização da guerra associou-se outro fator, a bipolarização política entre os dois partidos armados, que perturbou a difícil tarefa de tecer o tecido social nacional. A partir disso, a guerra entre os movimentos esteve vinculada à vitória a todo custo. Destarte, a prostração da UNITA solidificou o controle do MPLA sobre a esfera política e econômica angolana.

Seguindo a proposta deste estudo, foi possível observar, no capítulo quatro, a evolução no perfil do MPLA ao longo da Guerra Civil, em especial o processo de concentração de poder na figura do presidente José Eduardo dos Santos e uma elite a ele próximo – o Futungo de Belas. A partir da análise que é feita, confirmou-se a hipótese de pesquisa, no sentido que houve uma mudança destacada no projeto político do MPLA, que, paulatinamente, foi se afastando do

programa marxista-leninista nacionalista inicial e se aproximando, no fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, de uma plataforma liberalizante, que associou um processo de concentração de poder e conversão do partido em um regime de clientelismo de partido único. Este movimento teve relação com diversos fatores, especialmente com o imaginário político da elite dirigente do MPLA – o que confere traços mais subjetivos ao problema. Ao longo desta monografia apresentaram-se alguns condicionantes, tais sejam: o fim da Guerra Fria, a própria Guerra Civil e a ameaça da UNITA, e eventos internos ao partido, especialmente a crise nitista, que favoreceu a reestruturação dos quadros do MPLA após 1977, e o controle do partido sobre as rendas do petróleo.

Neste ínterim, o MPLA travou uma luta pela reafirmação de sua legitimidade frente aos grupos nacionais e internacionais que buscavam derrubá-lo do poder, ao passo em que empreendeu esforços para a construção de um Estado nacional, homogêneo e com desenvolvimento humano e econômico. Argumentou-se que, ao longo de sua trajetória histórica, o sistema político angolano foi capturado por relações de privilégio (VIDAL, 2002). Para compreender este processo foi feita uma análise histórica que levou em consideração alguns aspectos fundamentais, como o processo de descolonização, a importância dos recursos naturais, o contexto internacional – o qual contribuiu para a intervenção de atores extrarregionais – as complexidades do entorno regional, a evolução do conflito interno e, acima de tudo, a natureza do MPLA e seu papel dentro deste sistema político em construção (MESSIANT, 1994). Estes pontos, que nortearam os três capítulos centrais deste trabalho, foram essenciais para a investigação do objeto de pesquisa. A partir disso, observou-se uma evidente relação entre o MPLA e o Estado angolano, a qual esteve associada à evolução política do MPLA ao longo da Guerra Civil.

O MPLA se viu face a um grande desafio, em 1975, o de construir um Estado nacional e unir todos os grupos sociais presentes naquele território em um único povo angolano, em meio a uma Guerra Civil de grandes proporções que, tão logo iniciou, já tinha traços de uma guerra mundializada. Embora se observe um afastamento do partido em relação ao projeto político inicial, é fundamental conceber esta dinâmica em um quadro maior. Apesar dos entraves, o MPLA foi capaz de desenvolver um sistema de saúde público e acesso a uma educação politizada, os quais foram imensamente importantes para a população. Ademais, o processo de transição política, democrática e da própria construção do Estado angolano ainda está se

desenrolando, e as eleições presidenciais de 2017 podem apontar alguma direção nesse sentido. Deve-se ressaltar também que a Guerra Civil angolana teve importante confluência com os processos políticos regionais, pois estava inserida em um contexto maior da libertação do sul da África das políticas desestabilizadoras do apartheid. A convergência dos conflitos regionais teve seu ponto de inflexão na batalha de Cuito Cuanavale, cujo resultado definiu a independência da Namíbia e o fim das intervenções externas em Angola e, posteriormente, contribuiu para a própria desagregação do apartheid. Como destaca Piero Gleijeses, citando Nelson Mandela, “[...] a vitória Cubana sobre a SADF ‘destruiu o mito da invencibilidade do opressor branco... [e] inspirou as lutas de massas na África do Sul... Cuito Cuanavale foi o ponto de inflexão para a libertação do nosso continente – e do meu povo – das amarras do apartheid’” (GLEIJESES, 2006, p. 49, tradução nossa, grifo do autor)⁸⁸.

A associação entre Guerra Civil, continuidade de um único partido no poder desde a independência e falta de uma oposição consolidada e com um projeto político nacionalista permeiam o imaginário político angolano. Assinala-se que pelo menos uma geração inteira de jovens angolanos foi afetada pela guerra, e ainda o é atualmente, devido às consequências dos anos de conflito remanescentes nas áreas de educação, emprego, saúde, dentre outras⁸⁹. Verifica-se que os jovens buscam condições de vida que integrem o mundo moderno – vislumbrado a partir de referências cosmopolitas e acesso à informação – com uma economia moderna, na qual sejam inseridos. Nas áreas rurais, por sua vez, o conceito de modernidade adentra paulatinamente na vida dos jovens, em semelhança aos significados dados nos centros urbanos, mas com maior senso de oposição à guerra e insegurança frente ao espectro político (RODRIGUES, 2010).

Assim sendo, o fim da Guerra Civil e o descrédito a que a UNITA foi submetida por conta de sua radicalização nos anos 1990, e sua incapacidade, assim como a FNLA, de se renovar, representaram um ponto de inflexão para o MPLA. Com a derrota dos partidos políticos a ele opostos, em especial a UNITA, o MPLA pode consagrar-se em Angola (OLIVEIRA, 2011). É possível observar com o fim da Guerra Civil um processo de tentativa de reconstrução nacional em todos os níveis, e de reconciliação dos grupos que por anos foram rivais. Contudo, sublinha-se que, diante da dependência do MPLA dos recursos de petróleo controlados pelas indústrias

⁸⁸ No original: “[...] the Cuban victory over the SADF ‘destroyed the myth of the invincibility of the white oppressor... [and] inspired the fighting masses of South Africa... Cuito Cuanavale was the turning point for the liberation of our continent – and of my people – from the scourge of apartheid’”.

⁸⁹ De acordo com dados do Ministério da Juventude e Desportos de Angola, jovens seriam consideradas as pessoas entre 15 e 30 anos (RODRIGUES, 2010).

ocidentais na costa do país, assim como o perfil urbano do partido, que contribuiu para uma maior marginalização das áreas rurais, é essencial que o partido se reinvente e busque uma maior integração com a população do interior e um maior diálogo com a sociedade civil. Apesar do ainda recente término da Guerra, o que se reflete na centralidade das políticas de segurança e unidade internas realizadas pelo partido, é também fundamental fomentar a construção de uma sociedade nacional por meio da participação de outros grupos sociais, políticos e culturais.

Segundo maior produtor de petróleo do continente africano (OPEC, 2015), Angola ainda tem muitos desafios a superar, sendo longo o caminho para a reconstrução do país, no âmbito econômico, político e social. O país se democratizou e hoje está engajado em uma série de organizações internacionais e regionais, sendo, inclusive, membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU para o mandato de 2015 a 2016. Atualmente, apresenta uma política externa de proximidade com o bloco ocidental e, particularmente, com a China, sendo a reestruturação da infraestrutura nacional um dos principais objetivos do governo. Com a finalização deste trabalho, uma investigação mais profunda do arranjo político em Angola no período pós-Guerra Civil, levando em consideração os demais partidos políticos, bem como uma discussão dos fundamentos teóricos do Estado moderno, são pontos essenciais para uma agenda de pesquisa futura. A compreensão desses fatores é fundamental para se analisar a conjuntura atual em Angola e se examinar a existência de um projeto político nacional e de inserção internacional e regional do país, a ser gerenciado pelo MPLA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIRMINGHAM, David. **Empire in Africa: Angola and its neighbors**. Athens: Ohio University Press, 2006.

BITTENCOURT, Marcelo. Modernidade e atraso na luta de libertação angolana. In: REIS, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis (Org.). **Modernidades Alternativas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 277-294.

CAHEN, Michel. Lutte d'émancipation anticoloniale ou mouvement de libération nationale ? processus historique et discours idéologique : le cas des colonies portugaises, et du Mozambique en particulier. **Revue historique**, n. 637, p. 113-138, 2006/1.

CAMPBELL, Horace G. Militarism, Warfare, and the Search for Peace in Angola. In: BRADSHAW, York; NDEGWA, Stephen (Org.). **The Uncertain Promise of Southern Africa**. Bloomington: Indiana University Press, 2000. p. 151-187.

CAPOCO, Zeferino. O Nacionalismo e o Estado: um estudo sobre a história política de Angola (1961-1991). Tese (Doutorado em Ciência Política e Relações Internacionais) – Instituto de Estudos Políticos, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2013.

CASTELLANO, Igor. Política externa regional de Angola: mudanças frente à ordem sistêmica (1975-2010). **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 4, n. 7, p. 139-172, Jan./Jun. 2015. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/57106/35247>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

CHABAL, Patrick. *E Pluribus Unum: Transitions in Angola*. In: CHABAL, Patrick; VIDAL, Nuno (Org.). **Angola: The Weight of History**. Londres: Hurst Publishers, 2007. p. 1-18.

CHABAL, Patrick; DALOZ, Jean-Pascal. **Africa Works: Disorder as Political Instrument (African Issues)**. Bloomington: Indiana University Press, 1999.

CHAZAN, Naomi *et al.* **Politics and Society in Contemporary Africa**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1999.

DAVIDSON, Basil. Portuguese colonial values. In: FERREIRA, Eduardo de Sousa. **Portuguese colonialism in Africa: the end of an era**. Paris: The Unesco Press, 1974.

DUROSELLE, Jean Baptiste. **Todo Império Perecerá: teoria das relações internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

FERNANDO, Emídio. **Jonas Savimbi – no lado errado da história**. Alfragide: Dom Quixote, 2013.

GEORGE, Edward. **The Cuban Intervention in Angola, 1965-1991: From Che Guevara to Cuito Cuanavale**. Abingdon: Frank Cass, 2005.

GLEIJESES, Piero. Moscow's Proxy? Cuba and Africa 1975-1988. **Journal of Cold War Studies**, v. 8, n. 2, p. 3-51, 2006.

_. **Conflicting missions: Havana, Washington, and Africa, 1959-1976**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2002.

GUIMARÃES, Fernando Andresen. **The Origins of the Angolan Civil War: Foreign Intervention and Domestic Political Conflict**. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2001.

HEIMER, Franz-Wilhelm. Estrutura social e descolonização em Angola. **Estudos e debates**, v. 40, p. 621-655, 1973.

HEYWOOD, Linda M. Towards an understanding of modern political ideology in Africa: the case of the Ovimbundu of Angola. **The Journal of Modern African Studies**, v. 36, n. 01, p. 139-167, março de 1998.

HODGES, Tony. The Economic Foundations of the Patrimonial State. In: CHABAL, Patrick; VIDAL, Nuno (Org.). **Angola: The Weight of History**. Londres: Hurst Publishers, 2007. p. 175-199.

_. **Angola: do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem**. Cascais: Editora Principia, 2002.

LOANDA, Guilherme de. La longue marche de l'UNITA jusqu'à Luanda. **Politique Africaine**, n. 57, p. 63-70, março de 1995.

MACQUEEN, Norrie. Peacekeeping by attrition: the United Nations in Angola. **The Journal of Modern African Studies**, v. 36, n. 03, p. 399-422, setembro de 1998.

MALAQUIAS, Assis. Angola's Foreign Policy: pragmatic recalibrations. **Occasional Paper**, n. 84, p. 1-21, maio de 2011.

_. Ethnicity and conflict in Angola: prospects for reconciliation. **Institute for Security Studies**, p. 95-113, 2000. Disponível em: <<http://www.isn.ethz.ch/Digital-Library/Publications/Detail/?id=112334>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

MALIKH, Vladislav; ZOTOV, Nikolai. **A África de expressão portuguesa: experiência de luta e de desenvolvimento**. Moscou: Edições Progresso, 1990.

MBAH, Jean Martial Arsene. **As rivalidades políticas entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) (1961-1975)**. Luanda: Mayamba Editora, 2010.

MESSIANT, Christine. A propos des "transitions démocratiques": Notes comparatives et préalables à l'analyse du cas angolais. **Africana Studia**, n. 2, 1999.

_. Angola, les voies de l'ethnisation et de la décomposition – I – De la guerre à la paix (1975-1991) : le conflit armé, les interventions internationales et le peuple angolais. **Lusotopie**, p. 155-210, julho de 1994.

_. The Mutation of Hegemonic Domination. In: CHABAL, Patrick; VIDAL, Nuno (Org.). **Angola: The Weight of History**. Londres: Hurst Publishers, 2007. p. 93-123.

_. Why did Bicesse and Lusaka fail? A critical analysis. **Accord**, n. 15, p. 16-23, 2004.

NETO, Maria da Conceição. Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX. **Lusotopie**, p. 327-359, 1997.

NEWITT, Malyn. Angola in Historical Context. In: CHABAL, Patrick; VIDAL, Nuno (Org.). **Angola: The Weight of History**. Londres: Hurst Publishers, 2007. p. 19-92.

NJERI, Jemima; RUPIYA, Martin. An evaluation of the post-Savimbi peace process in Angola since February 2002: the victor's peace treaty. **Institute for Security Studies**, [2004?].

OLIVEIRA, Ricardo Soares de. Illiberal peacebuilding in Angola. **The Journal of Modern African Studies**, v. 49, n. 2, p. 287-314, junho de 2011.

_. Business success, Angola-style: postcolonial politics and the rise and rise of Sonangol. **The Journal of Modern African Studies**, v. 45, n. 4, p. 595-619, dezembro de 2007.

OPEC. **Angola: facts and figures**. 2015. Disponível em:
<http://www.opec.org/opec_web/en/about_us/147.htm>. Acesso em: 14 nov. 2015.

PAULO, Manuel J. The role of the United Nations in the Angolan Peace process. **Accord**, n. 15, p. 28-31, 2004.

PAZZANITA, Anthony. The conflict resolution process in Angola. **The Journal of Modern African Studies**, v. 29, n. 1, p. 83-114, março de 1991.

PEARCE, Justin ; PÉCLARD, Didier. L'UNITA à la recherche de "son peuple" : Carnets d'une non-campagne sur le planalto. **Politique africaine**, n. 110, p. 47-64, 2008/2.

PEARCE, Justin. Control, Politics and Identity in the Angolan Civil War. **African Affairs**, v. 111, n. 444, p. 442-465, 2012.

PÉCLARD, Didier. Les chemins de la "reconversion autoritaire" en Angola. **Politique africaine**, n. 110, p. 5-20, 2008/2.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. A duradoura e múltipla relação cubano-africana. In: VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **A África e as potências emergentes: nova partilha ou cooperação Sul-Sul?: a presença da China, do Brasil e da Índia**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013. p. 196-204.

_. **A revolução sul-africana**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

PYCROFT, Christopher. Angola – “The Forgotten Tragedy”. **Journal of Southern African Studies**, v. 20, n. 2, p. 241-262, junho de 1994.

RENO, William. **Warfare in Independent Africa**. New York: Cambridge University Press, 2011.

RODRIGUES, Cristina. Youth in Angola: Keeping the pace towards modernity. **Caderno de Estudos Africanos**, n. 18/19, p. 165-179, 2010. Disponível em: < <https://cea.revues.org/116>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

ROQUE, Paula Cristina. Angola’s second post-war elections: the alchemy of change. **Institute for Security Studies**, p. 1-11, maio de 2013.

SCHMIDT, Elizabeth. War and Decolonization in Portugal’s African Empire, 1961-1975. In: SCHMIDT, E. **Foreign Intervention in Africa: From the Cold War to the War on Terror**. New York: Cambridge University Press, 2013. p. 79-101.

SCHUBERT, Jon. Angola. In: MEHLER, Andreas; MELBER, Henning; VAN WALRAVEN, Klaas (Org.). **Africa Yearbook: politics, economy and society South of the Sahara in 2008**. Leiden: Brill, 2009.

SCHUBERT, Jon. Democratização e consolidação do poder político em Angola no pós-guerra. **Relações Internacionais**, n. 37, p. 79-98, março 2013.

SHUBIN, Vladimir. **The Hot “Cold War”. The USSR in Southern Africa**. Londres: Pluto Press, 2008.

SOMERVILLE, Keith. **Angola: politics, economics and society**. Londres: Frances Pinter, 1986.

TAYLOR, Brian; BOTEVA, Roxana. Tilly Tally: War-Making and State-Making in the Contemporary Third World. **International Studies Review**, v. 10, n. 1, p. 27-56, 2008.

TORGAL, L. R.; PIMENTA, F. T.; SOUSA, J. S. (Org.) **Comunidades Imaginadas: Nações e Nacionalismos em África**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

UNESCO. Afrique “portugaise”: La lutte pour l’indépendance. **Le Courrier**, novembro de 1973.

VIDAL, Nuno Carlos de Frago. Angolan civil society activism since the 1990s: reformists, confrontationists and Young revolutionaries of the “Arab spring generation”. **Review of African Political Economy**, v. 42, n. 143, p. 77-91, 2015.

_. The Angolan Regime and the Move to Multiparty Politics. In: CHABAL, Patrick; VIDAL, Nuno (eds.). **Angola: The Weight of History**. Londres: Hurst Publishers, 2007. p. 124-174.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A África na política internacional: o sistema interafricano e sua inserção mundial**. Curitiba: Juruá, 2010.

_. A Revolução Angolana: Guerrilha, Guerra e Socialismo (1975-1991). In: VISENTINI, Paulo Fagundes *et al.* **Revoluções e regimes marxistas: rupturas, experiências e impacto internacional**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013. p. 339-359.

VISENTINI, Paulo G. F.; RIBEIRO, Luiz Dario T.; PEREIRA, Analúcia D. **Breve História da África**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.